



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
NPGA-NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
EIXO MESTRADO / DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO**

**DO NEOLIBERALISMO AO PÓS-NEOLIBERALISMO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA
MUDANÇA DO DISCURSO DO FMI FACE À CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL
DOS ANOS 1990 E À EMERGÊNCIA DAS PROPOSTAS ALTERMUNDIALISTAS DA
ATTAC**

Dimitri Leonardo S. M. de Oliveira

**SALVADOR
2009**

DIMITRI LEONARDO S. M. DE OLIVEIRA

**DO NEOLIBERALISMO AO PÓS-NEOLIBERALISMO: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA
MUDANÇA DO DISCURSO DO FMI FACE À CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL
DOS ANOS 1990 E À EMERGÊNCIA DAS PROPOSTAS ALTERMUNDIALISTAS DA
ATTAC**

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Administração.

Orientador: Carlos R. S. Milani

SALVADOR
2009

A Andreia Brasil

AGRADECIMENTOS¹

Ao Mistério Inefável, Tremendo e Fascinante, por ter me chamado do nada à existência e ter me oferecido a maior de todas as dádivas: a vida.

Ao Senhor Jesus, por me dar a maior dádiva depois da vida: a felicidade.

À Virgem Maria, Rainha do Universo, pela sua constante proteção maternal e predileção especial pela minha vida.

Ao Papa Bento XVI e a Julián Carrón, por transformarem minha vida numa aventura cheia de beleza e significado, sendo guias no meu caminho rumo ao destino.

Aos meus pais, Luiz e Terezinha, veículos através dos quais o Mistério me deu a vida e cuidou de mim.

Ao meu irmão, Lucas, primeira amizade oferecida pelo Mistério a minha pessoa.

Aos meus cães, Black (*in memoriam*) e Luke², sinais da ternura e da positividade inexorável da realidade.

À minha madrinha Maria das Virgens, e minha tia Francisca, também pelo cuidado e pelo afeto.

A Dom João Carlos Petrini, gigante em humanidade, “último terminal do Mistério”, canal através do qual a potência da Ressurreição, acontecida na manhã da Páscoa, entrou em minha vida.

A Andréia Brasil, grande amiga, que me ajuda a viver o real, e sem a qual esta dissertação não teria saído.

Aos meus grandes amigos, testemunhas do rosto bom do Mistério em minha vida, com os quais me foi dado viver uma grande amizade: Ricardo e Karla, Marcelo e Ariane, Roberta, Alexandre André, Milena, Michele, Marco Aurélio, Marco Antônio, Vinícius, Isabela, Davi, Elayne, Juliana, Thaís, Paola, Ignazio, Cescó, Liziane, Mônica, Cláudia, Gilberto, Silvana, André, Camilo e Lucas.

Aos meus amigos da Itália, Luca e Francesca, Maddalena e Valentina, pela oportunidade de experimentar uma amizade gratuita e única.

Ao meu amigo francês Arnaud, por ter me acolhido em São Paulo, em 2006, me testemunhando de forma única Quem é a consistência da realidade e a essência da caridade e da hospitalidade.

¹ Aqui eu me permiti ser extremamente livre, e acima de tudo, sincero e grato.

² Me senti na liberdade de agradecer também aos meus cães após ter visto agradecimento semelhante na obra-prima de um dos maiores sociólogos do Brasil, Alberto Guerreiro Ramos: *A Nova Ciência das Organizações*, publicada em 1980 pela Fundação Getúlio Vargas.

A todos os meus outros amigos, mesmo que a amizade não seja tão estreita, mas que não deixam de ser o rosto bom dAquele que faz toda a realidade.

Aos meus afilhados e grandes amigos, Ramon Campos e Davi Brazil, por serem sinais potentíssimos dAquele que venceu a morte.

A Comunhão e Libertação e à obra Ponto Coração, locais em que a humanidade é acolhida, abraçada, perdoada e resgatada, onde existe uma febre pulsante de vida, de alegria e de felicidade, verdadeiros oásis no deserto deste mundo.

Ao professor Carlos Milani, pela sua orientação, e em especial, pela sua atenção.

Aos meus colegas do LABMUNDO, por me proporcionarem um espaço descontraído e no qual eu aprendi muito e no qual sempre gostei de estar.

Ao NPGA, pela estrutura que possibilitou o desenvolvimento deste estudo, a realização do mestrado e a conclusão desta dissertação.

Ao CNPq, pela bolsa concedida, que me possibilitou a conclusão deste mestrado.

A Tássia Camila, por nossa amizade ter transcendido o mero coleguismo e a unidade de pensamentos ou opiniões.

A Ivan Tiago, por ter me ajudado no mestrado e em especial em Nova York.

A Clotilde, também pela companhia em Nova York.

A Carolina Brito, Lindsey e Carlo, por terem me acolhido em Nova York, mesmo sem nunca terem me visto antes, evidenciando esta grande amizade universal, da qual eu faço parte.

A Vicky Aryenyo, ugandense que estava para morrer de AIDS, resgatada da morte por um olhar amoroso, pelo abraço que me deu em Nova York, na Sociedade Bíblica Americana, através do qual eu toquei a Ressurreição em toda a sua força.

A Marcos e Cleuza Zerbini, e à Associação dos Trabalhadores Sem Terra de São Paulo, por me educarem a olhar a minha experiência e toda a realidade com um olhar e uma gratidão únicos.

A Roxane Andrade e família, que me acolheram na Virgínia e que rezam por mim.

A Bruno Tolentino (*in memoriam*) por ter me despertado para a vida intelectual.

A todos aqueles que de alguma forma, participaram desta dissertação e a todas aquelas pessoas que oferecem as suas orações pela minha vida e pela minha felicidade.

“Todo o aviltamento do mundo vem do fato de que o mundo moderno considerou negociáveis valores que o mundo antigo e o mundo cristão consideravam inegociáveis” Charles Péguy

RESUMO

Na aurora do século XXI, o FMI, que durante duas décadas vinha pregando aquilo que viria a ser conhecido como o “*neoliberalismo*”, muda o seu discurso, introduzindo novos elementos na sua composição, gerando aquilo que ficou conhecido como o “*pós-neoliberalismo*”. O presente trabalho visa a analisar esta mudança do discurso do Fundo Monetário Internacional (FMI). Esta mudança aconteceu em função da grave crise financeira internacional somada à emergência do movimento altermundialista no cenário internacional, em especial o aparecimento da ATTAC (Associação pela Taxação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos e Cidadãs). Para tanto, vamos utilizar como ferramenta teórico-metodológica a análise crítica do discurso, que é um método que parte do pressuposto de que “*poder*” e “*discurso*” são palavras que se alternam, ou seja, que o discurso é a cristalização do poder, e que, portanto, é uma ferramenta para analisar como os discursos moldam o poder na sociedade, como este poder é desconfigurado, reconfigurado e desafiado pelo discurso e por sua mudança. Faremos isso a partir da análise dos informes anuais do Fundo Monetário Internacional, nos quais se torna evidente esta mudança, em confronto com o discurso da plataforma internacional da ATTAC, que aponta para a emergência de uma contestação política ao que foi pregado pelas organizações multilaterais hegemônicas como o único modelo possível para a economia internacional.

Palavras-chave: Neoliberalismo, Pós-Neoliberalismo, Análise Crítica do Discurso, Crises Financeiras Internacionais, Movimento Altermundialista, FMI, ATTAC

ABSTRACT

At the dawn of the XXI century, the IMF, which for two decades was preaching what would become known as “*neoliberalism*”, change his discourse by introducing new elements in its composition, creating what became known as the “*post-neoliberalism*”. This study aims to analyze the change of the speech of the International Monetary Fund (IMF). This change happened in the light of serious international financial crisis combined with the emergence of the movement alterglobalization on the international scene, especially the emergence of ATTAC (Association for Taxation of Financial Transactions in Aid of Citizens). Thus, the critical discourse analysis will be used as theoretical and methodological tool, a method that the assumption that “power” and “discourse” are words that alternate, or that the discourse is the crystallization of power, and therefore is a tool to examine how the discourses shape power in society, as this power is unconfigured, reconfigured and challenged by discourse and by its change. We will do this from the analysis of Annual Reports of the International Monetary Fund, in which this change is evident in the discourse of confrontation with the International Platform of ATTAC, which points to the emergence of a political challenge to what was preached by multilateral organizations such as the single hegemonic model possible for the international economy.

Keywords: Neoliberalism, Post-Neoliberalism, Critical Discourse Analysis, International Financial Crises, Alterglobalist Movement, IMF, ATTAC

LISTA DE GRÁFICO, TABELAS, QUADRO, FIGURA E MAPA

GRÁFICO 1	24
TABELA 1.....	31
TABELA 2.....	31
QUADRO 1.....	35
TABELA 3.....	69
TABELA 4.....	73
FIGURA 1.....	80
TABELA 5.....	80
TABELA 6.....	89
MAPA 1.....	103

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICA SOBRE A ORDEM FINANCEIRA INTERNACIONAL	16
1.1 O fim do Sistema Bretton-Woods.....	16
1.2 A reconfiguração do FMI.....	21
1.3 A globalização financeira	28
1.4 Crises sistêmicas e taxa Tobin.....	32
1.5 A contestação.....	37
1.6 A mudança do discurso do FMI	47
2. ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: UMA BREVE INCURSÃO	49
2.1 Introdução.....	49
2.2 O giro lingüístico.....	51
2.3 A análise do discurso.....	53
2.3.1 O conceito de discurso.....	53
2.3.2 O discurso em Michel Foucault.....	55
2.3.3 Formação discursiva.....	61
2.3.4 As correntes da análise do discurso.....	64
2.3.5 A legitimidade da Análise do Discurso.....	74
2.4 A análise crítica do discurso.....	79
2.5 FMI e ATTAC sob análise.....	86
3. O DISCURSO DA ATTAC E DO FMI EM ANÁLISE.....	90
3.1 Introdução.....	90
3.2 A legitimidade do FMI posta em xeque.....	93
3.3 O discurso da ATTAC dentro do discurso altermundialista.....	99
3.4 O discurso do FMI, de 1998 a 2003.....	106
3.5 Uma síntese da mudança.....	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	117
REFERÊNCIAS.....	123

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa a analisar a mudança do discurso do Fundo Monetário Internacional (FMI), ocorrida na virada do Terceiro Milênio, provocada pelo somatório da grave crise financeira internacional³ com a emergência do movimento altermundialista, que apareceu como uma forte reação aos efeitos negativos das políticas implementadas nos países emergentes e menos desenvolvidos por recomendação do próprio Fundo e de outras agências internacionais. O FMI e o Banco Mundial, no início dos anos 1990, se tornaram “apóstolas”, segundo Stiglitz (2000) de novas idéias, que, segundo eles, se fossem implementadas nos países em desenvolvimento, os levariam ao desenvolvimento e à prosperidade sem precedentes. De fato, as idéias de Friedrich von Hayek e de Milton Friedman ganharam força institucional e mundial no início dos anos 1990, em virtude de acontecimentos marcantes relacionados ao fim da experiência histórica do socialismo real, como a queda do muro de Berlim, em 1989, a reunificação da Alemanha, em 1990 e a queda da União Soviética, em 1991. A partir de então, discursos como o “fim da história” e da vitória incontestável e irreversível da democracia liberal e do capitalismo global logo foram espalhados (FUKUYAMA, 1992; HUNTINGTON, 1997). Em locais outrora conhecidos como o “mundo subdesenvolvido”, como o Brasil, logo se apressou em falar em “choque de capitalismo”, que seria como que o caminho necessário e natural para o desenvolvimento, a prosperidade e a paz, introduzindo-se, de forma paulatina, a aplicação dos dez pontos daquilo que se convencionou chamar de “Consenso de Washington”⁴, que foi apresentado como o caminho natural para a inserção destes países até então subdesenvolvidos no circuito da economia globalizada, com a promessa de desenvolvimento econômico e prosperidade sem precedentes. Nesta visão conhecida mais tarde como “neoliberal”, a aplicação do Consenso de Washington passou a se constituir, dessa forma, nada mais nada menos do que o passaporte para o Primeiro Mundo.

³ Esta crise pôs em xeque os fundamentos do chamado “neoliberalismo”, doutrina que tomou corpo e se expandiu na transição dos anos 1980/1990, logo após o colapso da União Soviética e dos problemas cada vez mais graves enfrentados pelo Estado de bem-estar social, especialmente na Europa.

⁴ São eles: disciplina fiscal; focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infra-estrutura; reforma tributária; liberalização financeira; taxa de câmbio competitiva; liberalização do comércio exterior, visando a impulsionar a globalização da economia; eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro; privatização; desregulamentação; propriedade intelectual.

Todo este cenário, que, em finais dos dez primeiros anos do século XXI, pode parecer distante a nós, foi fruto de uma euforia que aconteceu precisamente na primeira metade da década de 1990, a “euforia neoliberal”, que apareceu em muitos académicos e empresários por todo o planeta. Em muitos casos, existiu mesmo a firme convicção de que a simples aplicação nos países subdesenvolvidos dos princípios do chamado “Consenso de Washington” levaria estes países ao desenvolvimento, à prosperidade e à paz. Mas pouco tempo depois, as coisas não se revelaram tão fáceis assim. A realidade deu sinais de que uma liberalização abrupta e acrítica não seria o caminho indicado para o desenvolvimento, e de que a história não tinha de fato acabado. Em meados dos anos 1990 (em 1994), o México, pouco tempo depois de entrar no NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte), sofreu um duríssimo golpe na sua economia ainda em desenvolvimento quando aconteceu a crise que ficou conhecida como a “*crise da tequila*”. A Ásia também seria duramente atingida em 1997, seguida pela Rússia em 1998, e pelo Brasil, em 1999. Saltava aos olhos que aqueles países eram mais atingidos na medida em que tinham aderido e permaneciam aderindo ao ideal “neoliberal” defendido e propagado pelo Fundo Monetário Internacional e por outras organizações internacionais multilaterais. A Argentina, da mesma forma, passou por uma gravíssima crise entre o final de 2001 e o início de 2002. A maior prova disto é o fato de que a Índia e a China, que mantiveram-se relativamente à margem de todo esse processo de “liberalização” e “integração na economia global” de forma acrítica e abrupta mantiveram-se relativamente incólumes e atravessaram com certa tranquilidade as crises que varreram as economias agora chamadas de “emergentes” na década de 1990.

As crises revelaram que o “ídolo neoliberal”, na verdade, tinha os pés de barro, ou seja, não tinha muita sustentabilidade, cinco anos de crises financeiras sistêmicas bastaram para que a sua legitimidade começasse a erodir. Rapidamente, embora de forma múltipla e descentralizada, se formou no planeta um “movimento” (que reunia desde intelectuais do “*establishment*”, como Joseph Stiglitz; até líderes “subversivos”, como o subcomandante Marcos), que começou a se opor com veemência, tanto aos rumos que estavam tomando as economias e as sociedades, quanto a aqueles que controlavam a direção que a globalização estava tomando (MILANI e LANIADO, 2006). A realidade logo se impôs e os “condutores” da globalização apressaram-se em mudar o seu discurso, passando a defender, já em finais dos anos 1990, discursos aos quais eram contrários no início da década. Tendo em vista este fato, a pergunta principal que norteia

esse trabalho é: “*como se deu esta mudança do discurso do Fundo Monetário Internacional, a partir dos acontecimentos da crise financeira que explodiu primeiramente na Ásia, e da emergência do movimento altermundialista?*” Esta pergunta se soma a perguntas mais operacionais, que na prática, são sub-perguntas, como, por exemplo: “O que mudou no discurso do FMI e por que mudou? Como se configura o discurso do FMI sobre a financeirização da economia e qual é o discurso exato da ATTAC sobre este tópico?”

Tendo em vista estas breves considerações, nossa pesquisa parte dos seguintes pressupostos:

1. A realidade mundial apontou que a aplicação acrítica dos postulados neoliberais levaria ao extremo oposto das suas promessas, como a prosperidade e o desenvolvimento.
2. O conflito acontece no discurso, que é “onde se materializam as relações de poder” (FOUCAULT, 2007). O discurso não é um simples enunciado ou meio de transmitir uma mensagem, é um instrumento através do qual as instituições perpetuam ou contestam uma determinada ordem. O discurso é moldado por relações de poder e por ideologias, ao mesmo tempo em que aponta para causas, conexões e ideários ocultos sob a superfície discursiva. O discurso não apenas reflete ou representa entidades ou relações sociais, ele efetivamente as constrói e constitui. (FAIRCLOUGH, 2001; FOUCAULT, 2007).
3. O discurso do FMI quanto às crises sistêmicas dos anos 1990 faz parte do campo político hegemônico que afirma “*there is no alternative*”, retomando a famosa frase de Margaret Thatcher, e concebe soluções para a regulação da ordem financeira global visando a assegurar objetivos fundados em uma ética exclusiva de mercado.
4. O discurso da ATTAC acerca das mesmas crises contesta as construções discursivas do campo hegemônico sem, no entanto, produzir ruptura radical com os processos de globalização. O discurso da ATTAC não é anti-globalização e sim alter-mundialista.

Nossa pergunta de partida visa a compreender *como* se deu a mudança do discurso de um importante ator das Relações Internacionais, que é o Fundo Monetário Internacional, no final dos anos 1990 e na aurora dos anos 2000. Com relação à nossa pergunta principal, a palavra *como* é importante porque transmite a idéia de *processualidade*: a mudança do discurso não aconteceu no vácuo, mas dentro do devir histórico, por meio de um processo social. Partimos da premissa de

que a mudança do discurso aconteceu por causa da irrupção na cena internacional de um novo ator, no final dos anos 1990, o “movimento altermundialista”, e em particular a ATTAC, que é a Associação pela Taxação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos e Cidadãs. Tais movimentos constituíram como que uma reação da sociedade civil aos desastres econômicos e sociais causados pela imposição do “pensamento único neoliberal” às nações emergentes na década de 1990, propondo claramente uma “outra” globalização.

A mudança do discurso diz respeito ao fato de que o discurso “neoliberal” tornou-se “pós-neoliberal” (STIGLITZ, 2003; SOUSA SANTOS, 2005). Isto é evidente quando se observa o aparecimento de termos como a “luta contra a pobreza” e “regulação pelo Estado” entre os principais objetivos do FMI, logo após a crise financeira que atingiu os países emergentes. Tudo isso somado ao aparecimento de referências a operações de “alívio” da dívida externa, além do início da implementação de ações conjuntas com o Banco Mundial - que tem como lema a “erradicação da miséria”, e a busca na consecução dos Objetivos do Milênio. Para completar, a partir de 2003, o FMI passa a ter como slogan a frase *“Por uma economia mundial para todos”*. Terá sido mera coincidência qualquer semelhança com expressões como *“um outro mundo é possível”*, slogan do movimento altermundialista, ou com o slogan *“Brasil, um país de todos”*, do governo Lula, que foi eleito em 2002 como uma forte reação ao neoliberalismo do FMI e do governo Fernando Henrique Cardoso? Bem, isto é o que pretendemos responder e discutir nesta dissertação.

Tendo-se em conta que estudaremos a mudança do discurso ocorrida em finais dos anos 1990, e que justamente esta mudança implica deslocamento de poder, um poder que não necessariamente é visível na sociedade mundial, faz-se necessário utilizarmos como ferramenta teórico-metodológica a análise de discurso, precisamente na sua dimensão *crítica*, dado que esta dimensão da análise do discurso lida especialmente com questões macrossociais e políticas. Assim, o presente trabalho encontra-se estruturado da seguinte forma: no primeiro capítulo, iremos apresentar uma breve contextualização do cenário no qual aconteceram os fenômenos da crise financeira nos países emergentes, a atuação do Fundo Monetário Internacional e a emergência do movimento altermundialista. Também vamos apresentar de forma sucinta o que é o FMI, o movimento altermundialista, e de forma particular a ATTAC, que é a organização que

se apresenta como diretamente contrária a esta forma de globalização financeira e que se propõe agir como educadora dos cidadãos e propositora de alternativas para uma “outra” globalização. No segundo capítulo, vamos apresentar uma breve revisão teórica do método que orientou a nossa pesquisa empírica que foi *a análise crítica do discurso*. De fato entendemos, seguindo Foucault (2007) que o poder não está cristalizado num centro decisório, mas que está irradiado por toda a sociedade e que este se cristaliza, por excelência, nos discursos que emergem nesta mesma sociedade. A análise crítica visa a revelar o poder que está por trás do discurso e as desigualdades presentes na distribuição e na ordenação do poder na cena internacional. A mudança do discurso reflete uma rearrumação do poder global, fruto das lutas travadas entre fins dos anos 1990 e início dos anos 2000, e é precisamente isto que visamos a descobrir com este nosso estudo: quais foram as relações entre as organizações da contestação política – fenômeno conhecido como o movimento altermundialista, que se cristaliza em discursos como o da ATTAC – e as organizações do *status quo* – do qual o FMI é o nosso objeto empírico de análise? Por fim, no terceiro capítulo, vamos fazer a análise propriamente dita destes discursos, pronunciados tanto pelo FMI e pela ATTAC, cada ator no seu determinado espectro ideológico, para verificar o percurso realizado pelo discurso do FMI. Esta análise tem a finalidade de identificar as mudanças introduzidas no discurso “da ordem”, representado pelo discurso do FMI, pelos fatos (a crise financeira global e as suas conseqüências desastrosas) e pelos atores contestatórios que surgiram no cenário internacional em fins dos anos 1990: o movimento altermundialista e em particular a ATTAC.

1. CONTEXTUALIZAÇÃO POLÍTICA SOBRE A ORDEM FINANCEIRA INTERNACIONAL

1.1 O fim do padrão dólar-ouro

Ao início do século XXI, deparamo-nos com uma crise financeira de proporções mundiais, iniciada nos Estados Unidos, de tamanha amplitude, que já é considerada por muitos analistas como a maior de todas as crises desde a Grande Depressão dos anos 30, como afirma Hobsbawm (2008): “Certamente estamos vivendo a crise mais grave do capitalismo desde a década de 1930”. Para ele, esta crise é mais dramática do que todas as outras que a antecederam (exceto a própria Grande Depressão dos anos 30), porque vem pôr fim justamente à ideologia dos mercados totalmente auto-regulados como a via mais perfeita para levar o mundo à prosperidade, ao desenvolvimento e à paz⁵. Segundo ele, o erro dos ideólogos da desregulamentação dos mercados está no fato de que a globalização é algo extremamente instável e que necessita da coordenada regulação estatal para operar da melhor forma possível (HOBSBAWM, 2008; HIRST e THOMPSON, 2002).

(...) acredito que esta crise está sendo mais dramática por causa dos mais de 30 anos de uma certa ideologia "teológica" do livre mercado, que todos os governos do Ocidente seguiram. Porque como Marx, Engels e Schumpeter previram, a globalização - que está implícita no capitalismo -, não apenas destrói uma herança de tradição como também é incrivelmente instável: opera por meio de uma série de crises. E o que está acontecendo agora está sendo reconhecido como o fim de uma era específica. Sem dúvida, a partir de agora falaremos mais de (John Maynard) Keynes e menos de (Milton) Friedman e (Friedrich) Hayek (HOBSBAWM, 2008).

Esta é a mesma opinião de Hirst e Thompson (2002), para os quais o mercado é o melhor meio de alocar os recursos econômicos da sociedade, desde que seja efetivamente *regulamentado*⁶. O próprio Keynes afirma que nada é mais certo do que regular o livre movimento dos fundos de capital, pois caso contrário, ele sempre inverteria a meta com a velocidade de um tapete mágico, e esses movimentos dos fundos de capital têm o efeito de atrapalhar todo movimento ordeiro da economia real (DE CECO *apud* GREFE *et alli.*, 2005). Para White, então Secretário do Tesouro

⁵ Em julho de 2001, na cidade de Gênova (Itália), o presidente Bush, um dos arautos da total liberalização comercial e financeira, disse na reunião do G-8, referindo-se a um mega-protesto organizado pelo movimento alter-mundialista (movimento que contesta a atual globalização e propõe uma *outra* globalização, solidária e humana) contra a reunião do G-8, que “quem é contra o livre-comércio é contra os pobres”. Ver em GREFE *et alli.*, 2005.

⁶ Grifo nosso.

norte-americano, os controles necessários significaram menos liberdade para os possuidores de capital líquido. Mas esta era uma limitação que seria exercida justamente no interesse dos povos (DE CECO *apud* GREFE *et alli.*, 2005).

Tal como afirmam Hobsbawm (2009) e Chesnais (1996), esta não é a única crise vivida pelo sistema financeiro globalizado. O mundo financeiro vive uma sucessão de crises desde 1929, de tal modo que pode falar-se inclusive em “crises sistêmicas”, crises que se constituem quase como que a própria natureza do capitalismo integrado globalmente, liberalizado e desregulamentado. Estas crises seriam “profecias auto-realizáveis” (DUPAS, 2003), dado que se sucedem umas às outras, de modo muito previsível:

(...) nos últimos 30 anos (...) o capitalismo global vem operando de uma forma incrivelmente instável, exceto, por várias razões, nos países ocidentais desenvolvidos. No Brasil, nos anos 80, no México, nos 90, no sudeste asiático e Rússia nos anos 90, e na Argentina em 2000. (HOBSEBWM, 2009).

Para tentar controlar o capitalismo e fazer com que a economia acontecesse sem maiores sobressaltos, após a Grande Depressão pós-Crise de 1929, e da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), os vencedores da guerra (o Reino Unido aliado aos Estados Unidos e à União Soviética) se reuniram em conferência na cidade de Bretton Woods, (estado de New Hampshire, Estados Unidos) para decidir de que forma o capitalismo deveria ser gerido para evitar uma nova crise que pudesse destruí-lo ou torná-lo inviável.

Após a assinatura do Tratado de Bretton Woods, o capitalismo conheceu uma fase de progresso sem precedentes, conhecido como “*Era de Ouro*”, ou “*Idade de Ouro*” (HOBSEBWM, 1994). A chamada “Era de Ouro” foi marcada por um amplo crescimento econômico dos Estados Unidos, pela reconstrução da Europa e do Japão e pela crescente integração entre estas três regiões; somado ao processo de descolonização da Ásia e da África, aliada à industrialização de alguns países do Terceiro Mundo, como o Brasil. A marca característica deste período foi uma *regulamentação* da política e da economia em nível mundial, uma maior intervenção dos

governos na regulação da economia de mercado. Para Noam Chomsky⁷,

O sistema de Bretton Woods foi concebido em parte para criar um espaço para a ação governamental, ação que correspondesse à vontade pública (...) John Maynard Keynes (...) considerou que a maior realização de Bretton Woods teria sido *o estabelecimento do direito dos governos de restringir o capital*.⁸ (CHOMSKY, 2008).

O Tratado de Bretton-Woods foi assinado a fim de criar as condições para que se evitasse uma nova guerra mundial, que poderia ser fatalmente destrutiva para a humanidade. Para garantir a paz, foi criada a ONU (Organização das Nações Unidas); e para garantir a estabilidade das economias foram criados o FMI (Fundo Monetário Internacional), o Banco Mundial, além do GATT (General Agreement on Tariffs and Trade - Acordo Geral de Comércio e Tarifas, a hoje WTO - World Trade Organization - ou OMC - Organização Mundial do Comércio), e do Sistema Bretton-Woods de Controle do Câmbio, onde foi criado o padrão dólar-ouro. Para Chesnais (1996), o sistema de Bretton-Woods foi baseado na convicção de que era necessário restabelecer, da forma mais completa possível, a existência de uma moeda internacional com todos os seus atributos. O sistema adotado conferiu ao dólar um padrão central, ao lado do ouro e, por assim dizer, representando a ele. O dólar estava atrelado ao ouro por uma taxa de conversão fixa, negociada internacionalmente, definido com 1/35 avos de uma onça de ouro⁹. Além disso, as taxas de câmbio de todas as outras moedas foram determinadas tendo o dólar como referência. Essas taxas, até o fim de Bretton-Woods foram fixas, podendo ser alteradas somente em função de desvalorizações ou valorizações decididas pelos Estados.

Para GREFE *et alli.* (2005), o otimismo em relação à economia mundial, após a assinatura do Tratado de Bretton-Woods, era justificado. A estabilidade da ordem financeira proporcionou uma melhora sem precedentes. As economias dos Estados industriais ocidentais cresceram a uma média de 4% ao ano, triplicando de tamanho nestes vinte e cinco anos, e “a falta de liberdade da circulação de capital deu asas à liberdade de comércio mercantil com taxas de crescimento que ficaram bem acima disso” (GREFE *et alli.*, 2005).

⁷ As interpretações da crise são muitas, dependendo também da linhagem teórica e ontológica dos analistas. Aqui, não se busca construir uma convergência de análises, porém simplesmente apresentar um mapeamento das leituras feitas.

⁸ Grifo nosso.

⁹ Medida inglesa que equivale a 31,1035 gramas.

O acontecimento da regulamentação da economia, todavia, não aconteceu por acaso. A presença do mundo socialista era evidentemente, uma ameaça ao sistema capitalista, e o colapso deste sistema, poderia ser um pretexto para a expansão do modelo socialista nos países da esfera capitalista. Para Furtado (1974), não há nenhuma dúvida de que a rapidez com que avançou a integração dos países capitalistas do centro do sistema, no último quarto de século, do final da Segunda Guerra Mundial até 1973, fase que ficou conhecida como Era de Ouro, e a forma que ela assumiu estão diretamente ligadas à existência de um grupo de países não-capitalistas, que foram considerados como ameaça interna e externa para o sistema capitalista pelos dirigentes do sistema.

Comentando acerca da eficiência que atingiu o sistema capitalista nesta época (basta lembrar que no Brasil, tal situação era conhecida como o “Milagre Brasileiro”, em meados dos anos 1970), Furtado (1974) afirma que na chamada Era de Ouro, o capitalismo conheceu uma fase de ordenamento e coordenação sem precedentes em sua história, período também conhecido como modo de regulação fordista (HARVEY, 1996). Isto possibilitou a reconstrução da Europa e do Japão, além da emergência dos Tigres Asiáticos e das novas potências industrializadas, como o Brasil, o México, a Índia e a Coreia do Sul. Para Furtado (1974), então, não restava nenhuma dúvida de que nos últimos três decênios, 1944-1974, a época pós-tratado de Bretton-Woods, as economias capitalistas industrializadas operaram com um grau de coordenação interna muito superior ao que antes se considerava compatível com uma economia de mercado. Segundo Furtado (1974), essa coordenação, que foi de inspiração keynesiana, constituiu-se essencialmente como uma conquista de tipo social: foi através dela que os custos humanos e sociais de operação das economias capitalistas foram consideravelmente reduzidos.

O sistema de Bretton Woods começou a entrar em colapso no dia 15 de agosto de 1971, quando os Estados Unidos não puderam mais sustentar o dólar (quando milhões de detentores estrangeiros de dólar queriam convertê-los em ouro) em virtude dos seus altos déficits orçamentários, e comerciais, agravados pela guerra contra o Vietnã. O colapso do Sistema de Bretton-Woods marcou o início da desregulamentação da economia mundial, que prosseguiu influenciada pelos problemas do Welfare State (que estava atolado em dívidas, e com a difícil

equação de receitas decrescentes e gastos crescentes) e da implosão da economia soviética e do mundo socialista, que já caminhava rumo ao colapso nos anos 1970. A desregulamentação ganhou força com a ascensão de Margareth Thatcher ao poder em 1979, e suas famosas lutas contra os sindicatos ingleses (tanto que ganhou o título de “a dama de ferro”) e sua justificativa para o avanço em relação às privatizações e à desregulamentação, que se tornou famosa “there is no alternative”: *não há alternativa*.

A desregulamentação atingiu o ápice no início da década de 1990, quando as agências multilaterais, ou seja, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional tornaram-se “apóstolas” da desregulamentação da economia em nível mundial, em especial para os países emergentes recém-industrializados, pregando aquilo que ficou conhecido como “o evangelho neoliberal” (STIGLITZ, 2000), o passaporte para o primeiro mundo. A desregulamentação atingiu o auge no mundo financeiro. É a finança que está mais desregulamentada e liberalizada. Não são somente ativos financeiros, como derivativos, *swaps* e opções¹⁰ que podem ser vendidos e comercializados de qualquer forma e quase sem nenhuma regulamentação, mas também as moedas, que antes eram rigidamente controladas, agora podem ser comercializadas livremente e inclusive trocadas com os demais instrumentos financeiros. Para Chesnais (1996), o fim de Bretton-Woods significou na verdade a transformação do mercado de câmbio em um espaço onde moedas e ativos financeiros estão indissolivelmente imbricados, no qual todas as moedas, inclusive o dólar voltaram a se confundir entre os ativos financeiros. Ou seja, passou a reinar a anarquia absoluta nos mercados de câmbio. A economia real, aqui, passou a se confundir com a economia financeira.

A economia mundial, já parcialmente desregulamentada, sofreria depois com os choques do petróleo em 1973 e 1979, que provocou alta de preços em todo o mundo, comprometendo ainda mais as já fragilizadas finanças públicas do *Welfare State* nos anos 1970. As instituições que sobreviveram ao colapso do sistema dólar-ouro de Bretton-Woods, quais sejam, o FMI e o Banco Mundial, tiveram suas funções extremamente alteradas, especialmente o FMI, que nos anos 1980,

¹⁰ *Derivativo* é um contrato definido entre duas partes no qual se definem pagamentos futuros baseados no comportamento dos preços de um ativo de mercado (normalmente as chamadas commodities). *Swaps* são contratos em que as partes permutam um índice de rentabilidade por outro. *Opções* são instrumentos financeiros que conferem ao titular o direito (e não a obrigação) de comprar ou vender um determinado ativo (ação, título ou bem qualquer) por um valor determinado.

converteu-se inteiramente à ideologia neoliberal, mudando sua missão de regular as finanças públicas dos países, para passar a impor aos países em desenvolvimento a adoção da liberalização total como uma panacéia para o desenvolvimento, o crescimento e a inserção no mercado global. Para Dupas (2003) isto aconteceu em virtude da fragilidade dos Estados nacionais não só em administrar suas próprias dívidas, como em resistir às pressões das poderosas instituições multilaterais que defenderam o caminho do “neoliberalismo”, a desregulamentação da economia. Para ele, este foi o caminho para a fragilização das economias destes países, que seriam, logo após a aplicação deste receituário, vítimas de profundas crises econômicas e sociais, que produziriam resultados exatamente opostos aos prometidos pelas instituições multilaterais e pelos defensores da desregulamentação da economia mundial. Para Dupas (2003) foi justamente o vácuo teórico e a incapacidade de gestão dos Estados nacionais, fenômenos que se seguiram à crise pós-keynesiana, que abriram espaço para as organizações sempre ardorosas defensoras do Estado *neoliberal*, ou *mínimo*. A partir da crise do Estado bem-estar social, a redução das funções do Estado foi apresentada como fundamental para resolver os problemas de um setor público estrangulado por suas dívidas. Porém, as consequências desse processo foram, ao invés do anunciado, uma sucessão de crises que afetaram os grandes países da periferia do sistema e um aumento significativo da exclusão social em grande parte do mundo, em especial nos países em desenvolvimento e afetados pela crise financeira (DUPAS, 2003).

1.2 A reconfiguração do FMI

Segundo Driscoll *apud* Macedo (2007), juridicamente, o FMI é uma instituição de cooperação na qual ingressaram voluntariamente 184 países, porque reconheceram as vantagens de levar à frente consultas com os demais países neste âmbito, com a finalidade de manter um sistema estável de compra e venda de suas respectivas moedas e, desta maneira, poder efetuar os pagamentos em moeda estrangeira a outros países sem dificuldades nem demoras.

O Fundo Monetário Internacional é uma organização aberta, ou seja, qualquer Estado pode se associar. Cada Estado recebe uma cota que é proporcional a sua participação relativa na economia mundial. O membro realiza a subscrição da cota repassando ao Fundo a importância correspondente. O percentual das cotas é corrigido a cada cinco anos, e o valor das cotas de cada

país determina seu poder de voto nas decisões dos órgãos do FMI. Cada membro dispõe de 250 votos iniciais. Os votos restantes dependem da cota: cada 100.000 DES¹¹ equivale a um (1) voto extra. Os Estados Unidos detêm mais de 17% das cotas da organização, Japão e Alemanha, por volta de 6%, Reino Unido e França, 5%. O Brasil detém 1,40% das cotas do FMI. A 31 de março de 2008, o total de cotas chegava a 217,3 bilhões de DES (por volta de US\$ 357,3 bilhões)¹². As decisões do Fundo refletem a desigualdade na divisão dos poderes das relações internacionais contemporâneas – o que acontece também no âmbito das demais organizações internacionais multilaterais.

Segundo o Direito Internacional Público (MACEDO, 2007), o FMI é uma organização internacional de caráter e fins específicos; compõe o complexo sistema das Nações Unidas; é uma agência internacional especializada; é uma entidade autônoma, que mantém total independência jurídica e funcional em relação às demais instituições que compõem o sistema das Nações Unidas. Juridicamente, o FMI é uma “associação de Estados, constituída por tratado, dotada de uma constituição e de órgãos comuns e possuidora de personalidade jurídica distinta da dos Estados-membros” (FITZMAURICE *apud* MACEDO, 2007).

O FMI possui também, no âmbito da sociedade internacional, segundo MACEDO (2007), a capacidade de celebrar tratados internacionais com Estados ou outras organizações internacionais, e até mesmo, em tese, apresentar uma reclamação perante um órgão internacional. As relações do FMI com os outros Estados são regidas pelas normas do Direito Internacional. O FMI não se considera detentor de deveres na comunidade internacional e tampouco sujeito à responsabilidade internacional. Aqui, aparecem eventuais contradições, o FMI se considera sujeito de DIP para selar acordos, como um organismo internacional, mas ao mesmo tempo não se considera sujeito para ter responsabilidade, dado que não é um Estado; é uma ambigüidade evidente.

¹¹ DES significa Direitos Especiais de Saque (em inglês SDR- *Special Drawing Rights*). O DES é um ativo de reserva internacional criado em 1969 pelo FMI para complementar os ativos de reserva existentes dos países membros. OS DES são distribuídos aos países membros em proporção a suas cotas no FMI. O DES também serve como unidade de conta do FMI e outros organismos internacionais. Seu valor está baseado em uma cesta das principais moedas do mundo. Ver em < <http://www.imf.org/external/np/exr/facts/spa/sdrs.htm>>. Acesso em 03 dez 08

¹² Ver em <<http://www.imf.org/external/np/exr/facts/spa/quotass.htm>>. Acesso em 03 dez 08

A finalidade do FMI é promover a cooperação monetária entre os Estados, a fim de prevenir eventuais problemas econômicos decorrentes de políticas monetárias internas, cujos efeitos, em um cenário de crescente interdependência, inevitavelmente, ultrapassem as fronteiras nacionais.

O FMI foi inspirado pelo economista John Maynard Keynes, e foi instituído com a missão de regulamentar as economias do mundo na Reconstrução pós-Segunda Guerra Mundial. A finalidade do Fundo Monetário Internacional era evitar a instabilidade financeira a nível macro-econômico, através de políticas que visassem proteger a instabilidade do sistema, em especial a balança de pagamentos e o controle das taxas de câmbio. As funções do FMI estão explicitadas no artigo I do seu estatuto. Segundo Macedo (2007) são elas:

- I - Promover a estabilidade dos câmbios, manter regulares os arranjos cambiais entre os membros e evitar desvalorizações cambiais competitivas;
- II - Auxiliar a instituição de um sistema multilateral de pagamentos respeitantes às transações correntes entre os membros e a eliminação das restrições cambiais que dificultam o desenvolvimento do comércio mundial;
- III - Proporcionar confiança aos membros, pondo a sua disposição os recursos do Fundo sob garantias adequadas, dando-lhes assim possibilidade de corrigirem desequilíbrios dos seus balanços de pagamento sem recorrerem a medidas destrutivas da prosperidade nacional ou internacional; e
- IV – Abreviar a duração e diminuir o grau de desequilíbrio das balanças internacionais de pagamentos dos membros.

As funções do FMI são, portanto: preservar a harmonia do sistema financeiro internacional; promover o câmbio fixo e a estabilidade dos câmbios; promover a livre conversibilidade das moedas para transações correntes; promover a facilidade de crédito. A função inicial do FMI objetivava evitar que os desequilíbrios nos balanços de pagamentos e nos sistemas cambiais dos países membros pudessem prejudicar a expansão do comércio e dos fluxos de capitais internacionais. O FMI fazia isso por meio de políticas que visavam proteger a instabilidade do sistema, em especial a balança de pagamentos e o controle das taxas de câmbio. Para aderir ao FMI, o país devia acordar estabelecer um valor de sua moeda com o dólar, sendo que o Tesouro Americano se comprometia a converter um (1) dólar em 35 oz. de ouro (trinta e cinco onças de

ouro). O país só podia flutuar sua moeda em + ou – 1% em relação ao dólar, e mesmo assim de comum acordo com o FMI. Necessárias valorizações ou desvalorizações acima ou abaixo de 1% também poderiam ser feitas, desde que acordadas com o FMI. O não-cumprimento destas condições acarretaria sanções, desde o não-concedimento de empréstimos à expulsão do Fundo Monetário Internacional. A evolução do número de países que se filiou ao FMI desde a sua fundação pode ser conferida no gráfico abaixo:

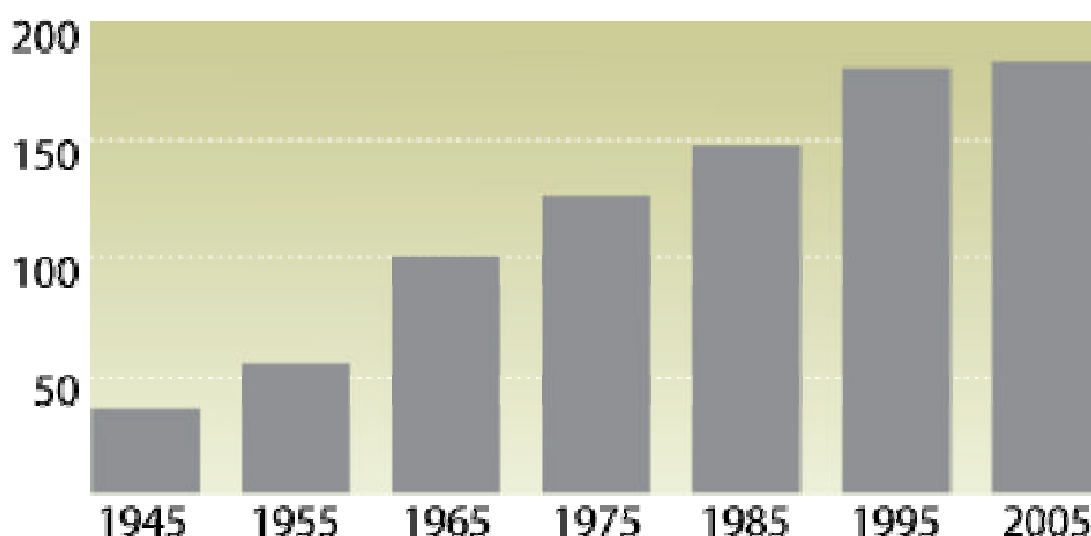


Gráfico 1. Crescimento do número de membros do FMI. Fonte: IMF (2008)

Após o fim do padrão dólar-ouro, e da reconfiguração da economia mundial entre o fim dos anos 1970 e o início dos anos 1980, o FMI perdeu parte de suas funções, que simplesmente perderam o sentido. Comentando acerca da situação do FMI após o fim do padrão dólar-ouro, o economista americano Robert Aliber disse em 1974 que

Depois de alguns anos, o único vestígio do sistema gerado pelo FMI é o próprio FMI – isto é, um fundo comum de reservas de câmbio de modestas proporções e duvidoso alcance, por causa do rápido crescimento das reservas internacionais -, e 1800 funcionários generosamente remunerados, cuja missão é fiscalizar um conjunto de normas que não mais existem (ALIBER *apud* LENAIN, 2004, pp. 25-26).

Além de ter sofrido um duro golpe com o fim do Sistema Bretton-Woods, o FMI enfrentou o fato do desenvolvimento de um poderoso mercado de capitais nas praças financeiras européias, americanas e japonesas, através dos quais os países mais desenvolvidos podiam obter recursos a juros módicos¹³, e assim, parar de depender do Fundo Monetário Internacional e de suas imposições.

O Fundo mudou então sua orientação, passando hoje a favorecer a progressiva eliminação das restrições cambiais nos países membros e concede recursos temporariamente para evitar ou remediar desequilíbrios no balanço de pagamentos. Além disso, o FMI planeja e monitora programas de ajustes estruturais e oferece assistência técnica e treinamento para os países membros. O FMI passou então a se voltar aos países emergentes e pobres. Empréstou somas significativas aos países emergentes nas crises da dívida dos anos 1980 (em especial México, Argentina e Brasil) e das crises financeiras dos anos 1990 e do início dos anos 2000 (México, Ásia, Rússia, Brasil, Turquia e Argentina), criou inúmeras novas modalidades de financiamento a juros reduzidíssimos e a prazos muito extensos para atender a países que sofrem com um alto grau de subdesenvolvimento, pobreza, miséria e guerra civil, como a Etiópia e a Somália, que passaram a ser seus novos clientes, quando os países desenvolvidos deixaram de efetuar empréstimos junto ao Fundo. O FMI teve que se reinventar para permanecer como uma instituição ativa e funcional no sistema de governança internacional pós-Segunda Guerra Mundial.

O FMI se propõe, hoje, portanto, a fomentar o crescimento e a estabilidade econômica mundial, a fornecer assistência técnica aos países que necessitam re-equilibrar as suas balanças de pagamentos, com vistas a facilitar a recuperação destes países e a reduzir a pobreza de suas populações.

Resumindo, podemos entender que a função inicial do FMI era salvaguardar a consecução do chamado “Sistema de Bretton Woods”. Este sistema correspondia a uma “re-arrumação” do sistema financeiro internacional com a finalidade de evitar que desequilíbrios financeiros e ataques especulativos provocassem recessões e desestabilizassem profundamente as economias. Enfim, a função do FMI era prover o ambiente ideal para que a economia de mercado, agora às

¹³ Em virtude do risco de moratória ou calote ser extremamente baixo.

voltas com um sistema financeiro robusto e fortalecido pudesse sobreviver e crescer. Segundo Stiglitz (2003), “dentro do seu conceito original, o FMI era fundamentado num *reconhecimento* de que os mercados, em geral não funcionavam bem”. O FMI foi criado porque a comunidade internacional chegou à conclusão que era necessária uma

ação coletiva em nível global para a consecução da estabilidade econômica, da mesma forma que a ONU havia sido fundamentada na crença de que era preciso uma ação em nível global para a consecução da atividade política (STIGLITZ, 2003, p. 39).

Para Stiglitz (2003), após o início dos problemas com o Welfare State (Estado do Bem-Estar Social) nos anos 1970, e com a chegada de Thatcher e de Reagan ao poder, o FMI mudou bastante desde o seu início, pois passou a defender a supremacia do mercado com fervor ideológico, aderindo às pregações dos porta-vozes e apóstolos do retorno do liberalismo, abandonando a orientação de Keynes, que enfatizava os fracassos do mercado e o papel do governo na criação de empregos, substituindo-a pelo mantra do livre mercado da década de 1980 (STIGLITZ, 2003).

Para Stiglitz, o FMI e o Banco Mundial se tornaram “instituições missionárias, por meio das quais (...) [as] idéias [neoliberais] eram impostas aos relutantes países pobres” (STIGLITZ, 2003). Para ele, o FMI passou a adotar uma postura “imperialista”, se intrometendo na soberania das nações em desenvolvimento, forçando-as a aceitar uma agenda de liberalização e desregulamentação das suas economias, com as promessas de desenvolvimento, crescimento, competitividade, eficiência, inserção no mercado global. Para piorar o quadro, soma-se o fato de que o FMI desconsiderava as peculiaridades endógenas inerentes a cada economia, impunha a mesma receita a países tão diferentes como Brasil, México, Argentina, Rússia, Coreia do Sul e Tailândia, políticas “antiquadas e inadequadas”, que tiveram como resultado, “a pobreza (...), [e] o caos político e social” (STIGLITZ, 2003), em aumento da fome e da miséria e da destruição significativa das economias.

As políticas de reajuste estrutural do FMI- políticas projetadas para *ajudar um país a se adaptar a crises e a desequilíbrios mais persistentes*¹⁴- resultavam em fome e em tumultos em muitos lugares; e mesmo quando os resultados não eram tão catastróficos, mesmo quando conseguiam gerar com dificuldade algum crescimento durante determinado período, quem desfrutava desses benefícios era, em geral, os que se encontravam em

¹⁴ Grifo nosso

melhores condições de vida, enquanto aqueles que viviam à margem tinham, muitas vezes, que enfrentar um estado de miséria ainda maior. (STIGLITZ, 2003, p. 16).

As promessas do FMI não foram cumpridas. Ao invés de crescimento, desenvolvimento e inserção no mercado global, as economias emergentes conheceram estagnação e recessão, aumento da pobreza e da miséria e competição desleal no mercado internacional, inclusive contando com medidas de forma alguma “neoliberais” por parte dos países ricos e industrializados, como os subsídios agrícolas. Além disso, as políticas recessivas para frear a inflação e diminuição dos gastos públicos para garantir o pagamento dos empréstimos, criavam um círculo vicioso nos quais os países afundavam e do qual era difícil escapar.

Meio século após a sua fundação, ficou claro que o FMI fracassou em sua missão (...) as crises no mundo estão mais intensas e mais freqüentes (com exceção da Grande Depressão) (...) O pior é que foram muitas das políticas impostas pelo Fundo Monetário Internacional, em especial quanto à liberalização prematura do mercado de capitais, que contribuíram para a instabilidade do mercado global. E quando um país passava por uma crise, os recursos e os programas do FMI não só não conseguiram estabilizar a situação como também, em muitos casos, chegavam até mesmo a piorar o quadro, principalmente para as populações carentes (STIGLITZ, 2003, pp. 41-42).

A imposição tácita e acrítica das medidas liberalizantes definidas no chamado Consenso de Washington e impostas pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial nos países emergentes gerou, ao invés de prosperidade sem precedentes, crescimento sustentado e inserção no mercado global, crises sistêmicas de proporções mundiais, que atingiram os principais países emergentes (à exceção apenas da Índia e da China¹⁵), durante o período que se iniciou em 1994 e se estendeu até 2002: a crise do México, também conhecida como a *crise da tequila* (1994/1995), a crise da Ásia (1997/1998), que atingiu especialmente a Coreia do Sul, a Tailândia e a Indonésia, a crise russa (1998), a crise brasileira (1998/1999) e a crise argentina (1999-2002).

¹⁵ Estes países não aderiram às imposições do FMI. Para se ter uma noção do desastre que aconteceu para os países que adotaram as medidas do Consenso de Washington, façamos uma comparação entre a China e a Rússia, que fizeram a transição da economia planejada para a economia de mercado. A Rússia seguiu a cartilha do FMI, enquanto a China seguiu receita própria. Em 1990, a China tinha 60% do PIB da Rússia; em 2000, era a Rússia que tinha apenas 60% do PIB chinês. A Rússia mergulhou numa grave crise financeira e econômica no final dos anos 1990, enquanto que a China segue crescendo à taxa anual média de 10% ao ano. Ver em STIGLITZ (2003), pg. 32. Outro exemplo vem da América Latina: A Argentina foi o país que mais seguiu à risca as proposições de Washington; teve a crise mais profunda e mais prolongada. Desde 2003, depois de abandonar estas políticas, vem crescendo a taxas médias de 9% ao ano (de 2003 a 2007).

1. 3 A globalização financeira

A globalização financeira representou a integração dos mercados de capitais de todo o planeta em tempo real. É no setor financeiro que o movimento de liberalização iniciado e capitaneado pelo Reino Unido e pelos Estados Unidos (Chesnais, 1996) atingiu o seu maior grau de efetivação. Para Octavio Ianni (1997), o capital desta forma, finalmente se torna ubíquo, em alguns instantes, move-se pelos mais diversos e distantes lugares do planeta. Para Chesnais (1996), o processo da globalização “é mais acentuado na esfera financeira”, é justamente na esfera financeira que a globalização atinge o seu auge, tornando possível o retorno¹⁶ de uma verdadeira economia global. Segundo Castells (1999),

uma economia global¹⁷ é algo diferente: é uma economia com capacidade de funcionar em tempo real, em escala planetária (...) O capital é gerenciado vinte e quatro horas por dia em mercados financeiros globalmente integrados, funcionando em tempo real pela primeira vez na história (...) as novas tecnologias permitem que o capital seja transportado de um lado para o outro entre economias em curtíssimo prazo (...) os fluxos de capital tornam-se globais e, ao mesmo tempo, cada vez mais vis-à-vis o desempenho real das economias. (CASTELLS, 1999, p.111).

O mercado financeiro ao redor de todo o mundo, no Norte e no Sul, está interligado, hoje, vinte e quatro horas por dia, graças às novas tecnologias advindas da Revolução da Telemática¹⁸, que possibilitou os meios físicos para a operacionalização da integração de todas as praças financeiras do planeta em tempo real. Graças à Revolução Telemática, tornou-se possível a transcendência das fronteiras dos Estados nacionais. Esta integração, porém, não aconteceu sem a existência e aprofundamento conjunto de assimetrias e desigualdades ao redor do globo, de forma múltipla e complexa, como afirma Octavio Ianni (1997): “As mesmas condições que alimentam a interdependência e a integração alimentam as desigualdades e contradições, em âmbito tribal,

¹⁶ Segundo Hirst e Thompson (2002), que usaram como parâmetro de análise os fluxos do comércio internacional, a economia estava muito mais internacionalizada até 1913 (até antes da Primeira Guerra Mundial) do que em fins do século XX e início do século XXI. Para eles, na verdade não há uma “globalização” da economia, mas apenas um “aumento da internacionalização”, dado que os centros da economia, segundo eles, continuam sendo os Estados nacionais. Sigo a opinião de Castells, segundo o qual há, de fato, uma economia global, funcionando pela primeira vez na História, totalmente integrada, em especial na esfera financeira, em virtude dos avanços tecnológicos conseguidos na área da telemática.

¹⁷ Grifo nosso.

¹⁸ A Revolução da Telemática consistiu na explosão durante os anos 1970, do aperfeiçoamento dos meios de telecomunicação e da informática, que se imbricaram mutuamente desde então: daí o nome *telemática*. Tal revolução foi financiada pelo governo norte-americano, em virtude da sua competição com a União Soviética, durante a Guerra Fria (1946-1991).

regional, nacional, continental e global”. O caráter desigual da globalização é bem descrito por John Kavanagh, do Instituto de Pesquisa Política de Washington:

A globalização deu mais oportunidades aos extremamente ricos de ganhar dinheiro mais rápido. Esses indivíduos usam a mais recente tecnologia para movimentar largas somas de dinheiro mundo afora com extrema rapidez e especular com eficiência cada vez maior. Infelizmente, a tecnologia não causa impacto na vida dos pobres do mundo¹⁹. De fato, a globalização é um paradoxo: é muito benéfica para muito poucos, mas deixa de fora ou marginaliza dois terços da população mundial. (KAVANAGH *apud* BAUMAN, 1999, p. 79).

Os países do Sul, dessa forma, foram forçados a se abrir seus mercados financeiros frágeis e em constituição aos investidores dos países do Norte, sem qualquer proteção, abrindo assim espaço para o capital volátil e a especulação financeira. Além disto, foram desenvolvidos novos mecanismos de seguros e aplicações financeiras, chamados de derivativos. Os derivativos somados à desregulamentação financeira, possibilitaram a especulação, que destruiu economias fragilizadas e mercados financeiros em constituição, nos países do Sul.

A especulação financeira infla artificialmente os ativos nas chamadas “bolhas especulativas”, com o conseqüente descolamento da economia financeira da economia real (somente para se ter uma idéia, no mundo antes da crise de 2008, circulavam por volta de US\$ 170 trilhões em derivativos nas bolsas de valores, ao passo que o PIB do planeta está em por volta de US\$ 48 trilhões), abrindo o espaço para crises sistêmicas, pois os ativos inflados artificialmente têm de “voltar ao chão” algum dia, gerando necessariamente “evaporação” da riqueza fictícia, financeira, que “contamina” a economia real, manifestando-se em elevado número de falências, demissões, desemprego e aumento da pobreza e da miséria²⁰ (PASSET, 2003).

A economia financeira, que surgiu como suporte à economia produtiva, real, que gera empregos, renda e tributos, deslocou-se desta, subsumindo-a, e tornando-se um fim em si mesma. Surgiu

¹⁹ Interessante que Milton Santos (2000) pensa o extremo contrário. Para ele é justamente a técnica que vai possibilitar aos pobres reverter o atual processo globalizatório e construir uma outra globalização, solidária e humana. René Passet (2003) também pensa de forma semelhante. Afirma ele: “As mesmas tecnologias imateriais que estão na origem da ‘globalização’ poderiam perfeitamente secretar o antídoto. A Internet, instrumento do comércio eletrônico mundial, é igualmente – para o melhor e para o pior – a ferramenta dos contatos entre os homens em escala mundial. Organizações que não são partidos políticos mas ONGs ou movimentos de cidadania, como a ATTAC, informam, alertam, articulam-se e mobilizam” (PASSET, 2003).

²⁰ Calcula-se que a crise mexicana (de 1994/1995) conhecida também como a “crise da tequila”, tenha levado cerca de três milhões de pessoas para abaixo da linha da pobreza.

aquilo que Marx previra em *O Capital*: o chamado “capital fictício” (MARX *apud* CHESNAIS, 1996), também chamado por Milton Santos (2000) de “loucura especulativa (...) dinheiro em estado puro (...) dado ameaçador da nossa existência cotidiana”, “uma força hoje quase incontrolável, que se ergue em total impunidade” (CHESNAIS, 1996), pois a esfera financeira alimenta-se da riqueza criada pelo investimento e pela mobilização de uma força de trabalho de múltiplos níveis de qualificação. A finança, em si mesma, não cria nada. Na verdade, ela representa a arena onde se joga um jogo de soma zero: o que alguém ganha dentro do circuito fechado do sistema financeiro, outro perde na economia real. Desta forma, podemos entender de onde vêm os fabulosos lucros que aparecem nas Bolsas de valores do mundo inteiro e para onde foi o dinheiro perdido pelos países do Sul durante a crise mundial (1994-2002).

O sistema da alta finança integrada mundialmente foi criado pelos governos britânico e americano (CHESNAIS, 1996), fazendo emergir o sistema contemporâneo de finanças, liberalizadas e mundializadas. A imposição da total abertura dos mercados financeiros aos países em desenvolvimento foi feita, entre as décadas de 1980 e 1990 pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), contaminado, segundo STIGLITZ (2003) pelas idéias da dupla Thatcher e Reagan: “o evangelho neoliberal” (STIGLITZ, 2000). Para Chesnais (1998), a finança mundializada apresenta as seguintes características: é um sistema dominado pelos Estados Unidos, em função da posição da posição do dólar e das grandes dimensões dos mercados de bônus e ações; é marcado pela carência de instâncias de supervisão e controle; a unidade dos mercados financeiros é assegurada pelos operadores financeiros²¹.

Segundo Braga (1997), a financeirização é “o modo de ser da riqueza contemporânea”, é o padrão de riqueza no capitalismo sistêmico. São indicadores que evidenciam esse fenômeno: a subida da relação, em valor, entre ativos financeiros e ativos reais; a elevação das operações cambiais totais sobre aquelas relativas ao comércio internacional; a superioridade das taxas de crescimento da riqueza financeira em comparação com as do crescimento do produto e do estoque de capital; a escalada das transações transnacionais com títulos financeiros como percentual do Produto Interno Bruto dos países avançados; a expressiva participação dos lucros

²¹ Que são, de fato, quem detém o poder na finança mundializada. Para Chesnais (1998), “são os operadores que delimitam os traços da mundialização financeira e que decidem quais os agentes econômicos, de quais países e para quais tipos de transação, que participarão desta”.

financeiros nos lucros totais das corporações industriais.

Para Braga (1997) é um padrão sistemático “porque a financeirização está constituída por componentes fundamentais da organização capitalista, entrelaçados de maneira a estabelecer uma dimensão estrutural segundo princípios de uma lógica financeira geral”. Além destes aspectos, segundo (Corazza, 2005), a financeirização da economia representa o

processo de globalização e integração dos mercados financeiro, que desconhecem fronteiras e poderes nacionais, na medida em que esses mercados perderam suas referências espaciais, assumindo mais a forma de redes articuladas de fluxos financeiros “desterritorializados”, que operam ininterruptamente, em tempo real (CORAZZA, 2005).

Esta realidade unida à autonomização das crises financeiras, passaram a se tornar causa de crise para a economia real. Para Corazza (2005), em tempo de financeirização da economia, “tudo se passa como se vivêssemos efetivamente sob o domínio da riqueza abstrata, de caráter monetário, financeiro e mesmo fictício.” Isto se torna muito claro quando olhamos para a crise de 2008, num tal cenário de financeirização da economia, no qual o índice de derivativos negociados nas bolsas espalhadas pelo globo é quatro vezes maior que o PIB do planeta, conforme podemos ver nas tabelas 1 e 2 abaixo:

Tabela 1: Número de países com ativos financeiros superiores ao PIB

Ano	Número de países
1990	33
2006	72

Fonte: McKinsey *apud* Veja edição 2079 (2008)

Tabela 2: Relação entre os ativos financeiros e o PIB

Ano	Ativos financeiros do planeta (em US\$ trilhões)	PIB mundial (em US\$ trilhões)
1980	12	10
2006	170	48

Fonte: McKinsey *apud* Veja edição 2079 (2008)

A financeirização ocorre em dois níveis: nacional e internacional. Em nível nacional, o padrão de riqueza típico é o institucionalizado nos Estados Unidos, marcado por concorrência acirrada, nos mercados de crédito e de capitais, numa perspectiva de uma gestão de ativos. No plano internacional é marcado pelo mercado de capitais mundialmente integrado, composto por ações, bônus e títulos financeiros em geral, públicos e privados, representantes da grande massa de riqueza mobiliária, desproporcional face à riqueza real, produtiva (BRAGA, 1997).

Com a financeirização, acontece o fenômeno da substituição da moeda pelos ativos geradores de juros, que são novos instrumentos financeiros dotados de rentabilidade com liquidez, substitutos da moeda, é a emergência do fenômeno da “quase-moeda” (BRAGA, 1997). Com isso, aumenta a oferta de empréstimos acima da base de reservas: é a substituição da moeda por ativos financeiros geradores de juros. A prioridade dos bancos passa a ser a administração de seus passivos. É o fenômeno da “fragilidade financeira” (BRAGA, 1997). Após a substituição da moeda pelos ativos geradores de lucros, passa a existir no globo uma massa de riqueza a circular em magnitudes desproporcionais às necessidades de financiamento da produção e circulação de bens e serviços (BRAGA, 1997). A riqueza financeira é uma riqueza essencialmente fictícia, é uma riqueza que substitui a moeda representante do trabalho pela “quase-moeda” (nos mercados de capitais, creditícios e derivativos - *swaps*, opções e futuros), uma riqueza que se fundamenta na dívida e na especulação, um tipo de riqueza que provoca crises na medida que trabalha com um volume cada vez maior de capital fictício que terá de ser produzido necessariamente um dia na esfera produtiva para ser pago um dia. É a forma mais absurda de capital (BRAGA, 1997), dinheiro em estado puro (SANTOS, 2000).

1.4 Crises sistêmicas e taxa Tobin

Os mercados financeiros liberalizados somados à euforia com a ideologia neoliberal que dominava o cenário durante os anos 1990 provocaram crises sistêmicas, auto-realizáveis (DUPAS, 2003), em virtude principalmente do efeito dominó. Segundo Almeida (2008, no prelo), “crises financeiras são inevitáveis em economias de mercado”. A financeirização da economia, com o conseqüente descolamento da economia financeira da economia real, através do financiamento do crescimento e do investimento através das dívidas futuras e da criação do

capital fictício (CHESNAIS, 1996) agrava esta possibilidade de crises e provoca, desde o início dos anos 1970, crises *sistêmicas*, crises oriundas da própria natureza do sistema (centrado agora na alta finança) e não mais crises de superprodução como no passado (CHESNAIS, 1996; BRAGA, 1997). Assim se expressa Almeida (2008, no prelo):

A criação de “liquidez” nos canais sempre inovadores do mundo das finanças irriga, sem dúvida, a economia globalizada, mas também *infla artificialmente*²² a carteira desses agentes. Uma vez detectado o descompasso entre a riqueza real e a ilusão financeira, a queda é inevitável, tanto mais rápida e catastrófica quanto são erráticas e confusas as primeiras reações das autoridades (ALMEIDA, 2008, no prelo).

Estas crises sistêmicas que têm atingido o capitalismo global são decorrentes de uma fragilização do sistema (BRAGA, 1997), fruto de uma desregulamentação e uma liberalização dos mercados financeiros (GRAY, 1999), pressionados pelo Tesouro Americano e pelo Fundo Monetário Internacional, em um período no qual os Estados nacionais estão extremamente fragilizados, como afirma o subcomandante Marcos em artigo no jornal *Le Monde Diplomatique*:

No cabaré da globalização, o Estado passa por um *strip-tease* e no final do espetáculo é deixado apenas com as necessidades básicas: seu poder de repressão. Com sua base material destruída, sua soberania e independência anuladas, sua classe política apagada, a nação-estado torna-se um mero serviço de segurança para as mega-empresas ... Os novos senhores do mundo não têm necessidade de governar diretamente. Os governos nacionais são encarregados da tarefa de administrar os negócios em nome deles (SUBCOMANDANTE MARCOS *apud* BAUMAN, 1999, p. 74).

Já para Octavio Ianni (1997), em épocas de globalização, as organizações internacionais multilaterais passam a ter grandes poderes, substituindo-se aos Estados nacionais, e impondo de fato, o poder de quem realmente o detém no cenário global, quais sejam, os países do Norte e seus grandes conglomerados empresariais. Para Ianni (1997), as organizações multilaterais passaram a exercer as funções de estruturas mundiais de poder, o princípio da soberania não foi abalado nem o Estado-nação, mas foram radicalmente abalados em suas prerrogativas.

Segundo Dupas (2003), estas crises são auto-realizáveis, porque já fazem parte do sistema, revelam sua fragilidade, inconsistência, e urgente necessidade de reforma e regulamentação. Além do mais, as crises revelam que os resultados pretendidos pela implantação da ideologia

²² Grifo nosso.

neoliberal foram decepcionantes:

O ciclo de reformas neoliberais que integrou ao mercado global os grandes países da periferia havia se sustentado na retórica de que ele seria *inevitável e virtuoso*, centrando-se na abertura comercial, na internacionalização das empresas locais e na intensa privatização. O fluxo de capitais tornou-se livre e perseguiram-se as metas de estabilidade monetária e orçamentos públicos equilibrados. Para além do controle das inflações crônicas- conquista inegável- o resultado foi decepcionante. Ao sabor de pesadas crises internacionais, esses países acabaram tendo de viver a dura incerteza quanto à forma de equilibrar sua balança externa, voltar a crescer, reverter o nível de desemprego e atenuar sua perversa distribuição de renda (DUPAS, 2000, p. 71).

O resumo destas crises sistêmicas que atingem o capitalismo global desde o *crash* da Bolsa de Nova York, em 1929, até a atual crise de 2008, pode ser visualizado no quadro 1 localizado na próxima página:

Esquema estilizado das crises financeiras internacionais, 1929-2008

Paulo Roberto de Almeida (www.pralmeida.org.pralmeida@mac.com)

Ano	1929	1931-33	1950-60s	1974-75	1982-1987	1995-2001	2008
Países:	Estados Unidos	Europa	Em escala mundial	EUA e mundial	América Latina	Internacional	EUA-Mundial
Processo ou evento associado:	Final da expansão continuada do pós Primeira Guerra	Interrupção da ajuda americana sob forma de empréstimos	Conversibilidade sem coordenação de políticas macroeconômicas	Colapso do sistema de Bretton Woods, aumento dos preços do petróleo	Grandes projetos de desenvolvimento em meio à estagnação dos países avançados	Expansão dos mercados financeiros, capitais especulativos, ataques terroristas	Exacerbação do crédito imobiliário, propagação via derivativos nos demais mercados
Especulação anterior com:	Terra até 1925; ações em bolsa, 1928-29	(Não aplicável)	Câmbio, principais moedas	Ações, obrigações financeiras, imobiliário, super-petroleiros	Cartões de commodities (petróleo), mercados bancários privados	Derivativos financeiros, letras do tesouro denominadas em dólar	Hipotecas subprime, derivativos e ativos financeiros (ações) sobrevalorizados
Expansão monetária a partir:	Ações compradas na margem	Empréstimos dos EUA	(Não aplicável)	Mercado de eurodólares	Reciclagem de petrodólares, euro-mercados	Vários tipos de liquidez, dólar e eurodólar	Instrumentos financeiros, ativos ultra-avancados,
Pico especulativo:	Setembro 1929	1929-31	Especulação nos mercados futuros de moedas dos países:	1969	1979-1982	1995-1997	2003-2007 (chochilo do Federal Reserve e das rating agencies?)
Crise: quebras bancárias, pânico financeiro	Outubro 1929	Austria, maio 1931; Alemanha, jun. 1931; Grã-Bretanha, set. 1931; Japão, dez. 1931; EUA, março 1933	França, 1958; Canadá, 1962; Itália, 1963; Grã-Bretanha, 1964; França, 1968; EUA, 1973, etc.	1974-1975	Agosto-setembro de 1982: inadimplência do México, insolvência do Brasil, <i>de-faults</i> gerais na região	México: dez. 94; Ásia: julho 1997; Rússia: agosto 1998; Brasil: nov. 98-jan. 99; Turquia: jan. 01; Argentina: set. 2001	EUA: segundo semestre de 2007 a setembro-outubro de 2008; disseminação na Europa e Japão em 2008; Mundo?
Empres-tador de última instância:	Operações no mercado aberto do Federal Reserve de NY	Esforços mitigados dos governos dos EUA e da França	Rede de ajuda mútua do BIS (empréstimos entre bancos centrais, GAB)	Rede do BIS, FMI	Pacotes de "ajuda" dos bancos privados, esquemas oficiais (FMI, Baker-Brady)	FMI, G-7, bancos multilaterais, BIS	Bancos centrais dos principais países envolvidos e países emergentes
Consequências para o Brasil:	Queda nos mercados externos, perdas com o café, crise e revolução política	Recessão temperada por medidas anti-cíclicas (queima de café), suspensão de pagamentos, controle de câmbio	Inadimplência ocasional, renegociação das obrigações externas no âmbito do Clube de Paris e bilateralmente	Crédito externo generoso para projetos de desenvolvimento, grande aumento da dívida externa	Insolvência financeira, renegociação com o setor bancário privado, cartas de intenção com o FMI, controle de câmbio, moratória em 1987	Dependência capital-bolates, juros altos, novos empréstimos e negociação de três acordos pré-ventivos com o FMI (1998, 2001 e 2002)	Redução dos créditos externos; desvalorização cambial com retração de investimentos financeiros, queda nos preços das commodities.

Fonte: Paulo Roberto de Almeida, *Os Primeiros Anos do Século XXI: o Brasil e as relações internacionais contemporâneas* (São Paulo: Paz e Terra, 2001); adaptado de Charles Kindleberger, *Manias, panics, and crashes: a history of financial crises* (New York: Basic Books, 1978), p. 259, três últimas colunas e última linha elaboradas pelo autor, atualizado em 10.10.2008.

Quadro 1

A partir dos efeitos da desregulamentação do capitalismo financeiro, como a especulação (e a conseqüente destruição de economias inteiras de países), surgiram propostas alternativas a fim de controlar ou reverter parcialmente a financeirização da economia, uma delas tendo sido a de taxar a circulação do capital, através da criação da conhecida “taxa Tobin”. A taxa Tobin foi recomendada pelo economista James Tobin em 1972, logo após a queda do padrão dólar-ouro. Sua proposta é taxar o capital financeiro e usar os recursos para erradicar a pobreza. Para Figueiredo (2000), “todas as transações financeiras [deveriam ser] taxadas e (...) os Estados [deveriam ter] garantia da realização de políticas macroeconômicas e de estabilização pelo fato dos mercados serem constantemente afetados pela volatilização dos capitais”. Os recursos gerados pela aplicação da Taxa Tobin poderiam ser utilizados, ainda, para erradicar a miséria extrema na qual muitos seres humanos vivem, porque a Taxa Tobin traria um número muito alto de divisas, em virtudes das altíssimas quantidades de capital movimentadas no circuito financeiro. O valor inicial de 0,1% seria cobrado as movimentações especulativas. Esse dinheiro iria para as organizações da sociedade civil que têm como objetivo a erradicação da pobreza.

A proposta da taxa Tobin foi ressuscitada por Ignácio Ramonet, em editorial no jornal *Le Monde Diplomatique*, em dezembro de 1997, intitulado “Desarmem os mercados”, que surgiu como reação à crise financeira que envolvia inúmeros países na Ásia. Eis um trecho do editorial:

O ciclone que devasta os mercados monetários asiáticos ameaça o mundo inteiro. A globalização do capital de investimento cria insegurança universal. Ela escarnece das fronteiras nacionais e debilita a capacidade dos Estados de assegurar a democracia, a felicidade e o bem-estar de seus povos. A globalização do capital financeiro ergue suas próprias leis. Erigiu um Estado separado, supranacional, com um aparato administrativo próprio, esferas de influência próprias e uma política própria: o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Essas instituições poderosas cantam em uníssono uma canção com os ‘valores do mercado’, e as grandes mídias do mundo são o seu eco. Esse Estado mundial artificial é uma grande potência sem base social. Ele responde somente aos mercados financeiros e aos senhores dos fundos e das múltis. E os Estados reais do mundo real são degradados, transformados em sociedades impotentes e isso piora de ano a ano. (RAMONET *apud* GREFE *et alli*, 2005, p. 141-142).

Ramonet, nesse editorial, propôs a criação de uma ONG que lutasse pela implantação da taxa Tobin. Seis meses depois nascia a ATTAC, a 3 de junho de 1998.

Por que não fundar uma nova organização não-governamental, uma associação para uma

‘taxa Tobin’ de auxílio aos cidadãos (*Association pour la Taxe Tobin pour l’aide aux Citoyens*, ou seja, a ATTAC)? Juntamente com os sindicatos e com o grande número de organizações sociais, culturais e ecológicos, ela poderia exercer uma pressão esplêndida sobre os governos para finalmente introduzir essa taxa. Em nome da solidariedade universal. (RAMONET *apud* GREFE *et alli*, 2005, p.143).

Segundo Figueiredo (2000), essa ONG lutaria pela aplicação da Taxa Tobin e para frear a especulação que, em um único dia, pode tanto quebrar as bolsas de valores de um país, quanto pode fazer com que os especuladores lucrem a quantia que grandes empresas demorariam anos para ganhar somente com produção. Para Figueiredo (2000), “Ramonet afirmava que os mercados precisavam ser desarmados porque se isso não acontecesse o mundo no próximo século se tornaria uma selva onde predadores fariam as leis.”

1.5 A contestação

Em 1999, diante dos estragos provocados pela crise e falência evidente do modelo neoliberal, que, entretanto, insistia em manter-se, organizações da sociedade civil internacional resolveram protestar contra o sistema e contestar a sua legitimidade. As pessoas se cansaram de simplesmente observar os efeitos das políticas adotadas no início dos anos 1990 em meio à grave crise em efeito dominó que arrasava a Ásia, a Rússia e o Brasil. Stiglitz (2003) afirma que, sem nenhuma alternativa vislumbrada, sem ter como expressar sua preocupação, ou como exigir mudanças, é natural que as pessoas acabem se revoltando.

A contestação é uma outra face da globalização, porque só se tornou efetiva por causa da existência da Revolução da Telemática, em especial o advento da Internet e a sua popularização em meados dos anos 1990. Isto por duas razões: primeiro, porque possibilitou a articulação de redes transnacionais de vítimas desta globalização; segundo, porque possibilitou aos cidadãos do mundo desenvolvido o conhecimento das mazelas causadas no mundo em desenvolvimento pela globalização tal como ela está sendo gerida (MILANI, 2006). Iniciou-se, desta forma, uma imensa rede, das mais variadas correntes político-ideológicas, de pessoas contrárias à forma como a globalização está sendo conduzida (e algumas contrárias à própria globalização em si), que começaram a aparecer nos protestos de Seattle, em 1º de dezembro de 1999, marco do início

da Contestação e da formação do movimento alter-mundialista²³, que propunha “uma outra globalização”. Em oposição à famosa frase de Margareth Thatcher, “*there is no alternative*”, cristalizou-se no 1º Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre, no Brasil, o lema “*um outro mundo é possível*”²⁴, como ponto de chegada dos mega-protestos durante os quais foi tomando forma o movimento alter-mundialista (GREFE *et alli.*, 2005).

O marco inicial do conjunto dos mega-protestos foi, para iniciar, a Batalha de Seattle (1º de dezembro de 1999). Em Seattle, uniram-se pessoas de interesses divergentes, mas que seriam afetadas pelas regras de livre comércio da Rodada do Milênio da OMC. Em Praga (26 de setembro de 2000), o protesto se voltou contra a reunião do FMI e do Banco Mundial. Já em Nice, na França (em 6 de dezembro de 2000), o protesto foi contra a Conferência de Cúpula da União Européia, enquanto que em Gênova, na Itália (20 de julho de 2001), o mega-protesto foi organizado contra a reunião do G-8 e resultou na trágica morte do estudante Carlo Giuliani.

O protesto de Gênova é muito importante porque marcou um “ponto de inflexão” no movimento alter-mundialista, que a partir de então – em virtude especialmente do assassinato do estudante Carlo Giuliani – passou a adotar explicitamente a *paz* como uma bandeira de luta e rejeitar dentro de si todas as organizações que fossem explicitamente violentas, como as FARC e a Al-Qaeda. Mais um ponto importante no protesto de Gênova foi o fato de que, algumas semanas antes, o Papa João Paulo II também protestou contra “o domínio do capital sobre o mundo” e o arcebispo de Milão, o cardeal Dionigi Tettamanzi também convocou um protesto nesse mesmo sentido apenas uma semana antes da reunião do G-8 em Gênova²⁵, somando a voz da Igreja ao coro dos contestadores globais em meio à crise que já solapara a Argentina neste período.

²³ O termo alter-mundialista é uma proposição da ATTAC (Associação pela Taxação das Transações Financeiras em Ajuda aos Cidadãos), criada em 1998 e que ajudou a moldar o movimento alter-mundialista.

²⁴ É muito interessante aqui perceber as contribuições muito evidentes do trabalho de Alain Touraine (1999), que se dedicou a estudar os movimentos sociais. Torna-se muito claro que ele segue os passos da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, que afirmava a “emancipação” como a liberação das virtualidades existentes desde *já*. Um outro mundo *já* é possível (ou seja, não é apenas uma utopia ou um idealismo), é preciso fazer com que ele emergja da dominação atual, “emancipá-lo” *aqui e agora, no presente*, pois as condições para tal intento já podem ser encontradas no presente. Por isso, percebe-se como uma tônica muito forte nos movimentos sociais o apelo à cultura e à política cultural como espaços através dos quais tornar possível a emergência deste outro mundo já presente como potencialidade, evidenciando que a realidade social não é uma inevitabilidade cósmica, mas uma construção social, e que, portanto, pode ser transformada pela ação do sujeito engajado, que inclusive, se co-constitui nessa relação dialética. Ver Touraine (1999) e Gohn (1997).

²⁵ Ver em GREFE *et alli.*, 2005.

O acontecimento dos protestos também evidencia a fragilidade dos Estados em responder aos problemas provocados pela globalização e crescente perda de legitimidade por parte dos mesmos. Esta perda de poder por parte dos Estados produz legitimidade aos contestadores da globalização, em virtude do caráter dramático que esta adquire. Assim afirmam Tostes e Villa (2006):

A fonte de legitimidade da sociedade civil internacional deveria ser procurada no caráter quase dramático do debate no qual se articulam, isto é, nas respostas societais globais que apresentam, face os desequilíbrios sistêmicos gerados (...) fenômenos para os quais os Estados nacionais e os procedimentos democráticos [tradicionais] não tiveram resposta imediata (TOSTES e VILLA, 2006).

A Contestação se legitima, portanto, no fracasso do neoliberalismo, e inaugura uma nova forma de legitimação, pela “ação” (TOSTES e VILLA, 2006), não mais apenas pela autoridade. Para Stiglitz (2003), a importância dos protestos está no fato de que eles

têm feito com que as autoridades governamentais em todo o mundo reflitam a respeito de alternativas [às] (...) políticas do Consenso de Washington, políticas vistas como a única forma para o crescimento e o desenvolvimento. Tornou-se cada vez mais claro, não só para os cidadãos comuns, mas também para aqueles que formulam as políticas (...), que a globalização, da maneira como tem sido praticada, não satisfaz as expectativas (...) - nem realizou o que pode e o que deve realizar (STIGLITZ, 2003, p. 47).

Mais especificamente em relação ao FMI, um dos pontos mais nevrálgicos da Contestação são os Programas de Ajuste Estrutural (PAEs) do FMI. Os programas de ajuste estrutural são as condicionalidades sem as quais o FMI não empresta o dinheiro aos países necessitados. Os PAEs são medidas recessivas, como pagamento imediato de dívidas, aumento de juros, corte nos gastos sociais e nos investimentos. Em geral, pioram ainda mais a situação das economias que passam por este tratamento. Para GREFE *et alli.* (2005), a finalidade principal dos programas de ajuste estrutural não é colocar novamente em andamento as economias dos países atingidos pela crise financeira, mas “dar fim à perturbação nos mercados financeiros e assegurar que não houvesse nenhum deságio no serviço de créditos estrangeiros”. O próprio Mickey Cantor, então Secretário de Comércio nos Estados Unidos declarou, no auge da crise asiática, em 5 de dezembro de 1997: Se os países buscam a ajuda do FMI, então a Europa e os Estados Unidos deveriam usar o FMI como um triturador para extrair vantagens (THE TIMES *apud* GREFE *et alli.*, 2005). Os críticos (GREFE *et alli.*, 2005; PASSET, 2003) contestam os programas de ajuste estrutural do FMI pelo fato de que, quando os países desenvolvidos estão em situação de baixa liquidez, estagnação e/ou

recessão, fuga de capitais, aplicam exatamente as medidas propostas por Keynes (de intervenção do Estado na economia) e não as medidas propostas pelo FMI e pelo Banco Mundial, que ficaram conhecidas como o “Consenso de Washington”: disciplina fiscal; reordenação das prioridades do gasto público; reforma fiscal; liberalização das taxas de juros; taxa de câmbio competitiva; liberalização do comércio; liberalização da entrada de investimento externo direto (IED); privatização; desregulamentação; direitos de propriedade. Estas foram medidas, que, segundo os críticos da globalização, aplicadas de forma abrupta, exaustiva, acrítica e sem a transição adequada, provocaram exatamente o contrário daquilo que prometiam²⁶: aumento da fome e do desemprego, da pobreza e da miséria, estagnação e recessão.

Para além do que emerge de óbvio das medidas do Consenso de Washington, existe o fato que as medidas de ajuste neoliberal não diminuíram o Estado em níveis absolutos. Segundo dados da OCDE ²⁷, os gastos públicos representavam em 1999, em pleno Consenso de Washington, 33% do PIB americano, 43% do brasileiro, 46% do francês e 68% do sueco. Verificou-se, portanto, uma diminuição do Estado em *políticas de bem-estar social* (visto que são mais fáceis de cortar do orçamento, para ter um Estado mais equilibrado do ponto de vista fiscal), ao passo que houve aumentos sistemáticos de receitas para outros setores da economia, especialmente o socorro do Estado às grandes corporações e aos grandes bancos.

A Contestação tornou-se uma realidade visível, um *acontecimento* – que como diz Foucault (2007), é a “*corporificação do imaterial*” – porque impôs-se o que Offe (*apud* BAUMAN, 1999) chamou de “afrouxamento dos freios”: desregulamentação, liberalização, flexibilidade, fluidez crescente e facilitação das transações nos mercados financeiros imobiliário e trabalhista, alívio da carga tributária etc. Este afrouxamento diminuiu significativamente o poder mesmo de quem impõe a aplicação deste padrão (o Estado). A realidade social tornou-se, desta forma, *dramática*, dado que em virtude desta nova liberdade global de movimento, está cada vez mais difícil, talvez até mesmo impossível reunir questões sociais numa efetiva ação coletiva (BAUMAN, 1999).

²⁶ GREFE *et alli*. (2005) cita o caso da Malásia que não seguiu a “cartilha” do FMI e não sofreu os efeitos da crise de 1997/1998. Índia e China também são exemplos de economias que seguiram crescendo sem seguir os ditames do Fundo.

²⁷ Ver em <http://www.oecd.org/statsportal/0,2639,en_2825_293564_1_1_1_1_1,00.html>. Acesso em 03 dez 08.

Os protestos, portanto, têm especialmente duas funções: chamar a atenção para evidenciar que algumas coisas estão erradas, e propor alternativas. Pouco mais de um ano depois do protesto em Seattle, marco do início da Contestação, os cidadãos contrários à forma como a globalização vem acontecendo, chamados de *alter-mundialistas*, se reuniram em Porto Alegre, no Brasil, a fim de protestarem contra à globalização neoliberal, e juntos, propor alternativas ao neoliberalismo.

Referindo-se à Contestação e aos sucessos em relação ao AMI²⁸, aos OGMs²⁹, à batalha de Seattle e à renúncia por parte da Monsanto do projeto “Terminator”³⁰, o economista René Passet (2003), célebre na militância contestatória e membro do conselho científico da ATTAC afirma que a partir de agora será impossível deixar de levar em conta a capacidade de mobilização dos homens em todo o mundo. Para ele, os autênticos mundialistas são aqueles que lutam pela realização de um triplo imperativo de solidariedade: dos povos no mundo, dos homens em cada nação e das gerações através dos tempos (PASSET, 2003). Por fim, ele conclui que, em relação à Contestação, entre outras coisas, trata-se de remodelar o poder, recolocando o que ele chama de “finalidade humana” e “os valores” no *centro da economia*, contendo a esfera financeira e reposicionando a economia em seu justo e digno lugar de servidora (PASSET, 2003).

As alternativas à globalização tal como gerida pelo FMI hoje são inúmeras. Desde as propostas de uma globalização humanizada até propostas de destruir a globalização, passando por propostas de taxação da ATTAC, que têm gerado tensões entre o discurso oficial (do FMI) e as propostas altermundialistas (de organizações como a ATTAC), que propõem justamente o *retorno da regulamentação dos mercados financeiros*, para que a economia de mercado possa funcionar de forma mais justa e socialmente responsável. Por fim, Hirst e Thompson (2002) apontam a *governabilidade*, ou seja, o retorno da regulamentação da economia por meio do Estado-nação, como grande alternativa à atual gestão da globalização.

As economias de mercado necessitam ser apropriadamente governadas para que as expectativas substantivas de uma ampla gama de atores econômicos sejam desempenhadas

²⁸ Acordo Multilateral de Investimento, negociado dentro da OCDE e “abortado” em 1998. Segundo GREFE *et alli.*, 2005, o AMI colocaria, nos países que o assinassem, o direito do investidor sobre as legislações trabalhistas dos Estados.

²⁹ Organismos geneticamente modificados, como os grãos transgênicos.

³⁰ Projeto pelo qual a planta gerada pela semente fornecida pela Monsanto destruiria as sementes que produzisse, obrigando o agricultor a comprar infinitamente as sementes “originais” da Monsanto.

efetivamente. Os mercados são meios efetivos de alocação econômica, se as condições em que operam forem *controladas*³¹ (HIRST e THOMPSON, 2002, p. 189).

Para eles, é um erro a liberalização absoluta e abrupta da economia, evidenciando que uma economia genuinamente capitalista só funciona quando eficientemente regulamentada pelo Estado, ao contrário do evangelho do livre mercado neoliberal (STIGLITZ, 2000).

Segundo Gray (1999) e Stiglitz (2003), atualmente, no “pós-socialismo”, ou seja, após a Queda do Muro de Berlim (1989) e da União Soviética (1991), na “era da globalização”, não se trata mais da competição entre capitalismo e socialismo, entre duas grandes metanarrativas (LYOTARD, 1998), mas entre capitalismo bom e capitalismo ruim (GRAY, 1999), num contexto no qual o capitalismo ruim tende a subsumir o capitalismo bom (GRAY, 1999); o capitalismo liberalizante de mercado tende a substituir o capitalismo de mercado social que predominou na Europa entre os anos 1940 e 1970 (GRAY, 1999). É aí que se insere, para Hirst e Thompson (2002), o caráter nefasto da globalização como *ideologia*. Para eles, a *ideologia* da globalização, afirma que *não há alternativas*, é “*o destino manifesto*” do mundo, e, portanto, configura-se como a grande inimiga da esquerda a nível mundial, pois põe o fato da integração total e da vitória do capitalismo de tipo britânico-americano como um dado irreversível. É interessante que Hirst e Thompson colocam não o *fato* da globalização, mas a sua *ideologização*, como a grande inimiga da contestação a nível global. Para eles, trata-se, portanto, de combater o “mito” da globalização, e não a própria, segundo eles, inexistente ainda.

Uma outra proposta é a de René Passet (2003), que defende a articulação dos setores público e privado como reação à globalização. Para ele, todos os grandes êxitos da economia basearam-se numa boa articulação entre setor público e privado, como evidenciam os Trinta Gloriosos anos do último pós-guerra, o exemplo do Vale do Silício, nos Estados Unidos, o avanço japonês da década de 1980 ou o exemplo mais recente, de que muito pouco se fala, dos países nórdicos: a Suécia, a Noruega e a Finlândia e a Dinamarca (PASSET, 2003).

Passet (2003) também defende a união coordenada dos diversos governos nacionais. Para ele, o único caminho para opor-se ao poder internacional da finança e das multinacionais, é que os

³¹ Grifo nosso.

governos deixem de agir separadamente e passem a atuar em conjunto. Para ele, esta é a única forma dos Estados nacionais deixarem de ser joguetes nas mãos das potências econômicas (PASSET, 2003).

Até meados dos anos 1990, reinava incontestemente o discurso de que “*there is no alternative*” (não há alternativa) no cenário internacional, tal como foi pronunciado por Margaret Thatcher. O discurso neoliberal, após a queda da União Soviética e dos problemas com o Estado de bem-estar social, foi apresentado como o destino do mundo, discursos como “o fim da História” (FUKUYAMA, 1992; HUNTINGTON, 1997) logo se apressaram em serem anunciados. A gravíssima crise internacional que assolou os países emergentes logo veio provar que a História de fato não acabou. Em meio à entrada do México no Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) e à crise da tequila que levou três milhões de mexicanos para baixo na linha de pobreza, surgiu e se legitimou o movimento de contestação em Chiapas, que logo chegou ao mundo inteiro, originando uma nova forma de contestação nos anos 1990.

A ATTAC é fruto de um processo social ocorrido na França que teve como grande marco a famosa greve de dezembro de 1995, quando o sociólogo Pierre Bourdieu resolveu ir às ruas para apoiar os trabalhadores contra o avanço do neoliberalismo e de sua globalização (que já causara estragos bastante grandes no México, no início do mesmo ano), e conclamar a lutar contra a ciência econômica em voga, propondo “uma outra economia”. Este movimento deu origem a livros como *Contrafogos* e *Contrafogos 2*, além do *best seller* com mais de cem mil exemplares vendidos, *A Miséria do Mundo*, e o livro *O Horror Econômico*, de Viviane Forrester, que mostrava os efeitos das crises financeiras e econômicas sobre as populações. Para Bourdieu, a economia deveria ser atacada porque, para ele, era justamente ela que legitimava tamanha iniquidade. Bourdieu assim se manifestou, aos grevistas da Gare de Lyon:

Só se pode combater eficazmente a tecnocracia internacional se ela é desafiada em sua área de origem, o da ciência econômica, e se opõe ao saber mutilado de que ela se serve um saber que tem mais respeito pelos seres humanos e pelas realidades que estes enfrentam (GREFE *et alli.*, 2005, p. 24).

O ápice desta indignação aconteceu em dezembro de 1997, em meio à crise que atingiu o Leste Asiático, o jornalista quando Ignácio Ramonet, diretor do jornal *Le Monde Diplomatique* publica

um artigo, um “manifesto”, conclamando a sociedade civil mundial a desarmar os mercados e propondo a criação de uma ONG que se propusesse a fazer campanhas pela taxação dos fluxos financeiros, através do tributo Tobin – a ATTAC (Associação pela Taxação das Transações Financeiras em Ajuda aos Cidadãos). Esta ONG lutaria pela aplicação deste tributo ao capital especulativo, como forma de evitar que o jogo financeiro colocasse milhões de pessoas na miséria, na indigência e no desemprego, visando reduzir a especulação, proteger as economias nacionais, e com a taxa, financiar projetos de desenvolvimento em todo o planeta, além de fazer avançar o processo de integração internacional no plano jurídico, com a criação de uma taxa global.

O objetivo da ATTAC é contestar o discurso de que não há alternativas, e propor aos cidadãos do mundo uma regulamentação do capitalismo global. A ATTAC faz isso basicamente através da proposição do tributo Tobin e da educação financeira dos cidadãos. A ATTAC se configura, portanto, como um movimento de formação política, orientado para a ação, por meio de conferências, grupos de leitura, a universidade de verão nacional, elaboração de brochuras e panfletos, a difusão de documentos sobre política econômica (GREFE *et alli*, 2005), incluindo também a participação em manifestações públicas, passeatas, e na organização de fóruns como o Fórum Social Mundial e os diversos Fóruns Sociais continentais, nacionais e regionais. O lema da ATTAC é a proposta de uma “outra” globalização, pelo reconhecimento de que a forma pela qual a globalização vem sendo gerida, atualmente, acaba transformando-a num processo promotor de iniquidades e múltiplas injustiças, perversidades estas que são bem exemplificadas por Milton Santos:

para a maior parte da humanidade a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades. O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem sua qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes. Novas enfermidades como a SIDA se instalam e velhas doenças, supostamente extirpadas, fazem seu retorno triunfal. A mortalidade infantil permanece, a despeito dos progressos médicos e da informação. A educação de qualidade é cada vez mais inacessível. Alastraram-se e aprofundam-se males espirituais e morais, como os egoísmos, os cinismos, a corrupção. (...) Todas essas mazelas são direta ou indiretamente imputáveis ao *presente processo de globalização*³² (SANTOS, 2000, pp. 19-20).

³² Grifo nosso.

Quantitativamente, os números da desigualdade da globalização podem ser expressos desta forma: em 1998, a riqueza somada dos 358 maiores bilionários globais equivalia à renda somada dos 2,3 bilhões mais pobres; só 22% da riqueza global pertencem aos países em desenvolvimento, ao passo que estes respondem por 80% da população mundial; em 1991, 85% da população recebiam apenas 15% da renda global; em 30 anos, o percentual da renda global possuído pelos 20% dos países mais pobres caiu de 2,3% para 1,4%. (BAUMAN, 1999).

Dentro deste cenário, a ATTAC se propõe a defender uma “outra” globalização, e do ponto de vista prático, pode ser definida, então como “uma grande campanha de alfabetização econômica” (GREFE *et alli*, 2005) para tornar conhecida ao grande público a realidade dos mercados financeiros liberalizados e desregulamentados ao extremo, para propor justamente o seu controle pelos Estados nacionais numa ação global coordenada. O principal papel da ATTAC, portanto, é o de ser uma entidade que age como educadora financeira dos cidadãos, se propondo a passar às pessoas comuns, em linguagem cotidiana, o que acontece no dia-a-dia dos mercados financeiros globais, com a finalidade de romper a distância que se efetua entre o mundo da alta finança e o mundo da vida.

A tarefa central da ATTAC consiste em quatro reivindicações básicas: “taxa Tobin, ressecamento dos paraísos financeiros, ajuste das dívidas e rejeição dos fundos de pensão para o seguro-velhice” (GREFE *et alli*, 2005). A ATTAC ainda apresenta as seguintes reivindicações:

- Estabilização do câmbio entre as três moedas principais: dólar, euro e iene (na prática, um retorno ao Sistema de Bretton-Woods de câmbio fixo e coordenação entre as economias, ou seja, o retorno à função inicial do Fundo Monetário Internacional);
- Configuração democrática das instituições financeiras internacionais (isto significa que o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional deveriam apresentar configurações semelhantes às da Organização para as Nações Unidas, no sistema um país – um voto);
- Tributação maior das receitas de capital e das grandes fortunas (cujo início seria a Taxa Tobin);
- Uma reforma abrangente do sistema injusto do comércio mundial (isto significa nada menos que a proposta de reformar ou extinguir a Organização Mundial do Comércio).

O alvo principal da ATTAC é a desregulamentação dos mercados financeiros a nível mundial. Ela emerge como um *novo movimento social*, que se apresenta como uma possível resposta aos efeitos humanos da desastrosa liberalização dos mercados financeiros. É interessante como Bauman (1999) aponta com clareza os efeitos da mundialização financeira sobre as populações:

em vez de homogeneizar a condição humana, a anulação tecnológica das distâncias temporais/espaciais tende a polarizá-la. (...) Para algumas pessoas ela augura uma liberdade sem precedentes face aos obstáculos físicos e uma capacidade inaudita de se mover e agir a distância. Para outras, pressagia a impossibilidade de domesticar e se apropriar da localidade da qual têm pouca chance de se libertar para mudar-se para outro lugar. (...) Graças à nova “incorporeidade” do poder na sua forma sobretudo financeira, os detentores do poder tornam-se realmente extraterritoriais, ainda que corporeamente estejam “no lugar” (BAUMAN, 1999, p.25).

Em virtude dos desastres humanos e sociais fruto dos processos de globalização, como o desemprego em massa, a precarização do trabalho e a delocalização das empresas³³, a ATTAC tem atraído inclusive muitos jovens, vítimas dos efeitos dos processos de globalização também na Europa, que entre outras coisas, está promovendo a destruição do Estado social e a ascensão de forças antidemocráticas como reação à crise social instaurada pela liberalização e desproteção das economias e das sociedades no Velho Continente.

Juridicamente, a ATTAC se apresenta como uma associação. Como movimento social, a ATTAC se apresenta como aquilo que é “*o ainda novo*” que espera uma construção e uma definição. A ATTAC é fruto de uma geração crítica, mas desiludida com os projetos efetivados do socialismo real e da ascensão das esquerdas ao poder na Europa aliada a uma geração que cresceu no ocaso do socialismo real, mas que não acredita mais em metanarrativas ou em projetos totalizantes. Assim se expressa Pierre Khalfa, presidente do sindicato de correio SUO-PTT:

Agora não temos nenhum grande modelo, nenhum revolucionarismo, nenhuma Internacional, apenas o trabalho de filigrana que constrói pequenas ilhas, das quais podem partir mais tarde ataques por reformas radicais. Mais não se pode exigir no momento (GREFE *et alli*, 2005, p.163).

³³ A delocalização das empresas é o fenômeno pelo qual, no mercado globalizado, as empresas retiram suas fábricas de países com “custos sociais” maiores e as transferem a países com “custos sociais” menores. Na prática, isso significa fechamento de inúmeras fábricas nos Estados Unidos e na Europa, com transferência das mesmas para a América Central e para o Leste Asiático. Tal medida tem provocado o crescente desemprego na Europa; além do surgimento de “cidades industriais fantasmas” nos Estados Unidos, e com isso, acelera o processo da concentração de renda no planeta (conhecido como a *brasileirização* do mundo).

A ATTAC também aparece como uma novidade no quesito organização. Ela rompe com a velha hierarquia típica do *establishment* dos partidos comunistas, adotando uma estrutura eminentemente horizontal, reticular e participativa, pondo a ênfase no experimentalismo organizacional, como afirma o historiador Christophe Ventura:

Essa idéia de ‘Robin Hood’ da taxa Tobin me estimulou, mas antes de todo esse modelo democrático inteiramente novo, não usado. A estrutura do órgão central, dos grupos regionais, de uma assembléia de membros e de um conclave de todos os grupos é uma ferramenta magnífica. Nessa associação tênue, todos podem se movimentar, ela está aberta para todas as formas de ação e convicções políticas. (GREFE *et alli*, 2005, p. 164).

É interessante sinalizar o fato de que a ATTAC mantém suas principais operações na Europa, com presença muito pequena na África e na Ásia, e um pouco maior nas Américas (em especial no Canadá e na América Latina, com participação pífia nos Estados Unidos). Estes são dados que nos suscitam alguns questionamentos em relação à ATTAC: mesmo se propondo a combater a financeirização global, e tendo se espalhado por boa parte do planeta, a ATTAC não seria ainda uma organização meramente européia, e mais ainda, somente francesa? Qual será o alcance e o impacto do seu discurso de que “o mundo não é uma mercadoria”? Será que é um discurso que tem relevância no cenário internacional, ou será que ela é só mais uma ONG contestatória que apareceu no final dos anos 90, mas que se destina a ser pequena, na história da mundialização?

1.6 A mudança do discurso do FMI

Apesar da pequenez da ATTAC diante de atores gigantes, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, notou-se que a partir do final dos anos 1990, após a crise financeira mundial ter atingido a Rússia, o Brasil e a Argentina, e a ATTAC ter se espalhado para 31 países, o Fundo Monetário Internacional começou a mudar o seu discurso, desta vez, propondo não só uma reforma do sistema financeiro internacional, mas também uma maior participação do Estado na economia (STIGLITZ, 2003; SOUSA SANTOS, 2005), além da inclusão dos marginalizados por via do mercado, que então passa a ser visto como *via* para a inclusão (KRAYCHETE, 2006), ao lado do Estado e da sociedade civil. Esta visão é também conhecida como *Pós-Consenso de Washington* (STIGLITZ, 2003; SOUSA SANTOS, 2005).

O que mudou no discurso do FMI e por que mudou? Como se configura o discurso do FMI sobre a financeirização da economia e como analisar mais detalhadamente o discurso da ATTAC sobre este tópico?

Assim, no próximo capítulo, faremos uma breve incursão sobre a análise crítica do discurso, dado que ela é a ferramenta teórica através da qual nos aproximaremos dos discursos do Fundo Monetário Internacional e da ATTAC. O foco do nosso trabalho são as *Relações Internacionais* – dado que tanto o Fundo Monetário Internacional quanto a ATTAC são organizações *internacionais* e que têm como cenário de atuação a cena *internacional* – e relações internacionais significam *poder, política*; e um dos campos nos quais o poder trava as suas batalhas e se manifesta é o discurso, como afirma Foucault (2007):

A produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade (...) por mais que o discurso seja aparentemente pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder (...) o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar (FOUCAULT, 2007, pp.8-10).

Escolhendo como método a análise crítica do discurso, estamos com a finalidade de tornar manifesto aquilo que está oculto, e fazer emergir as relações de poder que se escondem nas entrelinhas dos discursos oficiais, os discursos autorizados e que podem circular, entendendo que o discurso num processo dialético de co-construção, não só é fruto de relações sociais estabelecidas anteriormente, como também cria novas relações sociais (FOUCAULT, 2007). Para Foucault (2008), portanto

trata-se de reconstituir um outro discurso, de descobrir a palavra muda, murmurante, inesgotável que anima do interior a voz que escutamos, de restabelecer o texto miúdo e invisível que percorre o interstício das linhas escritas e, às vezes, as desarruma (...) trata-se de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites de forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados e que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui (...) deve-se mostrar por que não poderia ser outro, como exclui qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar (...) que singular existência é esta que vem à tona no que se diz e em nenhuma outra parte? (FOUCAULT, 2008, pp. 30-31).

2. ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO: UMA BREVE INCURSÃO

2.1 Introdução

Segundo Michel Foucault (1999), o poder não está cristalizado num determinado local, porém irradiado por toda a realidade social, porque o poder é essencialmente relação, e a sociedade em si mesma, é um conjunto de relações que emergem e desaparecem continuamente, de forma dinâmica, configurando e reconfigurando, intermitentemente, o poder. Portanto, o sentido próprio do poder e seus contornos simbólicos e materiais, não é algo que se possa “tomar”, um espaço que se possa “invadir” ou do qual seja possível “se apossar”, mas algo com o qual se pode negociar ou, no máximo, contra o qual se pode lutar. As lutas *pelo* e *contra* o poder acontecem em todas as camadas da realidade social, inclusive e principalmente através do *discurso*. O discurso é um dos espaços nos quais esta disputa pelo poder se materializa, desde todos os tempos, e de forma toda particular, na contemporaneidade que vive os processos de globalização, em que a revolução dos meios de comunicação e o avanço espetacular da informática - virtualmente ligam, em tempo real, todo o planeta.

O discurso não se caracteriza como um “espaço da verdade”, onde são expostas versões do mundo no qual vivemos, mas como um verdadeiro “espaço de luta”, onde são travados vigorosos combates pelo controle do mundo no qual estamos imersos. O discurso é um espaço não somente de forças lingüísticas e semânticas, mas é o local onde se interseccionam e se tangenciam os poderes que disputam entre si na sociedade, e mais: o discurso não é somente o “espaço” no qual ocorre a luta, como é também o espaço *pelo qual* se luta. A luta acontece não só *dentro do* discurso, mas *pelo* discurso, ele é o *locus* objeto do desejo (FOUCAULT, 2007). Devido ao seu caráter constituinte, “moldante”, de institucionalização e legitimação da realidade social, o discurso é o objeto por excelência de luta e de disputa: o domínio do discurso garante o domínio da realidade social.

No hodierno mundo globalizado e integrado, no qual as notícias chegam em tempo real e as guerras são acompanhadas como verdadeiros *reality shows*, mais do que nunca o controle do discurso é alvo da cobiça, da ambição e do desejo. Hoje, mais do que nunca é necessário

convencer as pessoas de que “*there is no alternative*”, para que medidas recessivas possam ser aceitas por uma determinada população. Mais do que nunca, para grupos contestadores da ordem estabelecida, é necessário vencer no discurso e convencer que “*there are alternatives*”. Em sociedades de modernidade avançada e hiperindustriais, como as nossas, marcadas pela reflexividade, dialógicas, pluralistas, participativas e democráticas, com o acesso à informação cada vez mais difundido, a posse e o controle do discurso por grupos que querem manter ou tomar o poder é necessário. Para quem deseja manter ou transformar esta sociedade da informação, o controle do discurso é algo fundamental.

Nos anos 1990, em relação ao fenômeno da globalização, dominou um único discurso conhecido como “neoliberal”, representado pela sigla TINA (*there is no alternative*), pronunciada por Margareth Thatcher para justificar suas políticas de enfraquecimento dos sindicatos, diminuição do Estado do Bem Estar Social, e as sucessivas privatizações ocorridas durante o seu governo. Durante uma década, várias reformas foram tomadas em diversos países no mundo, em especial nos países menos desenvolvidos com o objetivo de ali diminuir o tamanho do aparelho estatal nesses países, garantir a inserção no circuito econômico internacional, com a promessa de crescimento e desenvolvimento. Como o socialismo real tinha sofrido um golpe mortal com o fim da União Soviética, este discurso triunfou de forma incontestável, até que foi traído pelos fatos, *inter alia* pela crise financeira mundial que varreu os países emergentes na década de 1990.

Um fato observável empiricamente é que, após a crise financeira mundial, que aconteceu de 1994 a 2002, a mudança do discurso proferido por suas agências porta-vozes, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial, efetivamente aconteceu: o discurso que era neoliberal tornou-se “pós-neoliberal” (KRAYCHETE, 2006; SOUSA SANTOS, 2005), o discurso do Estado mínimo se rende ao fato que é preciso intervenção estatal na economia global para que esta possa efetivamente funcionar. O detalhe é que não são evidentes as formas através das quais ocorreu esse processo, se o discurso efetivamente mudou ou travestiu-se para permanecer o mesmo, só que com outra aparência, e não sabemos de que formas se dão agora o equilíbrio de forças no cenário global e o que está em jogo, não nos é evidente o peso dos Estados na condução de todo esse processo, a influência da realidade das crises sistêmicas do capitalismo global e nem mesmo a influência do movimento alter-mundialista e da ATTAC, que começaram a se organizar no final

dos anos 1990. O fato concreto é o que o discurso mudou, pelo menos em sua aparência, e como nos alerta Michel Foucault (2007), o acontecimento – o fato – é a corporificação do imaterial – isto é, do poder, ou seja, a mudança no discurso reflete uma mudança na configuração do poder.

O objetivo do presente capítulo é a apresentação da análise crítica do discurso, com a finalidade de apresentarmos, por fim, um dispositivo de análise que permitirá respondermos a pergunta que nos motivou na incursão desta pesquisa: como se deu a mudança do discurso do Fundo Monetário Internacional face à emergência do discurso altermundialista da ATTAC? Com isto, pretendemos desnudar, pôr a nu e contemplar que mudanças foram essas e o que a ideologia tenta esconder. A importância da análise do discurso se dá pelo fato de que o discurso não é apenas uma mera reprodução do “real”, o discurso comporta-se tendo uma relação dialética co-construtora da realidade social. De fato, o discurso interage de forma dialética com a realidade, sendo construído por ela e ao mesmo tempo, por seu lado, a construindo, numa relação de co-constituição. Se não fosse por isso, a análise do discurso se tornaria somente um apêndice da história ou da sociologia (MAINGUENEAU, 1997). Para isso, vamos rapidamente, falar no “giro lingüístico”, que é a valorização cada vez maior nas ciências sociais da linguagem, a partir dos anos 1960 e suas implicações epistemológicas. Abordaremos o conceito de “discurso” a partir da contribuição de diversos pesquisadores do tema; veremos o conceito de discurso na obra de Michel Foucault, que sem a menor sombra de dúvida, no século XX, foi aquele que mais contribuiu para o estabelecimento e desenvolvimento deste campo de estudo. A seguir, vamos conceituar o que é a análise do discurso em suas tradições inglesa e francesa, e por fim, vamos voltar o foco do nosso olhar para a análise *crítica* do discurso, que é um dos métodos de análise de discursos mais proeminentes da contemporaneidade para o estudo da realidade social e que utilizaremos, como substrato teórico e metodológico, no presente trabalho.

2. 2 O giro lingüístico

A análise do discurso é uma técnica surgida em meados dos anos 1950, como um dos diversos desenvolvimentos daquilo que ficou conhecido como o “giro” ou a “virada lingüística”. O giro lingüístico consiste numa maior atenção dada à linguagem no decorrer do século XX. Para Ibañez Gracia, o

giro lingüístico [é] uma certa mudança que ocorreu na filosofia e em várias ciências humanas e sociais, e que as estimulou a dar uma atenção maior ao papel desempenhado pela linguagem, tanto nos próprios projetos dessas disciplinas quanto na formação dos fenômenos que elas pretendem estudar (GRACIA, 2004, p. 19).

Durante o século XX, com o avanço em especial das teorias críticas e da escola de Frankfurt, e, em especial, os trabalhos de Jürgen Habermas, tornou-se cada vez mais clara a percepção de que a realidade social é construída socialmente, pelos atores sociais em interação, e que esta construção social acontece necessariamente por meio da *linguagem*, que é o instrumento de representação (objetivação), e também de intervenção (subjetivação) da realidade. Wittgenstein (IÑIGUEZ, 2004, p.55) chega a afirmar que “tudo é linguagem”. Para Wittgenstein, Frege, Russel, Carnap e os filósofos analíticos norte-americanos,

A linguagem não é um simples veículo para expressar nossas idéias, nem uma simples roupagem para vestir nosso pensamento quando o manifestamos publicamente. Ela é a própria condição de nosso pensamento e, para entender este último, temos que nos concentrar nas características da linguagem em vez de contemplar o suposto mundo interior de nossas idéias. Nosso conhecimento do mundo não se radica nas idéias que dele fazemos; ele se abriga, sim, nos enunciados que a linguagem nos permite construir para representar o mundo [...] a linguagem faz muito mais que representar o mundo porque é basicamente um instrumento para “fazer coisas”. A linguagem não só “faz pensamento” como também “faz realidades” [tendo] propriedades “performativas” (GRACIA, 2004, p. 33)

A partir destas novas compreensões de seu papel na vida social, a linguagem passa a ser vista de uma forma muito mais profunda pelas ciências humanas e sociais, graças à percepção de que ela é um instrumento ativo na formação de boa parte dos fenômenos que estas ciências pretendem investigar, e que seria impossível deixar de levá-la em consideração (GRACIA, 2004, p. 34). Berger e Luckmann (1985: 61), veem, da mesma forma, a linguagem como instrumento de co-construção da realidade:

A linguagem constrói, então, imensos edifícios de representação simbólica que parecem elevar-se sobre a realidade da vida cotidiana como gigantescas presenças de um outro mundo (...) A linguagem é capaz não somente de criar símbolos altamente abstraídos da experiência diária, mas também de ‘fazer retornar’ estes símbolos, apresentando-os como elementos objetivamente reais na vida cotidiana. Dessa maneira, o simbolismo e a linguagem simbólica tornam-se componentes essenciais da realidade da vida cotidiana e de apreensão pelo senso comum desta realidade. Vivo em um mundo de sinais e símbolos todos os dias (BERGER, LUCKMANN, 1985, p. 61).

Para eles, a linguagem é instrumento da construção social da realidade através de processos como a institucionalização e a legitimação (BERGER, LUCKMANN, 1985). Se a linguagem é um instrumento para representar a realidade, então um método possível para conhecer esta mesma realidade é a análise da estruturação dessa linguagem, como ela se molda, nasce, se difunde, cria e transforma a realidade social. Segundo esta nova concepção para entender a nossa realidade social, devemos olhar não para a nossa mente ou para as nossas idéias, mas para os nossos discursos, para a forma como os discursos que portamos se materializam e se articulam. Passamos a perceber que não são nossas idéias que se relacionam com o mundo, mas são *as nossas palavras* que coincidem com a realidade. A linguagem deixa de meramente “representar” para “construir” o mundo; existe não no vácuo, mas dentro de um momento histórico, é condicionada pelos lugares que existem na arquitetura social e pelo poder que se distribui na sociedade. A linguagem deixa de ser meio de representar a realidade e passa a ser reconhecida como instrumento para fazer coisas. Este é o caráter “performático” da linguagem.

Gracia (2004) nos apresenta quatro conseqüências do giro lingüístico. A primeira é a redefinição do conceito de realidade, que de algo “dado” passa a ser visto como “socialmente construído”. A segunda é que a linguagem passa a ser vista como uma forma de ação, fazendo coisas ao invés de somente representá-las. A terceira é que a linguagem foi reconhecida não só como uma ação sobre o mundo, mas sobre as demais pessoas. A quarta e última conseqüência é a consciência de que, se a linguagem constitui realidades e é instrumento de ação sobre o mundo e sobre os outros, ela também incide na formação e no desenvolvimento das relações e das práticas sociais. A linguagem, portanto, é um objeto do qual as ciências humanas e sociais não podem se furtar, em virtude do seu grau de constituição, institucionalização e legitimação da realidade social.

2.3 A análise do discurso

2.3.1 O conceito de discurso

Segundo Orlandi (2007), etimologicamente, *discurso* tem a ver com curso, percurso, correr por, movimento. O estudo do discurso significa, portanto, o estudo da palavra em movimento, da prática da linguagem; o estudo do discurso vem a ser o estudo do homem falando. Dessa forma,

para ela, a linguagem é a mediação entre o homem e a realidade natural e social. E o discurso é aquilo que torna possível a continuidade e o deslocamento da linguagem, em outras palavras, é o que torna a linguagem viva e em movimento. Para ela, o discurso só pode ser considerado “no conjunto das práticas que constituem a sociedade na história” (2007: 71), uma prática que é simbólica, molda sujeitos e produz sentidos.

Não se trata de transmissão de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um processo complexo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. São processos de identificação do sujeito, de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade etc. [...] o discurso é efeito [portanto] de sentidos entre locutores (ORLANDI, 2007, p. 21).

Maingueneau (1997) e Foucault (2007) vêm complexificar a noção de discurso. Segundo Maingueneau (1997), se o discurso é a palavra em movimento, em tese, o discurso pode ser qualquer coisa, e convém trabalharmos com uma noção a mais exata possível desse termo. Para ele, o termo “discurso” é algo que se modifica à medida que trabalhamos com a psicologia, a história, a lógica etc. O discurso é como se fosse um “coringa” que vale para um conjunto “indeterminado de quadros teóricos”. Discurso é um termo polissêmico, tendo várias concepções, a depender da teoria que o aborda, como se manifesta. Abordaremos o discurso em Foucault numa subseção à parte, dada a importância deste autor para a temática, na forma como pretendemos analisá-la a seguir.

Segundo Dubois (*apud* Alves, 2009), o discurso pode assumir três significados: o primeiro é a linguagem, posta em ação, como sinônimo de fala; o segundo é ser uma unidade igual ou superior à fala, assumindo a significação de enunciado; o terceiro significado é caro à lingüística moderna, e significa todo enunciado superior à frase. Já para Fairclough (1995), o discurso é o uso da linguagem visto como uma forma de prática social.

Iñiguez e Antaki (*apud* IÑIGUEZ, 2004, p. 125) apresentam o discurso como um conjunto de práticas lingüísticas que provocam e sustentam certas práticas sociais. Iñiguez (2004) nos apresenta uma tipologia do discurso. Para ele, o discurso pode ser visto como: um enunciado ou um conjunto de enunciados efetivamente falados por um falante, um conjunto de enunciados que

constituem um objeto; diversos conjuntos de enunciados falados em um contexto de interação; um conjunto de enunciados em um contexto conversacional; um conjunto de restrições que explicam a produção de um conjunto de enunciados a partir de uma posição social ou ideológica específica; um conjunto de enunciados em que é possível definir as condições de sua produção. Em relação àquele que enuncia, o sujeito enunciador, não se faz tão importante saber quem enuncia, mas *os lugares da enunciação*. Estes lugares de enunciação correspondem ao que Iñiguez chama de *instituições específicas*, a partir de onde são produzidos e distribuídos os discursos. Para Iñiguez,

instituição [é] todo aquele dispositivo que delimite o exercício da função enunciativa, o status do enunciador e dos/as destinatários/as, os tipos de conteúdos que podem ser ditos, as circunstâncias de enunciação legítimas para tal posicionamento [...], a compreensão desse aspecto facilita enormemente a realização de análises dos processos sociais de construção da intersubjetividade, do poder, da ordem social e da transformação social (IÑIGUEZ, 2004, p. 131).

Enunciado é caracterizado como “uma sucessão de frases emitidas entre dois brancos semânticos [...] é concebido como resultado, ou seja, como algo que possui memória, que leva consigo a marca de suas próprias condições de produção” (IÑIGUEZ, 2004, p. 124). Foucault também tem a sua noção de enunciado que apresentaremos na próxima subseção.

2.3.2 O discurso em Michel Foucault

Os estudos referentes ao discurso são muito influenciados pelos trabalhos de Michel Foucault, especialmente pelas obras *A Arqueologia do Saber*, publicado em 1969, e *A Ordem do Discurso*, que é a compilação da sua aula inaugural no *Collège de France*, em 2 de dezembro de 1970, onde ele deu aulas desde este mesmo ano até 1984, ano de sua morte. Nos seus trabalhos, Foucault lança conceitos que depois serão retomados e algumas vezes retrabalhados pelos estudiosos do discurso. Entre estes conceitos estão o de discurso, o de formação discursiva, o de *corpus*, e o de enunciado.

Segundo Foucault (2007),

O discurso nada mais é do que a reverberação de uma verdade nascendo diante de seus próprios olhos; e, quando tudo pode, enfim, tomar a forma do discurso, quando tudo pode ser dito e o discurso pode ser dito a propósito de tudo, isso se dá porque todas as coisas, tendo manifestado e intercambiado seu sentido, podem voltar a interioridade quase silenciosa da consciência de si (FOUCAULT, 2007, p. 49).

Para ele, “o discurso é, ao mesmo tempo, plenitude e riqueza indefinida” (2008: 135). Foucault também entende o discurso como objeto das lutas de poder, não apenas algo que “traduz” as lutas ou os sistemas de dominação. Foucault aproxima tanto os conceitos de *discurso* e *poder*, que ambos chegam a tornar-se quase que sinônimos, de tal forma que ambos os termos chegam a intercambiar-se na paisagem da realidade social. “O discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo *por que, pelo que*³⁴ se luta, o poder do qual queremos nos apoderar” (FOUCAULT, 2007:10). Para ele, o objeto do discurso não existe no vácuo, mas como um feixe de relações. O discurso é, dessa forma, a materialização do poder, que se cristaliza a partir e dentro destes feixes de relações, como “corporificação do imaterial” (FOUCAULT, 1999). O discurso constitui-se, portanto, como um verdadeiro *acontecimento*, irrompendo, em seu acaso, aleatoriedade, e processualidade, “encarnando” o devir histórico.

As novas compreensões advindas do giro lingüístico e dos trabalhos arqueológicos de Michel Foucault fizeram com o que o discurso deixasse de ser visto como *o signo que representa* para ser visto como *a prática que forma*, uma *prática* que obedece a *regras*.

Prática discursiva é “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para determinadas área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa”. (2008: 133). Por isso, ao estudo do discurso se unem também novas disciplinas, como a história, a sociologia e a ciência política, porque uma análise meramente lingüística não dá conta dos objetos do discurso, que, transcendendo a mera textualidade, têm a ver com o poder, são produzidos por uma sociedade e são conservados, destruídos ou transformados dentro do devir histórico.

[...] [devemos] não mais tratar os discursos como conjunto de *signos*³⁵ (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como *práticas*³⁶ que

³⁴ Grifo nosso.

³⁵ Grifo nosso.

³⁶ Grifo nosso.

formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais*³⁷ que os torna irredutíveis e ao ato da fala. É esse “mais” que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (FOUCAULT, 2008, p. 55).

Outra coisa interessante a observar é que o discurso não está associado à existência de um único sujeito. No discurso ocorre o fenômeno da dispersão do sujeito. Não há no discurso um “eu”, um único sujeito em operação, autônomo e independente atuando na sociedade. O discurso geralmente é produzido, divulgado, modificado, transmitido ou mesmo destruído por diversos sujeitos ao longo de sua materialidade histórica temporal e espacial, e no caso do discurso, vale a pena observar não tanto “quem” diz “o quê”, mas “de onde” se diz “determinada coisa”. Foucault faz um apelo, na análise histórica e do discurso, para o *descentramento do sujeito*, visando pôr em evidência a centralidade da passagem inexorável do devir histórico, o acaso e a processualidade, em detrimento de um antropocentrismo centrado na idéia de razão. Isto se chama a dispersão do sujeito, onde, para se compreender a realidade social, contam muito mais as práticas que de fato aconteceram do que os sujeitos que as encarnaram.

É preciso se livrar do sujeito constituinte, livrar-se do próprio sujeito, isto é, chegar a uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica [...] uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc., sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo dos acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história (FOUCAULT, 1998, p. 17).

Nesta perspectiva do discurso, o que conta de verdade é *o lugar* de onde este é proferido este discurso, ao invés de ser o sujeito que o enuncia, pondo em relevância não o sujeito “em si”, mas a posição ocupada por este sujeito que enuncia o discurso. Para Foucault (1999, 2007, 2008), a posição ocupada pelo sujeito na estrutura social é fundamental para determinar “quem” diz “o quê” “a quem”. Esta é a noção de legitimidade e autoridade para proferir determinados discursos. “Em nossas sociedades [...] a propriedade do discurso – entendida ao mesmo tempo como direito de falar, competência para compreender, acesso lícito e imediato ao *corpus* dos enunciados já formulados [...] está reservada de fato [...] a um grupo determinado de indivíduos” (FOUCAULT, 2008: 75). O discurso é, portanto, um campo de regularidade, no qual se expressam as práticas discursivas, um conjunto que revela a dispersão do sujeito, isto é, um espaço de exterioridade. A

³⁷ Grifo do autor.

percepção da posição a partir da qual o discurso é proferido é imprescindível: “Quem fala? Quem, no conjunto de todos os indivíduos falantes, tem a autoridade de exercer esta espécie de linguagem?” (FOUCAULT *apud* MAINGUENEAU, 1997, p. 36). “‘Não importa quem fala’, mas o que ele diz não é dito de qualquer lugar” (FOUCAULT, 2008, p. 139). A análise do discurso se faz necessária em virtude deste *descentramento* do sujeito que é operado pelo discurso. Como assevera Michel Foucault (2008):

O discurso [...] não é a manifestação, majestosamente desenvolvida, de um sujeito que pensa, que conhece, e que o diz: é, ao contrário, um conjunto em que podem ser determinadas a dispersão do sujeito e sua descontinuidade em relação a si mesmo. É um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos [...] não é nem pelo recurso a um sujeito transcendental nem pelo recurso a uma subjetividade psicológica que se deve definir o regime das suas enunciações [...] É considerado, necessariamente, no jogo de uma exterioridade (FOUCAULT, 2008, pp. 61.139).

Para Foucault, o discurso vai muito além da fala, é muito mais do que um mero conjunto de enunciados, mas é uma prática, uma prática social, e, dado que se constitui numa prática, é possível definir as suas *condições de produção*. “[...] falar é fazer alguma coisa, alguma coisa diferente de expressar o que se pensa, traduzir o que se sabe, distinto de pôr em jogo as estruturas de uma língua” (FOUCAULT *apud* IÑIGUEZ, 2004, p. 93). *Condição de produção*, segundo Maingueneau (1997), significa o contexto social que envolve um *corpus*, ou seja, é “um conjunto desconexo de fatores entre os quais são selecionados previamente os elementos que permitem descrever uma ‘conjuntura’” (1997: 53).

Para Foucault, deve-se buscar no discurso um “campo de regularidade para várias posições de subjetividade” (FOUCAULT *apud* IÑIGUEZ, 2004, p. 91). Em virtude disso, trata-se de examinar um *corpus* de texto, tendo em vista o fato de que ele foi produzido por um determinado sujeito, mas que ele é o correlato de uma certa posição sócio-histórico no qual aqueles que falam se posicionam para daí emitir o seu discurso. Qualquer discurso pode constituir um *corpus*. *Corpus* é a materialização de um texto das mais diversas maneiras, tais como conversações escritas, interações institucionais transcritas, entrevistas transcritas. Ou seja, enunciados totalmente orais ou textos previamente escritos como artigos, documentos, informes, panfletos, comunicados, estudos, formulários etc.

Para Foucault todo discurso tem um *contexto de produção* que é a *formação discursiva*. A função da formação discursiva é regulamentadora, permitindo a circulação de determinados discursos e proibindo a circulação de outros. Segundo Foucault (2008), temos uma *formação discursiva* todas as vezes em que pudermos descrever em um enunciado sistemas de dispersão e todas as vezes em que entre os objetos, os tipos de enunciação e os conceitos se puder definir uma *regularidade*. *Regularidade*, segundo Foucault (2008: 163) designa “o conjunto das condições nas quais se exerce a função enunciativa que assegura e define a sua existência. [...] especifica um campo efetivo de aparecimento [...] uma certa forma de regularidade caracteriza, pois, um conjunto de enunciados”. Para Foucault, a *formação discursiva* se caracteriza como

Um conjunto complexo de relações que funcionam como regras: prescreve o que deveria ter sido posto na relação, em uma prática discursiva, para que essa se refira a tal ou qual objeto, para que ponha em jogo tal ou qual enunciado, para que use tal ou qual conjunto, para que organize tal ou qual estratégia. Definir, em sua individualidade singular, um sistema de formação, portanto, é caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática (FOUCAULT *apud* IÑIGUEZ, 2004, p. 92).

Foucault (2008) traz uma novidade em seus trabalhos acerca do discurso, que é o conceito de enunciado. Para ele, o enunciado não é uma estrutura à qual se possa remeter, como uma frase, uma proposição ou um ato de linguagem, embora seja indispensável para dizer se há frase proposição ou ato de linguagem, e se estas estruturas estão corretas ou são legítimas, porém, o enunciado não pode ser reduzido a estas estruturas, ele as transcende. Para Foucault (2008), o enunciado se caracteriza não por ser uma estrutura, mas sim uma função da linguagem e está relacionado diretamente ao signo, isto é, ao *senal*, ou seja, o enunciado é aquilo que, como *senal* aponta para uma realidade que transcende a si mesmo.

O enunciado é uma função de existência que pertence, exclusivamente, aos signos, e a partir da qual se pode decidir, em seguida, pela análise ou pela intuição, se eles “fazem sentido” ou não, segundo que regra se sucedem ou se justapõem, de que são signos, e que espécie de ato se encontra realizado por sua formulação (oral ou escrita). [...] [o enunciado é] uma função que cruza um domínio de estruturas e de unidades possíveis e que faz com que apareçam, com conteúdos concretos, no tempo e no espaço [...] o enunciado, ao mesmo tempo que surge em sua materialidade, aparece com um *status*, entra em redes, se coloca em campos de utilização, se oferece a transferências e a modificações possíveis, se integra em operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga. Assim, o enunciado circula, serve, se esquia, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade (FOUCAULT, 2008, p. 98. 118-119).

Para Foucault (2008), todo enunciado precisa de outros, sendo que não há enunciado que não tenha em torno de si o que ele chama de “um campo de coexistências, efeitos de série e de sucessão, uma distribuição de funções e de papéis” (2008: 112). O enunciado não vem a ser, portanto, o princípio de individualização dos conjuntos significantes, mas vem situar as unidades significativas dentro de um espaço no qual elas possam se multiplicar e se acumular. Por fim, cabe salientar que Foucault (2008), finalmente entende o discurso como um *conjunto de enunciados*, desde que estes se apoiem numa mesma formação discursiva. O discurso é então visto como “constituído de um número *limitado*³⁸ de enunciados para o qual podemos definir um conjunto de condições de existência” (FOUCAULT, 2008: 132-133). O discurso está fortemente associado *a sua posição* dos enunciados que o compõem na formação discursiva. Um outro aspecto que Foucault aborda é a questão da problematização. Para Iñiguez (2004), problematizar é um método, que significa colocar em dúvida tudo aquilo que aparentemente é evidente ou bom, questionar aquilo que está posto como inquestionável, duvidar daquilo que se apresenta como indubitável. Além disso, problematizar, para Ibañez (*apud* IÑIGUEZ, 2004) significa chegar a entender *como e por que* alguma coisa conseguiu adquirir um *status* de evidência inquestionável, como foi que alguma coisa se instalou, se instaurou como a-problemático. Neste caso o fundamental é entender o processo pelo qual algo tornou-se como que óbvia, evidente e certa. Tudo isso porque, dado que discurso e poder são palavras intercambiáveis na análise foucaultiana, o discurso pronto que nos chega à mão não é o discurso espontâneo. Para Foucault,

em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar os seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade [...] interdições, supressões, fronteira e limites [foram] dispostos a dominar, ao menos em parte, a grande proliferação do discurso. De modo a que sua riqueza fosse aliviada de sua parte mais perigosa e que sua desordem fosse organizada segundo figuras que esquivavam o mais incontrolável [...] uma profunda logofobia, uma espécie de temor surdo desses acontecimentos, dessa massa de coisas ditas, do surgir de todos esses enunciados, de tudo o que possa haver aí de violento, de descontínuo, de combativo, de desordem, também, e de perigoso, desse grande zumbido incessante e desordenado do discurso (FOUCAULT, 2007, pp. 8-9.50).

³⁸ Grifo nosso.

2.3.3 Formação discursiva

Para entender melhor o discurso é preciso reconhecer que nenhum discurso se insere no vácuo, mas dentro daquilo que foi conceituado como *formação discursiva*. Orlandi (2007) vê a formação discursiva como aquilo que numa formação ideológica dada, isto é, numa posição sócio-histórica dada, determina o que pode e o que não pode ser dito. Ela vê as formações discursivas como “constituídas pela contradição, [...], heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente nessas relações” (2007: 44). Para Foucault (2008: 170), a contradição é “a ilusão de uma unidade que se oculta ou que é ocultada, [...] [é] sua verdade aberta, constitui a própria lei de sua existência [...] [sendo] ao longo do discurso, como o [seu] princípio de historicidade”. Assim como Orlandi (2007), Foucault (2008) também vê a formação discursiva marcada pela contradição.

Uma formação discursiva não é, pois, o texto ideal, contínuo e sem aspereza, que corre sob a multiplicidade das contradições e as resolve na unidade calma de um pensamento coerente; não é, tampouco, a superfície em que se vem refletir, sob mil aspectos diferentes, uma contradição que estaria sempre em segundo plano, mas dominante. É antes um espaço de dissensões múltiplas; um conjunto de oposições diferentes cujos níveis e papéis devem ser descritos (FOUCAULT, 2008, p. 175).

Uma pergunta emerge então, a partir desta constatação: em que *condições* uma formação discursiva é possível? Essa pergunta se faz necessária na medida em que a formação discursiva não existe no vácuo, mas sim imersa em condições de possibilidade, e também na medida em que está imbricada com os locais de onde são pronunciadas, e também com os sujeitos que enunciaram o discurso que se inscreve nela. Para compreender a formação discursiva, é fundamental compreender o grupo do qual ela emergiu, no qual ela sofreu suas restrições e limitações, em virtude da ordem discursiva na qual ela estaria mergulhada.

[...] é preciso articular as coerções que possibilitam a formação discursiva com as que possibilitam o grupo, já que estas duas instâncias são conduzidas pela mesma lógica [...] a *instituição discursiva possui, de alguma forma, duas faces*, uma que diz respeito ao social e a outra, à linguagem. A partir daí, *as formações discursivas concorrentes em uma determinada área também se opõem pelo modo de funcionamento dos grupos que lhes estão associados*³⁹ (MAINGUENEAU, 1997, p. 55).

³⁹ Grifos do autor.

Maingueneau (1997) tem uma tipologia interessante das formações discursivas. Ele as divide em três grupos: universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo. *Universo discursivo* é o conjunto de formações discursivas que coexistem e interagem em uma conjuntura. Corresponde ao que Foucault chamou de *arquivo*. Para Foucault (2008), *o arquivo* é definido como

uma prática que faz surgir uma multiplicidade de enunciados como tantos acontecimentos regulares, como tantas coisas oferecidas ao tratamento e à manipulação [...] entre a tradição e o esquecimento, ele faz aparecerem as regras de uma prática que permite aos enunciados subsistirem e, ao mesmo tempo, se modificarem regularmente. *É o sistema geral da formação e da transformação dos enunciados*⁴⁰ (FOUCAULT, 2008, pp. 147-148).

O *campo discursivo* é o conjunto de formações discursivas que se encontram em uma relação de concorrência, em sentido amplo, e se delimitam, pois, por uma determinada posição enunciativa em uma determinada posição discursiva. Na verdade, é uma delimitação precisa do universo discursivo, que virtualmente se eleva ao infinito. O *espaço discursivo* delimita um subconjunto do campo discursivo, ligando pelo menos duas formações discursivas que, supõe-se, mantêm relações privilegiadas, cruciais para a compreensão dos discursos considerados. Podemos incluir nessa tipologia o que Maingueneau (1997) chama de *relação polêmica*, que é uma formação discursiva que opõe dois conjuntos de categorias semânticas, as reivindicadas e as recusadas. Compreender a relação polêmica é muito importante para quem quer analisar o discurso, porque a polêmica que se estabelece no discurso não surge do nada, ela reflete a disputa presente na sociedade, disputa por espaços de poder e de hegemonia e pelo controle do capital simbólico (BOURDIEU, 2007).

Tomar um discurso à parte, considerá-lo como adversário, responder a um ataque (supondo-se que seja possível saber quem começou...) são gestos que têm consequências consideráveis e não podemos negligenciar sua eficácia. [...] O exercício da polêmica presume a partilha do mesmo campo discursivo e das leis que lhes estão associadas. É preciso desqualificar o adversário, custe o que custar, porque ele é constituído exatamente do Mesmo que nós, mas deformado, invertido, conseqüentemente, insuportável (MAINGUENEAU, 1997, pp. 123-125).

Para Maingueneau (1997), a identidade discursiva está na *interdiscursividade*, isto é, na *relação com o Outro*, seja esta uma relação amistosa, na qual há a afirmação de um discurso pelo outro; ou polêmica, na qual o que existe é uma negação de discursos (ALVES, 2009;

⁴⁰ Grifo do autor.

MAINGUENEAU, 1997). Segundo Fiorin (*apud* ALVES, 2009, pp.18-19), “a intertextualidade é o processo de incorporação de um texto em outro, seja para reproduzir o sentido incorporado, seja para transformá-lo”. A polêmica é *constitutiva*, isto é, o discurso não nasce do retorno às próprias coisas ou ao bom senso, mas emerge a partir de um trabalho sobre outros discursos. Conforme Bakhtin (*apud* MAINGUENEAU, p. 152):

Voltado para seu objeto, ele penetra neste meio de palavras estrangeiras, agitado por diálogos e tensionado por palavras, se insinua em suas interações complicadas, funde-se com algumas, afasta-se de outras, cruza-se com terceiras. (...) Um enunciado vivo, significativamente surgido em um momento histórico e em um meio social determinado, não pode deixar de tocar em milhares de fios dialógicos viços, tecidos pela consciência sócio-ideológica em torno do objeto de tal enunciado (BAKHTIN *apud* MAINGUENEAU, 1997, p. 152).

Para Maingueneau (1997), não é possível, portanto, fechar a fronteira da formação discursiva, ela está sempre em contato com outras formações discursivas, constituindo o fenômeno da interdiscursividade. Para ele, o interdiscurso constitui um fenômeno de reconfiguração incessante, no qual uma dada formação discursiva incorpora elementos pré-construídos e produzidos fora dela, de tal modo que eles produzem sua redefinição e redirecionamento constantemente, e chamam ainda, os seus próprios elementos para organizar sua repetição, e também o apagamento, o esquecimento ou até a denegação de certos elementos indesejados. Já Orlandi (2007) vê o interdiscurso como *memória*, definida como “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente [...] o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentado cada tomada da palavra” (2007:31). Para ela, é o interdiscurso que disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa, é a existência de um já-dito anteriormente que sustenta a possibilidade do dizer, sendo fundamental para compreender o funcionamento do discurso. O interdiscurso se constitui, dessa forma em “historicidade”, em um conjunto de formulações já ditas que afetam a maneira como fazemos nossas enunciações na atualidade. O interdiscurso apaga o sujeito que fez determinadas enunciações, nele faz ecoar uma voz sem nome (ORLANDI, 2007).

Dado que o discurso é uma dispersão de textos (ORLANDI, 2007), o fenômeno da interdiscursividade nos põe diante da questão da intertextualidade. O texto é uma dispersão do sujeito (ORLANDI, 2007), e tal como o discurso, não existe no vácuo. Todo texto sempre faz

referência a outros textos, e um determinado texto tem a sua determinada intertextualidade à qual ele pode fazer referência. Diante da intertextualidade, um problema se levanta para o analista do discurso: o seu *corpus* pode, naturalmente, elevar-se ao infinito, dado que os discursos sempre se relacionam entre si numa cadeia de ligações e conexões que virtualmente chega ao infinito. E, além disso, é virtualmente impossível conceber uma relação social que não passe pela linguagem. Por isso, um elemento fundamental para se dar prosseguimento à análise é o *problema* a ser analisado. Além disso, o discurso deve ser representativo, não no sentido estatístico, mas no fato de que o enunciador, o emissor do discurso esteja no papel de membro de um grupo ou coletivo, não importando suas qualidades pessoais ou subjetivas, mas sua pertença a determinado grupo social, o fundamental aqui é determinar a partir de qual local, a partir de qual formação discursiva o discurso é proferido. Outro aspecto a ser observado é que o texto deve ter *efeitos discursivos*, que se caracterizam por

[...] certos significados, certos sentidos, certos olhares, certas ordens do mundo ou de uma parcela do mundo, etc. [...] O trabalho analítico consiste em examinar cuidadosamente os textos, buscando todas as possíveis leituras e identificar os efeitos mais conectados com a relação social que queremos elucidar. Não há dúvida de que outras leituras também são possíveis, já que todo texto é ambíguo e difuso, mas o que a análise deve fazer é identificar os efeitos principais, ou os mais importantes em função da pergunta que o/a analista faz (IÑIGUEZ, 2004, pp. 138-139).

Para Maingueneau (1997), o texto não é um espaço inerte ao qual basta segmentar para que dele se extraia uma interpretação, o texto se inscreve no que ele chama de cena enunciativa, o lugar e a posição a partir dos quais este é enunciado. Para ele, estes lugares de produção e de interpretação estão atravessados por antecipações e reconstruções de suas respectivas imagens, que estão delimitadas pelas formações discursivas. É fundamental relacionar o texto com o *contexto de produção* a partir do qual ele foi produzido e distribuído.

2.3.4 As correntes da análise do discurso

Segundo Iñiguez (2004: 105), a análise do discurso é “um meio de colocar em prática o papel da linguagem como eixo de compreensão e estudo dos processos sociais”. A análise do discurso se constitui na análise do idioma em seu uso, falado ou escrito. É um termo extremamente polissêmico e ambíguo. Stubbs (*apud* IÑIGUEZ, 2004) vê a análise do discurso como a intenção

de estudar a organização da linguagem transcendendo as tradicionais estruturais textuais, como a oração ou a frase, para avançar para unidades maiores, que pode ser a conversação ou o texto, por exemplo. Para ele, a análise de discurso tem a ver com o uso da linguagem em contextos sociais, pois é a análise do idioma em utilização, portanto “não se pode limitar à descrição de formas lingüísticas independentemente [de forma descolada] dos propósitos e das funções às quais essas formas estão destinadas” (BROWN, YULE *apud* IÑIGUEZ, 2004, p. 108). Para Iñiguez e Antaki (*apud* IÑIGUEZ, 2004), a análise do discurso significa observar como as práticas lingüísticas que mantêm e promovem determinadas relações sociais (e excluem e interditam outras) atuam no presente, provocando e sustentando estas relações, significar fazer emergir o poder da linguagem como prática constituidora e reguladora da realidade social.

Para Orlandi (2007), o *texto* é o vestígio mais importante da materialidade do discurso, sendo não apenas um “dado” lingüístico, mas um “fato” discursivo. A análise do discurso parte do pressuposto que a linguagem não é transparente, e tem como fundamento a pergunta: “*como este texto significa?*”. Deve-se compreender os diferentes processos de significação que acontecem em um texto, *como* um texto significa. A análise do discurso parte do pressuposto que a linguagem não só constrói a realidade social, como também a controla, e isto acontece, entre outras coisas, pelo fenômeno do não-dito, do implícito, que também se constituem em formas de comunicação. Por exemplo, podemos abordar o fenômeno da não-proibição, da não-interdição explícita, algo que não se interdita explicitamente, está implicitamente liberado. Para Orlandi (2007), a análise do discurso produz conhecimento a partir do próprio texto, do que é dito de modo explícito e também do que é deixado implícito ou simplesmente é silenciado. O texto é algo que possui uma materialidade simbólica própria, sendo uma totalidade com a sua qualidade particular; o texto é, então, a unidade fundamental na análise da linguagem. A análise do discurso visa a compreensão de como um objeto simbólico, o texto, produz sentidos, como ele está investido de significância por e para sujeitos. *Texto* não é sinônimo de *discurso*, o texto é uma forma de materialização do discurso, “encarna” o discurso, mas *não é* o discurso, o discurso é constituído por um amontoado de textos. Uma abordagem interessante de Orlandi (2007) é sobre o dispositivo para a realização da análise do discurso: não há um modelo padrão apriorístico de análise, cada dispositivo é construído pelo próprio analista para determinada análise, e deve levar em conta o tipo de discurso que vai ser analisado, o contexto no qual ele se inscreve e o tipo de

análise que o analista pretende efetuar. O trabalho do analista do discurso é remeter o dizer a uma formação discursiva com o objetivo de compreender o que ali está sendo dito, e não há um caminho único para tal compreensão.

O discurso é uma dispersão de textos e o texto é uma dispersão do sujeito. O sujeito se subjetiviza de maneiras diferentes ao longo de um texto. Há pontos de subjetivização ao longo de toda a textualidade. [...] Na dispersão de textos que constituem um discurso, a relação com as formações discursivas é fundamental, por isso, no procedimento de análise, devemos procurar remeter os textos ao discurso e procurar esclarecer as relações deste com as formações discursivas pensando, por sua vez, as relações destas com a ideologia. [...] A análise do discurso não está interessada no texto em si como objeto final de sua explicação, mas como unidade que permite ter acesso ao discurso [...] Na análise de discurso, não se toma o texto como ponto de partida absoluto (dada as relações de sentido) nem de chegada. Um texto é só uma peça de linguagem de um processo discursivo bem mais abrangente e é assim que deve ser considerado. Ele é um exemplar do discurso. Feita a análise, não é sobre o texto que falará o analista mas sobre o discurso. [...] O que temos, como produto da análise, é a compreensão dos processos de produção de sentidos e de compreensão dos processos de produção de sentidos e de constituição dos sujeitos em suas posições. [...] Uma vez atingido o processo discursivo este é que dá ao analista as indicações de que ele necessita para compreender a produção de sentidos. Os textos deixam de ser seus objetos (ORLANDI, 2007, pp. 70-73).

Para Pêcheux (1997), a análise do discurso não pretende ser especialista em interpretação, mas pretende que o seu trabalho sirva para construir interpretações que estejam para além da vontade e da ação de um sujeito, ou seja, apesar de ser um trabalho interpretativo, a análise do discurso se pretende como um trabalho objetivo, tendo como finalidade principal compreender não o que um determinado autor quer diz naquilo que escreve (um trabalho da hermenêutica e da exegese), mas saber como o discurso funciona (FOUCAULT, 2008; MAINGUENEAU, 1997).

A análise de discurso não pretende se instituir como especialista da interpretação, dominando “o” sentido dos textos; apenas pretende construir procedimentos que exponham o olhar leitor a níveis opacos a ação estratégica de um sujeito [...] o desafio crucial é o de construir interpretações, sem jamais neutralizá-las, seja através de uma minúcia qualquer de um discurso sobre o discurso, seja no espaço lógico estabilizado com pretensão universal (PÊCHEUX *apud* MAINGUENEAU, 1997, p. 11).

Por fim, Maingueneau (1997), vê a análise de discurso totalmente imbricada com o campo das ciências sociais. Para ele, a análise do discurso é *dependente*⁴¹ das ciências sociais e todo o seu aparelho está assujeitado à dialética da evolução científica deste campo científico. A análise de

⁴¹ Grifo nosso.

discurso muda conforme a definição que se tem de discurso e do que se julga aí apreender com tal termo. Não é sem razões que existem diversidades modalidades de análise de discurso, que variam conforme a visão que se tem de discurso, e do foco para o qual está voltada a análise (psicológico, social, econômico, cultural, político etc.). Para Maingueneau, é como se a noção de “análise do discurso” fosse um “coringa”, pois consegue definir um campo de problemas de linguagem sem remeter a uma disciplina conexas à lingüística. Isto acontece porque a análise do discurso está interessada em outra espécie de problemas, que não os da mera comunicação, mas em como a linguagem constrói a realidade social. A análise do discurso se relaciona com arquivos e não com gramática.

Esta raridade dos enunciados, a forma lacunar e recortada do campo enunciativo, o fato de que poucas coisas, globalmente, podem ser ditas, explicam que os enunciados não sejam uma transparência infinita, como o ar que se respira, mas coisas que se transmitem e se conservam, que têm um valor, e das quais tentamos nos apropriar (FOUCAULT *apud* MAINGUENEAU, p. 23).

A análise do discurso tem como seu foco os lugares de enunciação; nela tem preeminência e proeminência da topografia social sobre os falantes que aí vêm se inscrever. O fundamental é então, determinar o lugar de onde ele enuncia, determinar quem tem autoridade para exercer determinada espécie de linguagem numa determinada circunstância. O exercício de um determinado tipo de discurso pressupõe um *locus* de enunciação que *autorize* o enunciante a proferi-lo. Só o discurso autorizado é, perante a sociedade, eficaz e reconhecido, e portanto, legítimo.

O discurso, bem menos do que um ponto de vista, é uma organização de restrições que regulam uma atividade específica. A enunciação não é uma ilusória onde seriam ditos conteúdos elaborados em outro lugar, mas um dispositivo constitutivo da construção do sentido e dos sujeitos que aí se reconhecem. À AD cabe não só justificar a produção de determinados enunciados em detrimento de outros, mas deve, igualmente, explicitar como eles puderam mobilizar forças e investir em organizações sociais (MAINGUENEAU, 2004, p. 50)

A análise do discurso não é apenas uma versão mais moderna da filologia, da hermenêutica ou mesmo da lingüística, como muitas vezes erroneamente se costuma pensar, ela é distinta, pois busca justamente transcender o discurso e chegar até a realidade social, com a finalidade de

entender como se configuraram as forças que o moldaram, e como o discurso, por sua vez, participou da constituição desta realidade social na qual emergiu. Entre as várias razões para o discurso ser posto em análise, encontramos o giro lingüístico, a transformação da lingüística, que passou a analisar o uso da linguagem nos vários contextos relacionais; a maior relevância dos meios de comunicação e de informática, a partir da Revolução da Telemática.

Existem diversos tipos de análise de discurso, que se singularizam a partir do foco e do método com o qual trabalham. Entre estes tipos de análise, podemos destacar a Teoria dos Atos da Fala⁴², a Sociolingüística Interacional⁴³, a Etnografia da Comunicação⁴⁴, a Pragmática⁴⁵, a Análise Conversacional⁴⁶, a Análise da Variação, e além destes, a Psicologia Discursiva⁴⁷ e a Análise Crítica do Discurso, que têm uma projeção incontestável, sendo que nos deteremos de forma particular na abordagem desta última.

Para Maingueneau (1997), o estudo da análise do discurso é caracterizada por duas tradições principais, a inglesa e a francesa. Para ele, o que se entende por análise do discurso na tradição anglo-saxã está fortemente relacionado com as correntes interacionistas e etnometodológicas focadas na conversação cotidiana, enquanto que a análise do discurso de tradição francesa trabalha com textos produzidos no quadro de instituições que restringem fortemente a enunciação, dentro dos quais se cristalizam os conflitos históricos presentes na sociedade e que delimitam um espaço próprio exterior de um interdiscurso limitado.

⁴² Teoria desenvolvida por John Austin que considera que falar não serve unicamente para descrever o mundo, mas para fazer coisas (IÑIGUEZ, 2004, p. 101).

⁴³ Tradição da Análise do Discurso proveniente da antropologia, da sociologia e da lingüística que tem como objeto de análise a interação caracterizada por uma relação assimétrica dos participantes. (IÑIGUEZ, 2004, p. 155).

⁴⁴ Tradição da Análise do Discurso proveniente da antropologia e da lingüística cujo objeto de análise é a “competência comunicativa”. Ou seja, o conhecimento social, psicológico, cultural e lingüístico que rege o uso apropriado da linguagem (IÑIGUEZ, 2004, p. 155).

⁴⁵ Parte da lingüística que se dedica ao estudo da linguagem comum e leva em consideração tanto os contextos como os efeitos, não diretamente lingüísticos, que envolvem práticas discursivas concretas ou que delas resultem (IÑIGUEZ, 2004, p. 47). Ver também a nota nº 13.

⁴⁶ Método de análise que põe em prática os princípios da etnometodologia. Estuda a ordem e a organização da ação social cotidiana através da análise rigorosa das conversações. (IÑIGUEZ, 2004, p. 154).

⁴⁷ Perspectiva nascida no contexto da psicologia e que se apóia na etnometodologia e na análise conversacional. Enfatiza o exame das relações e das crenças na fala exatamente como essa é usada pelos participantes em uma interação social (IÑIGUEZ, 2004, p. 155).

Uma síntese acerca das principais diferenças entre a análise do discurso de origem inglesa e a análise de discurso de origem francesa pode ser encontrada abaixo na tabela elaborada por Maingueneau (1997):

Tabela 3: Diferenças entre a análise de discurso francesa e inglesa

	AD francesa	AD anglo-saxã
Tipo de discurso	<i>Escrito</i> Quadro institucional doutrinário	<i>Oral</i> Conversação cotidiana comum
Objetivos determinados	<i>Propósitos textuais</i> explicação – forma Construção do objeto	<i>Propósitos comunicacionais</i> descrição – uso Imanência do objeto
Método	“estruturalismo” lingüística e história	Interacionismo psicologia e sociologia
Origem	lingüística	antropologia

Fonte: MAINGUENEAU (1997: 16)

a) A análise do discurso inglesa

A análise do discurso inglesa tem como principal central que as palavras são mais do que mera descrição de uma realidade pessoal, natural ou social, mas é que uma forma de ação, falar é um meio “de fazer coisas”, de construir, é a percepção de que se pode fazer coisas com palavras. A linguagem é reconhecida como uma forma de ação, e a interpretação acontece sobre aquilo que a linguagem está fazendo. A AD inglesa vê também a atividade investigadora como qualquer outra atividade social (que pode se dar na vida cotidiana ou no contexto de uma pesquisa científica. Para chegar à compreensão, é preciso analisar o papel da linguagem nas nossas sociedades contemporâneas.

Dois trabalhos na análise do discurso inglesa que se encaminham nesse sentido são as obras de Billig e de Potter e Wetherell. Michael Billig publicou em 1987 o livro *Arguing and Thinking*, no

qual afirma que a argumentação e a retórica (ou seja, a tentativa de convencimento) são a essência da linguagem. Dessa maneira, qualquer mensagem é ambígua e exige esforço do pesquisador que deve interagir com os argumentos expostos pelo enunciador do discurso para, com as ferramentas de que dispõe, trazer à luz aquilo que está oculto e não-dito no discurso. Para ele, o investigador é antes de tudo, um profissional cético, encarregado de escrutar a realidade social a partir daquilo que as pessoas enunciam. Neste mesmo ano (1987), Jonathan Potter e Margaret Wetherell, publicam *Discourse and Social Psychology : Beyond attitudes and behavior*, no qual afirmam que a linguagem é compreendida por uso. Para compreender a linguagem é preciso vê-la em ação.

b) A análise do discurso francesa

A análise de discurso de linha francesa se estabelece a partir dos anos '60 e é fortemente influenciada pelo marxismo, pela lingüística e pela psicanálise, sob a égide do estruturalismo (IÑIGUEZ, 2004; MAINGUENEAU, 1997; ORLANDI, 2007). A análise de discurso francesa tem como seu representante Dominique Maingueneau (1941-), atualmente, um dos maiores especialistas vivos em análise do discurso. Ela é fortemente influenciada pela obra de Michel Foucault e pela escola russa, particularmente pelos trabalhos de Mikail Bakhtin, e pela teoria da enunciação, que é uma forma de pragmática⁴⁸. É marcada pela mudança que passa a considerar a linguagem como um instrumento para regulamentar as relações sociais, ao invés de ser uma mera janela para a comunicação de significados. Além disso, se destaca pela preferência que tem por estudar textos institucionais, escritos, impressos, em arquivos, a conversações e eventuais transcrições. Os procedimentos de análise de discurso que explicitaremos abaixo são tipicamente influenciados pela corrente *francesa* da análise do discurso.

Segundo Iñiguez (2004), para a prática da análise do discurso, são necessárias três operações: a diferenciação texto-discurso, a distinção locutor-enunciador e a delimitação, constituição e

⁴⁸ Parte da lingüística que estuda a linguagem em uso. Tem dois elementos principais: a *díxis*, que relaciona o “dito” com o *contexto* (pessoal, de lugar ou de tempo, do discurso ou social) dentro do qual este é enunciado; e a *implicatura*, que pode ser convencional ou não-convencional, e tem a ver com a inferência, a relação entre o que é dito (ou não-dito) e o que é comunicado. Para Maingueneau (1997: 31-32), a pragmática “constitui um ato virtualmente violento que coloca outrem diante de um fato realizado e exige que este o reconheça como tal”.

operacionalização do *corpus* (ORLANDI, 2007). Para Orlandi (2007), a análise já se inicia na constituição dos *corpus*, pois o analista sempre o faz a partir de determinados critérios, em especial a pergunta que visa a compreender o discurso em função do domínio analítico ao qual o pesquisador está associado. Segundo Iñiguez (2004), as ferramentas de análise devem ser utilizadas na totalidade dos *corpus*, porque essa é a condição para que os discursos façam sentido. Uma vez delimitado o *corpus* segundo determinados critérios, deve-se proceder a análise sobre todo o *corpus*, e não segundo parcialidades. Podem ser usados diversos procedimentos, a depender da qualidade do *corpus*: os atos de fala (em conversações), a pragmática, a retórica (que é a estrutura argumentativa e formal de um texto), para analisar a credibilidade, a legitimidade e as linhas de coerência), a busca pelos repertórios interpretativos, pelas polaridades e a desconstrução.

Segundo Orlandi (2007), para analisar o discurso, a noção de *funcionamento* é fundamental. Para ela, o modo de se compreender o discurso é observar os processos de construção de sentido a partir da observação da paráfrase e da metáfora. *Paráfrase* é o fenômeno que indica o retorno aos mesmos dizeres, corresponde à sedimentação do discurso, é através da paráfrase que o discurso se estabiliza. *Metáfora* corresponde à tomada de uma palavra por outra, é por meio da metáfora que acontecem as transferências de sentido dentro do discurso. Orlandi apresenta a análise do discurso em duas etapas: a primeira é a *desnaturalização*, isto é a desconstrução do discurso que é tomado como “dado”; a segunda é relacionar as formações discursivas distintas com a formação ideológica que as produziu. A finalidade da metáfora, em seu efeito de transferência, é demonstrar como se articulam, na língua, estrutura e acontecimento. A metáfora faz parte do processo de interpretação e esta é constitutiva da própria língua (a língua *acontece* como uma sucessão de transferências e interpretações). “A metáfora é constitutiva do processo mesmo de produção de sentido e da constituição do sujeito [...] Tanto o diferente quanto o mesmo são produção da história, são afetados pelo efeito metafórico” (2007: 79). O efeito metafórico é o *locus* da interpretação, da ideologia e da historicidade. Segundo Orlandi (2007), a ideologia é para a análise do discurso o que o inconsciente é para a Psicanálise. A questão feita pelo analista é que vai orientar a construção do fato que ele vai analisar.

Para que um texto seja considerado um discurso (IÑIGUEZ, 2004), deve cumprir algumas condições, isto é, vir de instituições que restringem ao máximo a própria enunciação, textos que tenham um posicionamento claro dentro de uma estrutura discursiva, como um partido político, ou uma organização religiosa. Estes enunciados devem vir de posições determinadas, e estar dentro de contextos interdiscursivos específicos, que revelem as condições de sua produção (sociais, econômicas, políticas, culturais, intelectuais). À relação do texto com um lugar de enunciado é chamada de *formação discursiva*.

Maingueneau (1997), inspirado nos trabalhos de Michel Foucault, define *formação discursiva* como aquilo que pode e que deve ser dito sob a forma de uma alocução, um pronunciamento, um sermão, uma exposição, um panfleto, um cartaz, um programa, em virtude da posição ocupada em uma determinada conjuntura pelo enunciador. Para ele, o trabalho de Michel Foucault serviu para libertar o pesquisador dos sinais, forçá-lo a procurar o que está além dos sinais, até chegar ao poder, dado que o discurso é uma prática formadora. Foucault (2007) vem nos ajudar a compreender que os discursos são práticas sociais, e as práticas discursivas são regras anônimas que emergiram no decorrer do devir histórico, são limitadas no espaço e se constituem nas condições que possibilitam (ou interditam) a enunciação. A análise de discurso, sob a perspectiva foucaultiana, também é uma prática que permite desmascarar e identificar outras práticas discursivas e, acima de tudo, transformá-las. Foucault apresenta três condições para uma boa análise do discurso: o questionamento de uma vontade de verdade (isto é, de uma formação discursiva que se cristaliza em ideologia, significa a transcendência de uma ideologia), a restituição ao discurso do seu caráter de acontecimento (isto é, da “corporificação do imaterial”, da materialização arbitrária, casual, aleatória da ideologia) e a suspensão da soberania do constituinte (isto é, o reconhecimento da linguagem não só como modo de significar e descrever coisas, mas como de “fazer coisas” e participar da construção da realidade social). Ele também nos apresenta uma espécie de “tipologia” de uma possível análise do discurso, ela pode ser “crítica” ou “genealógica”. A crítica tem por meta mostrar as funções de exclusão e limitação operadas pelos discursos, deve mostrar como os discursos autorizados impõem-se interditando determinados discursos de emergirem na realidade social. À genealogia concerne tornar claro como os discursos foram se constituindo ao longo do tempo. Para ele, no fundo, toda análise acaba sendo ao mesmo tempo uma análise crítica e uma análise genealógica.

As descrições críticas e as descrições genealógicas devem alternar-se, apoiar-se umas nas outras e completar-se [...] a análise do discurso, assim entendida, não desvenda a universalidade de um sentido; ela mostra à luz do dia o jogo da rarefação imposta, com um poder fundamental de afirmação. (FOUCAULT, 2007, p. 69-70).

Foucault (2008) vê a análise do discurso como fazer desaparecer e reaparecer as contradições presentes no discurso, “mostrar o jogo que nele elas desempenham, [...] manifestar como ele pode exprimi-las, dar-lhes corpo, emprestar-lhes uma fugidia aparência” (FOUCAULT, 2008: 171). Para se realizar uma boa análise do discurso deve ser necessário percorrer três etapas: a primeira é definir o processo que se quer analisar, a segunda é selecionar o material relevante para análise, a terceira é efetuar a análise propriamente dita. Em primeiro lugar, é preciso partir de uma boa *pergunta*, estabelecer bem o *foco* da análise, ou seja, se perguntar quais relações sociais produzidas, consumidas, mantidas e distribuídas pela linguagem queremos explicar. Os principais termos relacionados à análise do discurso estão resumidos no pequeno glossário abaixo:

Tabela 4: Glossário com termos-chave em análise do discurso

Giro lingüístico	Uma certa mudança que ocorreu na filosofia e em várias ciências humanas e sociais, e que as estimulou a dar uma atenção maior ao papel desempenhado pela linguagem, tanto nos próprios projetos dessas disciplinas quanto na formação dos fenômenos que elas pretendem estudar.
Prática discursiva	Um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma dada época e para determinadas área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa.
Condição de produção	O contexto social que envolve um <i>corpus</i> , ou seja, é um conjunto desconexo de fatores entre os quais são selecionados previamente os elementos que permitem descrever uma conjuntura
Corpus	A materialização de um texto das mais diversas maneiras, tais como conversações escritas, interações institucionais transcritas, entrevistas transcritas. Ou seja, enunciados totalmente orais ou textos previamente escritos como artigos, documentos, informes, panfletos, comunicados, estudos, formulários etc.
Regularidade	O conjunto das condições nas quais se exerce a função enunciativa que assegura e define a sua existência, especifica um campo efetivo de aparecimento de uma certa forma de regularidade caracteriza, pois, um conjunto de enunciados.
Formação discursiva	Um conjunto complexo de relações que funcionam como regras: prescreve o que deveria ter sido posto na relação, em uma prática discursiva, para que essa se refira a tal ou qual objeto, para que ponha em jogo tal ou qual enunciado, para que use tal ou qual conjunto, para que organize tal ou qual estratégia. Definir, em sua individualidade singular, um sistema de formação, portanto, é caracterizar um discurso ou um grupo de enunciados pela regularidade de uma prática.

Fonte: Elaboração própria

2.3.5 A legitimidade da análise do discurso

Para Iñiguez (2004), a vantagem principal da análise do discurso é a sua consideração acerca da linguagem. Baseada na abordagem da filosofia e da lingüística, a análise do discurso considera que a linguagem é ao mesmo tempo um indicador e criador da realidade social. A linguagem é uma realidade objetiva, está no mundo, não faz parte das idéias ou da subjetividade de um indivíduo, não é uma atividade mental, mas uma atividade eminentemente social, é muito mais uma forma de construção do mundo do que uma descrição de nós mesmos e do mundo que nos cerca, é algo muito mais ativo e dinâmico do que passivo, a linguagem é uma forma de ação, e não somente de descrição. Se todos os procedimentos da análise do discurso são claramente interpretação, uma questão que logo surge no horizonte, segundo Iñiguez (2004) é a questão acerca da legitimidade da análise do discurso.

Se várias reconstruções se revelarem possíveis, isto implica que a interpretação pode ser defeituosa ou duvidosa. Uma tal concepção incide sobre a representação que fazemos da textualidade, considerada como uma espécie de “armadilha” lançada ao destinatário. “Para a compreensão de um texto, são importantes, não apenas as indicações que ele traz para o destinatário, mas também as manobras às quais é submetido, os percursos que é obrigado a seguir”. Assim, o caráter indireto da interpretação, longe de constituir uma imperfeição ocasional, seria sua dimensão essencial: ela prescreve, através de sua estrutura, o percurso que sua leitura implica (MAINGUENEAU, 1997, p. 164).

Faz-se necessário, portanto, ao analista do discurso, deixar bem claro ao seu público leitor, o percurso que fez para chegar a determinado *corpus*, a determinado recorte, à determinada análise, a determinado resultado. Porque se análise do discurso é, antes de tudo, interpretação, isto significa que pode levar a diversos resultados, inclusive a resultados contrários que põem em cheque a sua legitimidade⁴⁹. Por isso, é mister explicitar o método, isto é, o caminho que se percorreu para atingir o resultado final da pesquisa. Como afirmam Iñiguez e Antaki:

O/a analista de discurso deve assegurar-se de que o/a leitor/a compreenda o que está sucedendo: por que é necessário escolher textos; como esses textos devem ser lidos; por que essa leitura é preferível àquela outra; e o que é que no mundo externo aos textos, ajuda a dar um sentido aos discursos que contêm. (IÑIGUEZ, ANTAKI *apud* IÑIGUEZ, 2004, p. 145)

⁴⁹ Do ponto de vista científico. Neste sentido Fairclough vai afirmar que a análise crítica do discurso deve ser feita com rigor maior até do que os outros métodos de investigação, em virtude de lidar com problemas cruciais da sociedade, e não somente com questões ideológicas, mas com poderes constituídos e com gigantescas forças presentes na sociedade.

É importante se dar conta do contexto no qual está imerso o discurso. Todo discurso é uma prática social (FOUCAULT, 2008), que podemos chamar de prática discursiva. As práticas discursivas não estão determinadas por um sujeito autônomo, mas se constituem em regras anônimas e históricas, que podem ser determinadas espacial e temporalmente. Foram essas práticas que definiram as condições de enunciação daquilo que podia ser dito (e que, por outro lado, geraram as interdições daquilo que não poderia ou deveria ser dito). A análise do discurso vem se constituir uma prática “reveladora” das práticas discursivas presentes na sociedade, e vem justamente “desnaturalizar” as práticas discursivas mostrando como elas se formaram em seu processo histórico. Nesse sentido, a análise do discurso é essencialmente produtora de informação, parte do discurso tomado como “dado” e evidencia como aquilo que era tomado como dado foi se construindo ao longo da história. Como uma prática reveladora e desnaturalizadora, a análise de discurso pode adquirir o caráter de denúncia e o caminho para a transformação e a emancipação.

O enunciado está diretamente relacionado com um determinado contexto histórico, é dito por um sujeito inscrito em determinadas circunstâncias históricas e compreendê-las é fundamental para compreender o discurso não existe de forma desconexa e nem é fruto das idéias de um sujeito individual. A compreensão do discurso, por sua vez, permite a compreensão do social no qual ele está inscrito. A análise do discurso deve estar relacionada ao estudo das estruturas sociais. Segundo Iñiguez (2004: 149), o conceito de estrutura social como “estrutura, prática social e discurso”, a partir das contribuições de Giddens, Foucault e Wittgenstein. Fairclough ajuda a fazer a conexão entre o discurso e as variáveis macrosociais. Para ele, o discurso é a linguagem como prática social determinada por estruturas sociais. Isto significa que é a estrutura social que determina, desta maneira, as condições de produção do discurso, justamente para que seja evitado a irrupção do acaso, do aleatório e do imprevisto. Como afirma Michel Foucault em *A Ordem do Discurso*:

Em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade [...] sabe-se muito bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa (FOUCAULT, 2007, pp. 8-9).

O discurso está, portanto, determinado por ordens discursivas que são socialmente construídas. Iñiguez (2004) as entende como sendo “conjuntos de convenções associados às instituições sociais”. As ordens do discurso são, assim, formadas por relações de poder não apenas nestas instituições sociais, mas na sociedade como um todo. O discurso é afetado pelas estruturas sociais, mas ao mesmo tempo as afeta, como Giddens mostrou na sua Teoria da Estruturação; isto significa que o discurso é como se fosse uma faca de dois gumes: se de um lado, contribui para a manutenção da ordem social, também tem o poder de contribuir para transformá-la. Para Iñiguez (2004), portanto, “uma [...] [análise do discurso] das práticas discursivas nos informa tanto sobre a construção e reconstrução da estrutura social como sobre a configuração dos sujeitos.” A análise do discurso, de certa maneira, se constitui na análise da sociedade, já que o discurso não somente surge no seio de uma sociedade, como molda esta mesma sociedade da qual ele emergiu. Foucault a vê dessa forma:

Trata-se de fazer aparecer as práticas discursivas em sua complexidade e em sua densidade; mostrar que falar é fazer algo, algo diferente do que expressar o que se pensa, traduzir o que se sabe, diferente de pôr em jogo as estruturas de uma língua; mostrar que agregar um enunciado a uma série preexistente de enunciados é fazer um gesto complicado e custoso, que implica algumas condições (e não somente uma situação, um contexto, alguns motivos) e que comporta algumas regras (diferente das regras lógicas e lingüísticas de construção); mostrar que uma mudança, na ordem do discurso, não pressupõe “idéias novas”, um pouco de invenção e de criatividade, uma mentalidade distinta, e sim algumas transformações em uma prática, eventualmente nas práticas próximas e em sua articulação comum. Eu não neguei, longe disso, a possibilidade de mudar o discurso: só lhe tirei o direito exclusivo e instantâneo à soberania do sujeito (FOUCAULT *apud* IÑIGUEZ, 2004, pp. 152-153).

Todo este processo de “fazer aparecer as práticas discursivas” porque estas não são evidentes, estão como que soterradas numa camada também discursiva, que as impede de vir à luz e se tornarem perceptíveis. Este processo acontece em virtude do fenômeno da ideologia. Segundo Alves (2009: 31), *ideologia* é “um conjunto de significados que expressam a prática de um determinado grupo social, significados esses relacionados a um interesse concreto de poder”. Para Berger e Luckman (1985), *ideologia* é uma particular definição da realidade que se liga com um interesse concreto de poder. Segundo Orlandi (2007), a ideologia se materializa na linguagem fazendo parte de seu funcionamento. A ideologia é o mecanismo estruturante no processo de significação, no discurso é que a ideologia produz os seus efeitos. O estudo do discurso explicita a maneira como linguagem e ideologia se articulam, se afetam em sua relação específica. O

trabalho da ideologia é produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência. Ela é a condição para a constituição dos sujeitos e dos sentidos. O discurso é atravessado pela ideologia. Desvendar o discurso é desvendá-la. A ideologia deve ser desvelada pelo processo da interpretação. O fato de que não há sentido sem interpretação atesta a sua presença, porque “atrás da fachada visível do sistema, supomos a rica incerteza da desordem. Sob a fina superfície do discurso, toda a massa de um devir em parte silencioso” (FOUCAULT, 2008, p. 85), sepultada por grossas camadas de ideologia.

Dentro das noções de ideologia, interdiscurso e formação discursiva, se inscreve aquilo que conceituado como o não-dito, que é o que está implícito, tomado como pressuposto e subentendido. Dentro de todo dizer, sempre há um não-dizer necessário. O não-dito tem a ver com o dito. O não-dito também é portador de significados. Outra forma de não-dito é o silêncio. Segundo Orlandi (2007), o silêncio é “fundador”, ou seja, ou vai dar início a um determinado discurso, ou vai se constituir em uma pausa, para que o sentido faça sentido. O silêncio torna-se “horizonte [...] iminência de sentido”. O não-dizer impõe uma questão séria ao analista: como reagir perante aquilo que é não-dito, é implicitado e silenciado? Certamente, o melhor método é inscrever o não-dito dentro da formação discursiva à qual ele pertence, em relação à qual este não-dizer pode fazer tanto sentido quanto o dizer. A presença e o significado do não-dizer é um elemento complicador na análise do discurso na medida em que não fica claro de “qual” não-dizer estamos nos referindo, pois em tese, o não-dizer pode se elevar até o infinito. É preciso esclarecer qual não-dizer é pertinente para a nossa análise.

Se o não-dizer significa, então o analista pode tomar tudo o que não foi dito como relativo ao dito em análise? Não há limite para isso? Esta é uma questão de método: partimos do dizer, de suas condições e de suas relações com a memória, com o saber discursivo para delinear as margens do não-dito que faz os contornos do dito significativamente. Não é tudo o que não foi dito, é só o não dito relevante para aquela situação significativa. [...] é preciso que a teoria e o método explicitem de que não-dizer estamos falando, de como o consideramos e quais são os procedimentos para sua análise. [...] o que não é dito, o que é silenciado constitui igualmente o sentido do que é dito. As palavras se acompanham de silêncio. Isso tem que fazer parte da observação do analista. Entre o dizer e o não dizer desenrola-se todo um espaço de interpretação no qual o sujeito se move. É preciso dar visibilidade a esse espaço através da análise baseada nos conceitos discursivos e em seus procedimentos de análise (ORLANDI, 2007, pp. 83-85).

Para Orlandi (2007), o analista deve, então, remeter o dizer a uma formação discursiva, para, observando as condições de produção e o funcionamento da memória, compreender o sentido do que ali está sendo dito, por trás das evidências produzidas pela ideologia. “O trabalho do analista é percorrer a via pela qual a ordem do discurso se materializa na estruturação do texto (e a língua na ideologia). Isso corresponde a saber como o discurso se textualiza” (2007: 72), porque o texto é a unidade de análise para o estudioso do discurso. A análise do discurso procura o seu sentido em sua materialidade lingüística e histórica. Um dispositivo de análise para o discurso deve conter duas partes: descrição e interpretação que se inter-relacionam. Este dispositivo deve levar em conta a ideologia e descrever a relação do sujeito do discurso com a memória discursiva. Segundo Orlandi (2007: 60-61), a interpretação aparece em dois momentos: no primeiro é preciso considerar que a interpretação faz parte do objeto da análise; no segundo, é preciso compreender que, se não há descrição sem interpretação, então o próprio analista está envolvido na interpretação; é por isso que se faz necessário a introdução de um dispositivo de análise, com a finalidade de provocar um “deslocamento” entre o sujeito que analisa e o discurso analisa, para que se possa ter a análise mais objetiva possível; não se espera do analista uma posição de neutralidade axiológica, mas de relativizar a posição do analista, para que ele “atrasasse o efeito de transparência da linguagem, da literalidade do sentido e da onipotência do sujeito” (2007: 61). Este dispositivo de análise deve investir na “opacidade da linguagem, no descentramento do sujeito e no efeito metafórico, isto é, no equívoco, na falha e na materialidade. No trabalho da ideologia” (2007: 61). Este dispositivo visa a construir “o lugar do cientista”, a posição que lhe é própria, e que lhe permite não somente interpretar, mas “contemplar” e inscrever o discurso na formação discursiva e ideológica do qual ele partiu, para daí extrair-lhe o seu sentido, visando a evitar ser vítima dos “efeitos de evidência” produzidos pela linguagem em funcionamento, e poder, dessa forma, tirar vantagens dela, para que “no funcionamento do discurso, na produção dos efeitos, [...] não reflita apenas no sentido do reflexo, da imagem da ideologia, mas reflita o sentido do pensar” (2007: 61), é isto que vem a ser a suspensão da interpretação para dar lugar ao pensamento e à contemplação. É pela alternância entre descrição e interpretação que o analista encara a linguagem.

2.4 A análise crítica do discurso

A análise crítica do discurso é uma corrente teórica que segue os passos da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt, representada especialmente por Adorno, Horkheimer e Marcuse e, atualmente, por Habermas. A Teoria Crítica é uma crítica do Iluminismo, nas suas matrizes tanto liberais quanto socialistas, está baseada na afirmação de que as condições para uma sociedade de sujeitos emancipados já estão presentes e cabe aos teóricos e intelectuais a denúncia das condições de opressão que impedem a emancipação. A análise crítica do discurso também sofre influências de Michel Foucault que pensou sobre poder, controle e disciplina, e de Gramsci, que teorizava sobre a hegemonia, bloco histórico e ideologia, além de Pierre Bourdieu, com as suas noções de *habitus* e campo.

Para Fairclough (1995), partindo da premissa de que a linguagem é uma forma de ação e construção da realidade social, conceitua a análise crítica do discurso sendo a análise de *como* os textos trabalham dentro da prática sócio-cultural, de *como* os textos constituem, moldam, institucionalizam, legitimam e por fim, reproduzem ou contestam a realidade social. Fairclough (1995) apresenta a análise crítica do discurso como um modelo “tridimensional” onde a meta é mapear as três dimensões do discurso, uma dentro da outra: a primeira é a análise de *linguagem de textos* (escrita ou falada, ou seja, o texto como unidade discursiva propriamente dita), a análise das *práticas discursivas* (processo de produção, distribuição e consumo de texto) e a análise de *eventos discursivos como instâncias de práticas sócio-culturais*, como é bem evidenciado na Figura 1 e no Quadro 1, abaixo. Trata-se de pesquisar em busca da “*ordem do discurso*”, que para Fairclough (1995) é uma configuração de práticas discursivas relativamente estabilizada, um domínio de hegemonia, que determina o que pode e o que não pode ser dito, quem pode e quem não pode dizer. Para ele, o poder para controlar o discurso é visto como o poder para sustentar práticas discursivas particulares com investimentos ideológicos particulares sobre outras práticas (opositoras ou alternativas). Fairclough (1995) identifica o poder como assimetria entre os participantes do evento discursivo, que provoca uma capacidade desigual para controlar como os textos são produzidos, distribuídos e consumidos em condições sócio-culturais particulares.

Figura 1 – Concepção tridimensional do discurso em Fairclough *apud* Ramalho e Resende (2004)⁵⁰.



Fonte: Unisul (2009)

Tabela 5: Categorias analíticas propostas no modelo tridimensional de Fairclough em Ramalho e Resende (2004)⁵¹

TEXTO	PRÁTICA DISCURSIVA	PRÁTICA SOCIAL
vocabulário gramática coesão estrutura textual	produção distribuição consumo contexto força coerência intertextualidade	ideologia sentidos pressuposições metáforas hegemonia orientações econômicas, políticas, culturais, ideológicas

Fonte: Unisul (2009)

Para Fairclough (1995), os *textos* são espaços sociais em que dois processos fundamentais ocorrem: cognição e representação do mundo, e interação social, numa visão multifuncional. Os textos constituem sistemas de conhecimento e crença, objetos sociais e relações sociais entre categorias de objetos. As análises dos textos requerem diversidade de foco não somente ao seu funcionamento interno, mas também com respeito aos diversos níveis de análise, o da prática

⁵⁰ Ver em <<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0501/09.htm>>. Acesso em 27 jan 09.

⁵¹ Ver em <<http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0501/09.htm>>. Acesso em 27 jan 09.

discursiva, e o da prática social. Para ele, cada análise requer atenção para a forma, a estrutura e a organização textual em todos os níveis: fonológico, gramático, léxico (vocabulário) e os mais altos níveis de organização textual em termos de sistemas de troca (o que ele chama de *distribuição de “mudanças” de fala*), as estruturas de argumentação e as estruturas genéricas (os tipos de atividade). Outra percepção de Fairclough é que a análise dos textos não deve ser artificialmente isolada das práticas institucionais e discursivas dentro das quais os textos estão envolvidos, dado que ele vê a interpretação dos textos como *um processo dialético*. “A alternativa crítica reivindica que proposições implícitas naturalizadas de características ideológicas são inerentes ao discurso, contribuindo para o posicionamento de pessoas como sujeitos sociais” (FAIRCLOUGH, 1995, p. 23). O discurso é visto dentro da reprodução social das relações de dominação. O discurso é também chamado de “formação ideológico-discursiva”. A dominação de uma formação ideológico-discursiva sobre outras dentro de uma determinada ordem social do discurso resulta na naturalização de seus princípios ideológicos e de suas práticas, e no domínio da sociedade por parte daqueles que detém o controle do discurso.

Segundo Iñiguez (2004), a *análise crítica do discurso* não é tanto uma modalidade diferente da análise do discurso, quanto se constitui em uma perspectiva da mesma análise do discurso. Segundo Rojo e Whitaker (*apud* IÑIGUEZ, 2004, p. 118), a análise crítica do discurso constitui uma estratégia da análise do discurso para abordar os discursos, segundo a qual a teoria “não pré-configura nem determina a maneira de enfocar as análises, nem delimita o campo da indagação e da exploração”. Para eles, pelo contrário, “a teoria é utilizada como uma caixa de ferramentas que permite formar e abrir novas visões e novas visões e onde o/a analista se converte em artífice graças ao seu envolvimento com aquilo que estuda” (2004: 118). Praticar uma análise crítica do discurso significa prescindir da idéia de que tudo na realidade social é dado, adotar uma postura de problematização das questões, para abrir novas perspectivas de estudo e fazer surgir novos objetos de investigação. A análise crítica do discurso tem como seu foco de estudo as questões sociais que são postas em prática por meio do discurso, entre elas, o abuso de poder, o controle social, a dominação, a manipulação, a marginalização, a exclusão e as desigualdades sociais. Aqueles que adotam o estudo do discurso por meio da análise crítica querem deixar bem claro o papel-chave desempenhado pelo discurso na construção, manutenção ou eventual transformação da ordem social. É tarefa do analista crítico do discurso mostrar o discurso como práxis e como

ele constrói, institucionaliza e legitima determinadas práticas em nossa sociedade. Na perspectiva da análise crítica do discurso, os discursos e até mesmo a própria análise são considerados situados socialmente, tendo um papel fundamental na construção, reconstrução e reprodução das estruturas e da organização social. A análise crítica do discurso é considerada uma prática em três dimensões, “tridimensional”, porque pretende analisar o discurso em três dimensões: a primeira é o discurso enquanto texto; a segunda é o discurso enquanto prática discursiva incrustada em uma situação concreta; a terceira é o discurso enquanto prática social, na medida em que ao mesmo tempo reflete e constrói identidades, práticas e relações.

Segundo Rojo (2004), ao analisar o discurso como *prática textual* significa explicar as regras de produção textual, a maneira através da qual o texto é escrito, a forma com a qual o texto é escrito e adquire a sua textura, é um estudo da organização da informação, da coerência e da coesão textuais. Já analisar o discurso como *prática discursiva* significa estabelecer que todo discurso se inscreve em uma situação, determinada espacial e temporalmente. Analisar o discurso enquanto prática discursiva significa inscrever o texto no seu contexto, dada a compreensão de que o texto não só estrutura a ação social e lhe dá significado, como também produz e reproduz (modificando, geralmente), os contextos sociais a partir dos quais emerge, bem como os atores sociais e as relações sociais que estes estabelecem.

O discurso como prática social aponta para a relação dialética existente entre as estruturas e as relações sociais que, de um lado, configuram o discurso, e de outro, o influenciam, consolidam ou questionam. O discurso é, dessa forma, uma prática social, com uma dimensão produtiva, e outra constitutiva. As várias dimensões do discurso não podem ser dissociadas. A análise crítica do discurso trata de saber

como é realizada essa construção discursiva dos acontecimentos, das relações sociais e do próprio sujeito, a partir da análise dos aspectos lingüísticos e do processo comunicativo em um tempo e lugar determinados. Paralelamente, trata-se de revelar quais são as implicações sociais desse processo de construção (ROJO, 2004, p. 216).

A análise crítica do discurso estuda o papel desempenhado pelo *discurso* na manutenção e fortalecimento do *status quo* e de saber como acontece a construção da identidade e de determinados modelos de subjetivação. Vivemos em sociedades dominadas pela *reflexividade*, isto é, sociedades nas quais os falantes observam e atuam com base em suas próprias práticas discursivas e nas quais os sentidos e os significados são continuamente negociados. A análise

crítica do discurso tem o desejo de intervir na ordem social e discursiva, visando a aumentar a reflexividade dos falantes, dando-lhes as ferramentas necessárias para analisar e modificar as suas posturas diante da realidade social, e criando, além disso, a possibilidade de que surjam visões e representações alternativas dos acontecimentos.

A análise crítica do discurso conta com duas áreas de investigação: a primeira é o estudo de como os estudos organizam, ordenam e instituem a nossa interpretação dos fatos e dos acontecimentos e da sociedade, incorporando ainda, ideologias, valores e opiniões; a segunda é como o poder gerador dos discursos é administrado socialmente e se distribui na sociedade, como o valor que lhe é atribuído na medida em que é enunciado e difundido por este ou por aquele falante (ROJO, 2004). Segundo Rojo (2004, p. 219), com a finalidade de desenvolver este campo de trabalho, foram desenvolvidas várias ferramentas de análise: a construção de representações dos atores sociais, a representação dos processos e, em particular, a quem se atribui a responsabilidade por eles e sobre quem são projetadas suas conseqüências; a recontextualização das práticas sociais em termos de outras práticas; a argumentação posta em jogo para persuadir a população da veracidade ou da pertinência de uma determinada representação e para justificar ações e comportamentos; a projeção das atitudes dos falantes para com o enunciado, incluindo não somente seus pontos de vista, mas também se eles expressam sua posição de forma moderada ou intensa; a legitimação e deslegitimação das representações discursivas dos acontecimentos, dos atores sociais, das relações sociais e do próprio discurso. Segundo Wodak (*apud* Rojo, 2004), cada uma dessas ações discursivas é acompanhada de diferentes estratégias discursivas: estratégias de referência e nominação (inclusive metáforas e metonímias⁵²); estratégias predicativas; estratégias de argumentação e fontes de lugares que justifiquem as atribuições realizadas; a perspectiva ou enquadramento e as representações discursiva; estratégias de intensificação e atenuação; estratégias de legitimação das ações e dos próprios discursos.

Para a análise crítica do discurso, o poder e a autoridade de quem produz o discurso se irradia sobre os demais, provocando um estado de desigualdade entre os interlocutores. A ordem social dos discursos se baseia no princípio de desigualdade. Os conflitos presentes na sociedade se projetam sobre a ordem discursiva. É por isso que temos, lado a lado, discursos autorizados e discursos desautorizados, discursos legitimados e discursos deslegitimados, discursos dominantes

⁵² Figura de linguagem na qual a parte é tomada pelo todo.

ou majoritários e discursos minoritários. Os diversos grupos presentes na sociedade competem entre si para intervir na produção, distribuição, circulação e recepção dos discursos, para moldá-los aos seus próprios interesses. Isto converte a área discursiva numa zona de competição pelo domínio do capital simbólico (BOURDIEU, 2007).

Segundo Pedrosa (2005), a análise crítica do discurso se propõe a estudar a linguagem como uma *prática social*, na qual, portanto, o *contexto* é crucial. Para Pedrosa, a análise crítica do discurso tem como objeto de estudo especialmente a relação entre *linguagem* e *poder*, porque, para ela, “a linguagem é um meio de dominação e de força social [...] para legitimar as relações de poder estabelecidas institucionalmente” (PEDROSA, 2005, p. 2). Para Fairclough (2005)

A ACD é uma forma de ciência crítica que foi concebida como ciência social destinada a identificar os problemas que as pessoas enfrentam em decorrência de formas particulares da vida social e destinada, igualmente, a desenvolver recursos de que as pessoas podem se valer para abordar e superar esses problemas (FAIRCLOUGH *apud* PEDROSA, 2005, p. 2).

Os principais conceitos em análise crítica do discurso são: discurso (de forma óbvia), contexto, sujeito, identidade, intertextualidade e interdiscursividade. Segundo Fairclough (2001), o discurso é uma prática política e ideológica, política no sentido de estabelecer relações de poder e as entidades nas quais estas relações existem, e ideológica no sentido de constituir, naturalizar, manter e transformar os inumeráveis significados do mundo nas mais variadas posições de relação de poder. O contexto são as condições sociopsicológicas, políticas e ideológicas nas quais se inscreve o discurso. Em análise crítica do discurso, sujeito é o ator, o agente de mudança, moldado pelas práticas sociais, mas também capaz de remodelá-las e reestruturá-las. Identidade tem a ver com a origem do sujeito enunciativo do discurso: classe, gênero, atitudes, crenças de um falante. Intertextualidade e interdiscursividade têm a ver com o fato de que o discurso não existe no vácuo, os textos sempre respondem a outros textos, e por sua vez, antecipam textos posteriores. O foco de Fairclough é a mudança discursiva em face à mudança social e cultural.

A análise de um discurso, tomado como exemplo particular de prática discursiva focaliza os processos tanto de produção e de distribuição como de consumo textual. Esses processos são sociais, por isso exigem referência aos ambientes econômicos, políticos e institucionais particulares, nos quais o discurso é gerado. Podemos, ainda, afirmar que a produção e o consumo são, parcialmente, de natureza sociocognoscitiva. (PEDROSA, 2005, p. 6).

O modelo tridimensional de Fairclough trabalha com a análise do texto, da prática discursiva e da prática social. A análise do texto trabalha com os elementos lingüísticos: vocabulário, gramática, coesão e estrutura textual. A análise da prática discursiva é essencialmente interpretativa, pois trabalha com a dimensão da produção e da interpretação textual, passando pela distribuição, pelo consumo, que ocorre dentro de um contexto, no qual disputam entre si forças, visando a coerência no espaço da intertextualidade. A análise da prática social analisa as condições institucionais e organizacionais do evento discursivo e de que modo estas condições moldam a natureza das práticas discursivas. Como prática social, o discurso tem por objetivo trabalhar as categorias de *ideologia* e *hegemonia*. Segundo Fairclough (2001, p. 119), *ideologia* é “uma orientação acumulada e naturalizada que é construída nas normas e nas convenções, como também um trabalho atual de naturalização e desnaturalização de tais orientações nos eventos discursivos”. Já *hegemonia*, segundo Fairclough (2001, p. 122) pode ser liderança e exercício do poder em vários domínios de uma sociedade (econômico, político, cultural e ideológico); manifestação do poder de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais sobre a sociedade como um todo, porém nunca alcançando, parcial e temporalmente, um ‘equilíbrio instável’; a construção de alianças e integração através de concessões (mais do que a dominação de classes subalternas); e, além disso, um foco de luta constante sobre aspectos de maior volubilidade entre classes (e blocos), a fim de construir, manter ou mesmo, a fim de romper alianças e relações de dominação e subordinação que assumem configurações econômicas, políticas e ideológicas. A produção, distribuição e consumo dos textos são parte da luta hegemônica para manter o domínio na ordem discursiva, e conseqüentemente, na ordem social.

Para Meyer (*apud* Pedrosa, 2005), a análise crítica do discurso deve remeter sempre a observação à teoria e vice-versa, também tem de manter uma retroalimentação contínua entre a análise e a coleta de dados, convertendo-se num processo extremamente dinâmico. O que impede a infinitude da análise é o recorte que é dado a ela. Segundo Pedrosa (2005), os passos metodológicos para uma análise crítica do discurso são os seguintes: primeiras seleções de dados; primeiras análises; identificação dos indicadores para conceitos concretos; elevação dos conceitos a categorias; reunião de novos dados com base nos primeiros resultados (amostra teórica). Para Fairclough (*apud* Pedrosa, 2005) tanto a teoria quanto a metodologia em análise crítica do

discurso são ecléticas, o mais importante é compreender os problemas sociais submetidos à investigação, ao invés de uma preocupação excessiva com um modelo rígido. Tal como a análise do discurso, não existe um modelo pré-fabricado de análise crítica do discurso. De certa forma, cada pesquisador constrói o seu modelo de análise de acordo com o objeto investigado.

Segundo Van Dijk (2008), a análise crítica do discurso é uma corrente teórica que tem o seu interesse focado no abuso do poder social, através da produção da dominação e da desigualdade, e de como estas são produzidas, reproduzidas e resistidas por meio do discurso. A análise crítica do discurso se propõe a denunciar e combater a desigualdade social, os discursos que a naturalizam e legitimam. O centro da análise crítica do discurso são os problemas sociais e as questões políticas. Segundo Van Dijk (2008), o vocabulário típico dos acadêmicos da análise crítica do discurso é poder, dominação, hegemonia, ideologia, classe, gênero, raça, discriminação, interesses, reprodução, instituições, estrutura social e ordem social.

Quem controla o maior número de discursos são os mais poderosos, o poder está intrinsecamente atrelado ao controle do discurso. Van Dijk (2008) propõe uma tipologia para compreender a dominação: como os grupos mais poderosos controlam o discurso público? Como esse discurso controla as mentes e as ações dos grupos menos poderosos, e quais são as consequências sociais de tal controle, tais como a desigualdade social? Como os grupos dominados desafiam e resistem discursivamente a esse poder?

2.5 FMI e ATTAC sob análise

Tendo em vista acima o percurso constituído pela virada lingüística, pelo surgimento e estabelecimento da análise do discurso como metodologia científica e da *análise crítica do discurso* como uma das mais importantes perspectivas da análise do discurso, dado que lida com questões macrossociais e políticas especialmente, é chegada a hora de apresentarmos o nosso modelo teórico-metodológico de análise, explicando o que vamos analisar, como e visando chegar a que resultados.

Nossa pergunta de partida visa a compreender como se deu a mudança do discurso de um importante ator das Relações Internacionais, que é o Fundo Monetário Internacional, no final dos anos 1990 e na aurora dos anos 2000 . Para isso, vamos fazer uma análise dos *Annual Reports* do Fundo Monetário Internacional dos anos em torno dos quais se deu a crise financeira que sacudiu o mundo nos anos 1990: o discurso antes da crise (1996/1997), o discurso em plena crise (1998/1999) e o discurso pós-crise e já contando com a mobilização de milhares de militantes no mundo inteiro em torno do slogan “*um outro mundo é possível*” para contestar o TINA de Margareth Thatcher (2000/2002, em especial e seguintes). O nosso foco serão as palavras do diretor do Fundo Monetário Internacional, que é o lugar mais adequado para quem deseja compreender o discurso da entidade que zela pela economia mundial desde meados dos anos 1940 e para compreender se houve alguma mudança do discurso, se houve qual e de quais formas se manifesta, e por que fatores ela foi desencadeada.

Nós também nos deteremos sobre um ator que emergiu no final dos anos 1990, também em meio ao furacão da crise asiática, a Associação pela Taxação dos Fluxos Financeiros em Ajuda aos Cidadãos e Cidadãs, a ATTAC. Pode parecer desproporcional comparar o discurso de uma organização multilateral como o FMI com o discurso de uma simples ONG francesa, a ATTAC, mas o nosso mundo contemporâneo, da modernidade avançada, é um mundo para o qual nós ainda não estamos preparados, um mundo no qual surgem novos poderes, novos atores, como as ONGs e as redes terroristas que desafiam os Estados, um mundo impensável há poucos anos atrás, um mundo no qual os poderosos Estados travam guerra não somente contra outros Estados ou guerrilhas dentro de seu próprio território nacional, mas como novos poderes não-estatais, que desafiam os Estados nacionais. São exemplo desta nova ordem mundial, a guerra dos Estados Unidos contra “o terror” e de Israel contra o Hizbollah e o Hamas. Dentro deste estado de coisas, não se pode desprezar um novo ator como a ATTAC somente por seu tamanho, peso político ou suposta não-legitimidade. No mundo hodierno, são construídas e negociadas novas legitimidades, e a ATTAC, bem como outros novos atores têm uma influência sobre a sociedade e a política mundial, que normalmente transcende a nossa apreensão. Tendo em vista tudo isso, se faz necessário estudar o discurso da ATTAC, através de seus documentos oficiais, com a finalidade de saber: quem é este novo ator da cena internacional? Qual é o seu discurso? Quais são as suas bandeiras e objetivos? Qual o seu alcance? A ATTAC consegue ter alguma influência no mundo

da oficialidade, como o FMI, ou não passa de mais um ator a somente fazer barulho na cena internacional? Também se faz necessário estudar o discurso do FMI: Qual é a visão do FMI acerca da globalização financeira? Qual é o diagnóstico oficial do FMI sobre as crises sistêmicas? Houve evolução? Qual é a posição da ATTAC frente à globalização financeira e ao FMI? Quais são as diferenças fundamentais entre os discursos do FMI e da ATTAC? Quais são as propostas do FMI e da ATTAC para a regulação da ordem financeira global nos anos 2000? Como o FMI reagiu ao impacto do acontecimento da ATTAC? Que relações estabelecem estas organizações entre si e por quê? O que de fato está em jogo?

É visando responder a perguntas como estas, que passaremos ao estudo crítico dos discursos destes dois atores da cena internacional contemporânea, tendo como “lente” de análise, o modelo da análise crítica de Fairclough (2001), em especial visando compreender a prática social: a *ideologia* que estas organizações carregam e que transparece (ou não) no discurso, os sentidos que portam, as pressuposições das quais partem, as metáforas que usam, a hegemonia ou contra-hegemonia que desejam manter, aumentar ou conquistar, as orientações econômicas, políticas, culturais ou ideológicas que assumem. Neste sentido, daremos pouca ênfase à análise textual ou às práticas discursivas, somente no sentido em que se mostrarem necessárias para a análise das práticas sociais destas organizações. Apresentamos a seguir, baseada no modelo proposto por Fairclough (2001) uma matriz analítica simples que nos permitiu a incursão na análise dos discursos do FMI e da ATTAC:

Tabela 6: Matriz analítica da pesquisa

Dimensão analítica	Sub-questões de pesquisa	Fontes
TEXTO: 1) Reação oficial do FMI às crises sistêmicas. 2) Posição da ATTAC frente à globalização financeira e ao FMI. 3) Propostas do FMI e da ATTAC para a regulação da ordem financeira global.	Qual é a visão do FMI acerca da globalização financeira? Qual é o diagnóstico oficial do FMI sobre as crises sistêmicas? Houve evolução? Qual é a posição da ATTAC frente à globalização financeira e ao FMI? Quais são as diferenças fundamentais entre os discursos do FMI e da ATTAC? Quais são as propostas do FMI e da ATTAC para a regulação da ordem financeira global nos anos 2000?	Annual Reports of the Executive Board Pronunciamentos oficiais do diretor-executivo do FMI Publicações da ATTAC Livros e artigos Site institucional do FMI Site institucional da ATTAC
PRÁTICA DISCURSIVA: 1) Modalidades de expressão do FMI em relação à crise mundial e à regulação da ordem financeira global: instrumentos de difusão, aliados na divulgação (mídia, “Think Tanks”, academia). 2) A estratégia de internacionalização da ATTAC (jornais, editoras, academia, Fórum Social Mundial).	Como o FMI expressou sua posição acerca da crise financeira e da emergência do altermundialismo? Através de quais meios telemáticos ATTAC se internacionalizou? E como?	
PRÁTICA SOCIAL: 1) Mudanças apresentadas pelo FMI neste período: evolução e mudanças nas suas propostas oficiais, a reforma do FMI, suas novas funções e relações com o Banco Mundial e a OMC, e os desafios à sua legitimidade 2) Reação do FMI aos protestos anti/globalização e à emergência da ATTAC. 3) Relações estabelecidas entre o FMI e a ATTAC e o que está em jogo nas relações entre discursos.	Como o FMI reagiu ao impacto do acontecimento da ATTAC? Que relações estabelecem estas organizações entre si e por quê? O que de fato está em jogo?	

Fonte: Elaboração própria

3. O DISCURSO DA ATTAC E DO FMI EM ANÁLISE

3.1 Introdução

Os discursos da ATTAC e do FMI inscrevem-se no universo discursivo que podemos nomear como *globalização*. A *globalização* é a convergência de uma série de processos econômicos, sociais e culturais, através dos quais, por meio da redução brutal dos custos de transporte, e em virtude da Revolução da Telemática, aconteceu uma integração mais profunda em todo o planeta, dos capitais, dos mercados e dos bens (CASTELLS, 1999; STIGLITZ, 2003). A exceção se faz, porém, às pessoas que habitam este mesmo planeta, no sentido de que em um mundo tido como “globalizado” crescem os conflitos étnicos *dentro* e *entre* os países, intensificam-se os controles de imigração, a integração dos imigrantes nos países do Norte se faz de forma precária, e na maior parte dos casos, violenta.

O quadro que se apresenta, portanto, na aurora do século XXI, é de uma verdadeira *globalização da economia*⁵³, ao passo que nós ainda estamos muito longe de algo que possa chamar de uma *sociedade global*, como a chamava Ianni (2003) ou mesmo de um Estado mundial ou ainda de uma confederação de nações, como era o sonho do filósofo Immanuel Kant quando escreveu o famoso panfleto *Para a paz perpétua* (2006), em 1795. Esta integração dos mercados se deu de forma relativamente satisfatória, na medida em que temos hoje os mercados financeiros completamente interligados, vinte e quatro horas por dia, por meio da Internet e dos demais sistemas telemáticos desenvolvidos a partir dos anos 1970. O comércio mundial também cresceu de forma sustentada, de tal forma que o GATT (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), tornou-se, em 1995, finalmente depois de 50 anos, a OMC (Organização Mundial do Comércio). Enquanto isso, a integração da sociedade não aconteceu; pelo contrário, verificou-se na última década uma desagregação sem precedentes nos laços sociais e afetivos (BAUMAN, 2004); em todas as sociedades, desenvolvidas ou em desenvolvimento, é notória a dificuldade extrema de integração dos imigrantes às nações do Norte, somada ao aumento das guerras étnicas, do terrorismo, do tráfico de escravos, de mulheres, de crianças e até mesmo de órgãos, e, de forma mais crônica, o

⁵³ Embora haja controvérsias, a exemplo de Hirst e Thompson (2002), que acusam a globalização de ser somente um mito criado para impedir o prosseguimento das políticas nacionais, alegando que a economia mundial estava muito mais integrada no período anterior à Primeira Guerra Mundial (até 1913), do que nos dias hodiernos.

crescimento paulatino do desemprego, da pobreza e da desigualdade social, que se agravam mesmo no mundo desenvolvido, em especial nos Estados Unidos. Os EUA são, entre os países da OCDE, a sociedade com os piores indicadores de mortalidade infantil (OCDE, 2009).

Em virtude destes fatos, ou seja, da vitória da integração econômica global somada a uma série de tragédias no campo social, lentamente se desenvolveram dois campos discursivos no universo da globalização: o campo pró-globalização, bem representado pela sigla “TINA” (*there is no alternative*), de Margareth Thatcher, segundo o qual a globalização da economia levaria de forma necessária e lógica, à democracia, ao desenvolvimento, à prosperidade sem precedentes e à paz, para o qual as conseqüências sociais negativas seriam na verdade necessárias e meramente passageiras, como parte do processo natural do desenvolvimento; e o campo que se denominou anti ou alterglobalização⁵⁴, que passou a afirmar que a globalização da economia (ou a expansão do capitalismo de cunho neoliberal), ao invés de no tempo corrigir as iniquidades sociais verificadas, era, em verdade, a grande responsável pelo aumento do desemprego, da pobreza, das desigualdades sociais, da fome e da miséria, e, portanto, destas graves crises sociais, que sacudiram o planeta entre o final dos anos 1990 e o início dos anos 2000, especialmente nos países emergentes. Para Rothberg (2005: 233),

a globalização financeira teria colocado exigências de regulação ainda não satisfeitas, resultando em desordens que comprometeram o crescimento da economia mundial e agravaram a assimetria entre países, ainda aprofundada pela atuação do Fundo [Monetário Internacional] (ROTHBERG, 2005, p. 233).

Esses dois campos discursivos extremos e polarizados (entre os quais se encontram inúmeros outros discursos acerca dos processos de globalização) se cristalizaram em diversas organizações, que os reproduziam, a saber: o discurso pró-globalização, encampado por G-8, Fórum Econômico de Davos, FMI e Banco Mundial; e o discurso anti ou alter-globalização, que passou a ser abraçado por organizações como o jornal francês *Le Monde Diplomatique*, a ATTAC, o Fórum Social Mundial, e o exército zapatista de libertação nacional, liderado pelo subcomandante Marcos.

⁵⁴ Por fim identificado como altermundialista, em virtude de propor uma “outra” globalização, e não a destruição desta.

As forças contrárias à globalização rapidamente se organizaram, e no final dos anos 1990 já era presente e visível um discurso claramente contrário à globalização *tal como ela vinha sendo gerida*, que ficou unificado pelo lema do Fórum Social Mundial, organizado pela primeira vez, em 2001, em Porto Alegre, no Brasil: *“um outro mundo é possível”*, em clara contraposição ao mote *“there is no alternative”*. A contraposição inicial era tão forte e evidente que o movimento que se cristalizou no Fórum Social Mundial de Porto Alegre era chamado de “anti-globalização” e não de “alter-globalista”, como é chamado hoje, evidenciando uma clara mudança no discurso, passando de uma rejeição total da globalização “em si” à proposição de alternativas para o curso da atual globalização, visando com isso, a promoção de uma “outra” globalização, mais humana, igualitária e fraterna.

O fato muito concreto foi que os discursos contrários começaram a se enfrentar nas ruas e na mídia. As declarações da turma da “TINA” eram respondidas com passeatas e grandes manifestações, que envolviam um número significativo de pessoas mobilizadas, e mais: não somente os contestadores da “globalização neoliberal” se manifestavam em passeatas, mas se organizavam em entidades que promoviam abertamente uma luta contra a globalização que se impôs na década de 1990. Estava instaurada a luta: os discursos a favor e os contrários à globalização agora se manifestavam em pólos muito claros, a luta era aberta e instaurada, ficava muito fácil saber em que lado se posicionavam as organizações e quais seriam os seus respectivos discursos. A partir de então, os discursos passam a se enfrentar, a viver uma relação polêmica, a se influenciarem mutuamente.

A grave crise financeira internacional que varreu o planeta entre o final dos anos 1990 e o início dos anos 2000⁵⁵ derreteu a imagem do FMI, sua perda de legitimidade foi grande ao longo desse período, inúmeras vozes dissonantes dos mais variados espectros políticos surgiram para opor-se ao Fundo Monetário Internacional, e para completar o quadro, uma ONG francesa, a ATTAC, surgiu no cenário internacional propondo nada menos do que educar os cidadãos com a finalidade de que estes “se apropriem do mundo que *já é seu*”⁵⁶. O FMI teve que enfrentar todos estes discursos contrários a si neste período, e passou a enfrentar um discurso contestatório organizado,

⁵⁵ Atingindo México, Ásia, Rússia, Brasil e Argentina.

⁵⁶ Evidencia-se aqui a forte influência da Teoria Crítica da Escola de Frankfurt. Grifo nosso.

que, se não era vigoroso no tamanho da organização que o pronunciava, o era pelo menos na legitimidade que esta passou a adquirir em virtude do caráter “dramático”, como afirmam Tostes e Villa (2006) das demandas sociais, em virtude da crise financeira que assolou o planeta na virada do milênio. Em virtude disso, o discurso do FMI “mudou”, de “*neoliberal*” para “*pós-neoliberal*”. A pergunta que se insere aqui é: o discurso travestiu-se para na prática permanecer o mesmo, ou é possível detectar uma mudança de discurso *de fato*, influenciada pelas críticas sofridas pelo Fundo na mídia e na oposição, e especialmente as vindas da ATTAC? Outra pergunta que emerge é: qual é o discurso da ATTAC? Como ele se relaciona com o discurso do FMI?

É interessante notar que não se trata aqui de “mudança de ideário” ou “de pensamento”, mas de uma *mudança do discurso*. Este é um fato importante, na medida em que se explicita aqui o *desejo do poder*, como afirma Foucault (2007), quando diz que a luta que se trava na sociedade, na verdade é uma luta pelo *controle do discurso*. Em suma, isto quer dizer que a mudança do discurso através da qual o FMI passa a se relacionar com a sociedade não significa necessariamente uma *reorientação ideológica*, mas se trata, na verdade, de uma *estratégia de reposicionamento* no novo quadro do poder global que emerge pós-crise financeira mundial, com forte prejuízo para a ideologia neoliberal e seus propagadores. Ou seja, a mudança é somente aparente, respondendo ao fenômeno das crises financeiras dos anos 1990, e à emergência do discurso altermundialista, mas o ideário adotado pelas agências multilaterais permanece, na verdade, o mesmo. Aliás, o discurso de outros organismos internacionais, como o Banco Mundial, já vinha passando por mudanças semelhantes desde o início dos anos 1990.

3.2 A legitimidade do FMI posta em xeque

No final dos anos 1990, no auge da grave crise financeira internacional, a *legitimidade* do Fundo Monetário Internacional começou a ser posta em xeque pela opinião pública internacional, na mídia, nas universidades, nas organizações da sociedade civil e mesmo nos organismos internacionais de uma forma mais contundente e generalizada, em virtude do fato de que começou a se tornar claro que o Fundo, por sua própria estrutura, se revelou incapaz de resolver os problemas das economias emergentes que estavam entrando em colapso, primeiro na Ásia, em

1997 (sem esquecer o *crash* do México, em 1994/1995, depois na Rússia, em 1998, e por fim, no Brasil, em 1999, e na Argentina, em 2001), ocorridos em função da especulação financeira e da respectiva desvalorização de suas moedas, que se tornou como que a “panacéia” do FMI para resolver todos os problemas da balança de pagamentos (ROTHBERG, 2005).

Estas desvalorizações devastaram as classe médias emergentes, que têm a menor capacidade de resguardar-se contra grandes quedas do valor do dinheiro local e que não conseguem pacotes de socorro de bilhões de dólares. Elas foram as mais atingidas, país após país, devido à onda inflacionária que acompanha o rebaixamento de uma moeda. Elas tiveram seus empregos, poupanças e esperanças amplamente destruídas (ROTHBERG, 2005, p. 215).

A desregulamentação dos mercados financeiros deu às operações especulativas poder excessivo sobre a esfera financeira (CHESNAIS, 1996). Para Rothberg (2005), o FMI emergiu da crise asiática com a sua imagem bastante comprometida. Para ele, a partir da crise da Ásia, o FMI teve a sua própria existência posta em xeque durante a crise da Ásia, em virtude da ineficiência do Fundo na resolução da instabilidade trazida pela globalização financeira. “A burocracia do órgão foi muitas vezes taxada de incompetente. Sua atuação foi vista como ineficiente, e seu papel foi considerado obsoleto” (2005: 113).

A qualidade da atuação do FMI foi questionada duramente, enquanto as pressões que exigem a transformação da instituição foram caracterizadas com diversos contornos. Como agente da globalização financeira, o Fundo revelou-se [...] essencialmente falho [...] “O Fundo, que jamais cumpriu as funções de estabilização almejada por seus idealizadores, chegou ao maior impasse de sua história [...] as receitas e a filosofia do FMI foram postas em xeque numa intensidade sem precedentes” (2005: 227).

Dessa forma, o FMI deixou, portanto, de cumprir a sua função primordial estabelecida no Tratado de Bretton Woods, em 1944, que era a de garantir a estabilidade financeira do planeta, visando, através disso, garantir a paz, evitando dessa forma, uma nova guerra mundial⁵⁷. Porém, para muitos críticos o FMI não só não cumpriu sua função, deixando de resolver os problemas estruturais das economias emergentes, como ele mesmo passou a se constituir como parte fundamental destes mesmos problemas, devendo ser, portanto, ser radicalmente transformado ou

⁵⁷ O FMI foi uma instituição criada para *garantir a paz*, através da manutenção de uma estabilidade financeira global, evitando *crashes* financeiros como o de 24 de outubro de 1929, que tiveram grande impacto na emergência de regimes fascistas nos anos 1930, que culminaram, por fim, na eclosão da Segunda Guerra Mundial, em 3 de setembro de 1939, quando o Reino Unido declara guerra à Alemanha.

simplesmente extinto, dado que sua função teria expirado com o fim do padrão dólar-ouro, em 1971 (ROTHBERG, 2005).

Os críticos vinham de todos os espectros ideológicos, ou seja, desde os liberais discípulos de Milton Friedman e Friedrich von Hayek, até a extrema-esquerda anarquista, seguidores do subcomandante Marcos, manifestando-se em diversos veículos de comunicação, como em grandes jornais famosos, como o *The Wall Street Journal*, o *Financial Times*, a Folha de São Paulo e o *Le Monde Diplomatique*, cada qual seguindo as suas próprias tendências. Toda essa crítica na mídia se soma a diversas publicações que saíram, especialmente no início dos anos 2000, como *Globalization and its Discontents*, de Joseph Stiglitz (2003). Além de tudo isso, uniu-se a este coro, como discurso contrário ao FMI a famosa greve de dezembro de 1995, na qual o sociólogo francês Pierre Bourdieu deixa a academia e vai às ruas protestar em apoio aos sindicatos contrários à globalização⁵⁸, as inúmeras manifestações espontâneas que aconteceram por todo o globo, motivadas especialmente pelos efeitos da crise e do receituário do FMI para saná-la e, mais especialmente ainda, as manifestações contrárias às grandes reuniões dos órgãos controladores da globalização, como a Batalha de Seattle, em 1999, e as manifestações de Nice, Praga, Gênova e Washington⁵⁹. Todo este amálgama se constituiu como que um discurso contrário ao rumo que a globalização estava tomando, e, portanto, contra os seus condutores, o FMI incluído entre os principais, somando-se à OMC e ao Banco Mundial.

Os críticos liberais vindos de Chicago, da escola de Milton Friedman, acusavam o Fundo de ser na verdade “socialista”, argumentando que este estava intervindo nos processos de globalização e, desta forma, atrapalhando o natural processo de alocação dos recursos da economia, solapando os princípios liberais, que argumentam que o mercado é o melhor meio para alocar as riquezas, e, portanto, de espalhar a prosperidade. A principal crítica dos liberais é que o Fundo Monetário se constituiu numa espécie de seguro para os investidores contra as turbulências, beneficiando os responsáveis pelas crises à custa do dinheiro do contribuinte. O *The Wall Street Journal*, somando-se ao coro dos críticos liberais, teceu sérias críticas a atuação do FMI, tratando-a como ineficazes e ineficientes, e taxando os burocratas do FMI como ineptos e ineficientes. As promessas dos pacotes e socorro do FMI isolam financistas e políticos das conseqüências de suas

⁵⁸ Já referida neste trabalho anteriormente.

⁵⁹ Também já referidas neste trabalho anteriormente.

más políticas econômicas e financeiras e encorajam investimentos que, de outra forma, não teriam sido feitos (ROTHBERG, 2005, p. 161). Para o *The Wall Street Journal*, o FMI deveria ser totalmente reformulado, ou simplesmente fechado, dado que fazia mais mal do que bem à economia. Também o especulador George Soros critica a atuação do Fundo Monetário Internacional e defende uma nova arquitetura financeira global, capaz de conter crises e estimular o crescimento econômico, rumo ao que ele chama de uma “sociedade aberta” (1999).

Do lado do *establishment* da burocracia global que há seis décadas gerencia o planeta, logo vozes dissonantes ecoaram, sendo a mais famosa a voz de Joseph Stiglitz, prêmio Nobel de Economia em 2001, e ex-diretor-gerente do Banco Mundial. Stiglitz passou a acusar o FMI de ter adotado a “teológica”⁶⁰ crença neoliberal e se tornado “apóstolo” da mesma, passando, junto com o Banco Mundial, a espalhar pelo mundo “evangelho neoliberal” como a panacéia para resolver todos os problemas da economia global. Para ele, o FMI teve as suas funções radicalmente alteradas após o colapso do acordo de Bretton-Woods, e para se legitimar, passou a voltar-se para os países pobres e emergentes, espalhando a receita neoliberal⁶¹ como o método mais eficaz para a inserção destes países no circuito da economia global, levando-os, portanto, ao desenvolvimento e ao progresso. Para Stiglitz, essa foi uma receita falida que gerou muito mais males do que bem, que lançou economias inteiras na miséria, e aumentou a fome e a miséria⁶² e o caos político e social nos países que foram seus clientes. Também pode se juntar a esse coro o banqueiro Thomas Fischer, para o qual a maior prova de que a globalização está sendo conduzida de forma equivocada é o fato de que a China e a Índia, que não participaram desse processo, estão numa situação econômica melhor do que as outras economias da região (ROTHBERG, 2005; STIGLITZ, 2003). Ele também pensa que o FMI e o seu mandato deve ser submetido, deixando de ser seguro para os investidores. Para ele, os Estados que participam do FMI devem ser verdadeiramente representados. Isso faz parte da necessária reforma do FMI.

⁶⁰ Como chamaram a sigla TINA (o “*there is no alternative*” de Margaret Thatcher) os marxistas famosos como Isztván Mészáros e Eric Hobsbawm.

⁶¹ Sinteticamente exposta naquilo que ficou conhecido como o Consenso de Washington: disciplina fiscal; focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infra-estrutura; reforma tributária; liberalização financeira; taxa de câmbio competitiva; liberalização do comércio exterior, visando a impulsionar a globalização da economia; eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro; privatização; desregulamentação; propriedade intelectual.

⁶² Não é à toa que durante os protestos contra o FMI no final dos anos 1990 e no início dos anos 2000 os termos “*fome e miséria*” eram associados constantemente em referência à sigla do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Grefe *et alli*. (2005:138) aponta que o movimento altermundialista deve aproveitar essas dissidências que acontecem dentro do *establishment* da atual ordem mundial, e aponta para o caráter internacional que deve ser assumido pelo movimento:

O número crescente de dissidentes proeminentes que saíram das filas do *establishment* econômico, voltando-se contra a configuração da globalização radicalmente pró-mercado e de visão curta, sinaliza que o credo neoliberal no mercado não está mais intacto mesmo entre os poderosos do mundo dos conglomerados [...] Aproveitar essas dúvidas e transformá-las em apoio amplo e duradouro para políticos reformadores é a tarefa central do novo movimento social [...] O pressuposto decisivo para um sucesso possível é uma organização que se estenda além das fronteiras. Apenas um movimento realmente internacional tem de modo geral uma chance de superar o cartel da opinião dos radicais do mercado no mundo das mídias. Somente se ele conseguir articular ao mesmo tempo os interesses comuns das pessoas e dos eleitores no Norte e no Sul, na Europa ocidental e na oriental, poderá impulsionar a internacionalização da política e preparar o caminho para a democratização dos centros de controle da globalização – o FMI, a OMC ou a OCDE. Romper o inchaço do poder dos mercados mundiais e impor reformas em favor dos perdedores é certamente uma missão colossal. Mas há surpreendentemente muitas pessoas que querem tocar esse projeto na França, na Alemanha e em outros países (GREFE *et alli*., 2005, pp. 138-139).

Por fim, cabe então, chamar a atenção para o movimento altermundialista que foi se formando a partir de meados dos anos 1990, a partir da convocação do subcomandante Marcos em Chiapas, México, em 1996⁶³; e para a reunião de líderes que tinham ficado “órfãos” da metanarrativa socialista e estavam em busca de uma “Nova Internacional” na qual se engajar (HOLLOWAY, 2003). O movimento que se manifestou contrário à globalização *tal como ela vinha sendo gerida* pelos organismos internacionais se concretizou no Primeiro Fórum Social Mundial, que se realizou em Porto Alegre, no Brasil, em 2001, e apresentou, pela primeira vez um contraponto ao discurso dos globalistas mais ferrenhos e ao Fórum Econômico Mundial, que se reúne anualmente em Davos, Suíça⁶⁴. À “TINA”⁶⁵ de Margareth Thatcher se contrapôs o lema “um outro mundo é possível”. Este é um lema muito interessante para ser estudado do ponto de vista da análise de discurso, porque a um olhar meramente superficial, pode parecer um mero *slogan* vazio, ou uma simples campanha de *marketing* para dar cara ou uma “logomarca”⁶⁶ ao movimento altermundialista, mas antes de mais nada, é uma resposta a uma afirmação muito

⁶³ O discurso do subcomandante Marcos é muito taxativo quando diz “o neoliberalismo é o inimigo das nossas vidas”.

⁶⁴ À exceção somente do ano 2002, quando o Fórum Econômico Mundial se reuniu em Nova York, como forma de expressar solidariedade à cidade pelo atentado terrorista de 11 de setembro de 2001.

⁶⁵ “*There is no alternative*”.

⁶⁶ A ironia aqui é evidente.

contundente: à afirmação de que “não há alternativa” se responde “um outro mundo é possível”. Também aqui é interessante analisar o discurso no sentido de que este outro mundo possível não é explicitado, como bem afirma Kingsnorth (2006) em “*Um não, muitos sins*”, dado que dentro deste mesmo espectro de “outro mundo possível”, cabem toda espécie de participantes, que vão desde integrantes de movimentos radicais, até à social-democracia reformista e capitalista; desde a ATTAC, que se apresenta como não visando destruir o capitalismo e desejando somente uma “outra” globalização – com o discurso de que é melhor ser pragmático e conseguir mudar alguma coisa no mundo, do que ser utópico e não conseguir transformar absolutamente nada: “De maneira realista e pragmática, a maioria dos attacianos acha melhor uma taxa Tobin “imaneente ao sistema” do que nenhum conjunto de regras que domestique os mercados financeiros” (GREFE *et alli.*, 2005, p. 188) – até integrantes de partidos comunistas que sonham com o retorno da União Soviética e, portanto, da mudança a nível macrossocial. O mais interessante é que até líderes aparentemente não ligados à heterodoxia, como o papa João Paulo II, foram incluídos na esteira desse movimento: “O próprio papa havia condenado algumas semanas antes⁶⁷, a dominação do capital no mundo [...] o papa, com suas manifestações veementes contra a total comercialização do mundo, passou a ser entrementes o único chefe de Estado anticapitalista” (GREFE *et alli.*, 2005, pp. 16 e 226-227).

A eleição de uma cidade-sede – Porto Alegre, no Brasil – para o evento do Fórum Social Mundial também não deixa de ser parte do “discurso” do movimento altermundialista. Porto Alegre é uma cidade que fica num país emergente vítima da globalização *tal como ela foi gerida* no final dos anos 1990 e início dos anos 2000, era administrada por um partido de oposição (à época) ao governo constituído que seguia as recomendações do FMI e ao mesmo sede de um estado também administrado por um governo de oposição ao governo federal pró-globalização. Além de tudo isso, Porto Alegre é uma cidade grande, na qual todos podem ir e à qual a polícia não vai restringir a entrada, nem o clima vai atrapalhar a permanência nela. Tudo isso contrasta com Davos, encravada nos alpes suíços, de difícil acesso e com um clima inóspito no início do ano, período no qual se realiza a conferência econômica mundial. Portanto, Porto Alegre, em 2001, fazia parte também do discurso do “outro mundo possível” e tornou-se cidade-símbolo das

⁶⁷ O texto se refere aqui ao megaprotesto altermundialista organizado na cidade italiana de Gênova, em 20 de julho de 2001, que culminou na morte do estudante Carlo Giuliani.

utopias altermundialistas, que ganhavam forma e discurso, no início dos anos 2000, em virtude das experiências de orçamento participativo, referência mundial mais o apoio local do Partido dos Trabalhadores (PT), no município de Porto Alegre e no estado do Rio Grande do Sul.

3.3 O discurso da ATTAC dentro do discurso altermundialista

Segundo Grefe *et alli*. (2005: 236-237), o discurso altermundialista pode ser resumido em quatro grandes blocos temáticos:

- a) A produção da riqueza e o futuro das sociedades – a pergunta principal é *como* organizar a economia do globo, seu comércio e a circulação do capital de forma a efetuar o desenvolvimento mais homogêneo possível das sociedades?
- b) A disposição dos bens globais e o seu aproveitamento duradouro – a questão central aqui é novamente *como* os recursos naturais da humanidade (os bens comuns: água, meio ambiente, ciência e técnica, herança genética e espaço público) podem ser aproveitados numa economia sustentável e distribuídos numa sociedade mais equânime?
- c) A organização da sociedade civil e da esfera pública – novamente surge a indagação de *como* deveriam ser configuradas as estratégias para democratizar a mídia e a educação, de *como* direcionar os fluxos migratórios, reduzir a miséria, combater a intolerância e fechar as lacunas de conhecimento entre o Norte e o Sul?
- d) Poder político e ético na nova sociedade – novamente aparecem os questionamentos de *como* deverá se configurar uma ordem mundial democrática e *como* pessoas dos quatro cantos do globo poderiam participar dessa democracia, de *quanto* seria o nível de soberania que precisariam os Estados, de *quais* seriam os direitos a que a comunidade mundial deveria ter, e *quais* deveriam ser os pressupostos para se desmilitarizar o mundo?

Aqui cabe fazer uma observação interessante acerca da palavra *como*. O movimento altermundialista pode ser concebido como *pós-moderno* em virtude de ter justamente rompido com uma grande metanarrativa, seja a ela a liberal ou a socialista, que são filhas do Iluminismo,

e, portanto, molas propulsoras daquilo que se convencionou chamar de “modernidade”. O debate aqui pode tomar dois rumos: o primeiro seria de que o movimento altermundialista seria uma ruptura total do que viria ser a modernidade e passaria a pôr tudo o que se poderia chamar de “esperança” nas multidões desorganizadas pós-modernas, das quais as grandes manifestações são as maiores referências; ou também pode se apostar que, na verdade, o movimento altermundialista não é uma verdadeira ruptura com a modernidade, mas ao contrário disso, é uma manifestação e quase como que uma “prova” desta mesma modernidade, que agora seria avançada ou líquida, como alguns chamam, segundo seus gostos e tendências. Podemos ainda encarar o fato de que o movimento altermundialista vai também em busca da construção de uma nova modernidade, de um novo pacto social, que ainda não está explicitado. O fato que podemos notar de forma bem evidente é que o movimento altermundialista é algo novo, e embora carregue em sua bagagem a história das lutas dos centenários movimentos sociais, e não deixe de ter a esquerda como o seu paradigma, o que emerge é algo novo. A impressão que se tem é que não existem fórmulas *a priori* para serem aplicadas, mas que o fundamental é o *processo*, porque o *novo* – embora não tenha ainda uma fórmula bem definida e uma estrutura clara – *virá*, dado que, para os altermundialistas, ao contrário do que disse Francis Fukuyama em 1989, a História não acabou, e, portanto, *o novo sempre vem*, como cantam Caetano Veloso e Elis Regina. Torna-se evidente a influência dos movimentos anárquicos e libertários dos anos 1960, influência que fez da “alegria telúrica” a marca do movimento altermundialista, em contraposição ao sisudo movimento comunista tradicional. Este é um dos pontos fracos apontados pelos críticos do movimento altermundialista: o fato de que o movimento seria meramente festivo, “performático”, mas sem proposições concretas, porque os altermundialistas criticam o *status quo*, porém não apresentam nenhuma alternativa concreta. Dessa forma, o *slogan* “um outro mundo é possível” se revelaria na prática como um discurso vazio e que acabaria, longe de se contrapor, corroborando a assertiva de Margareth Thatcher, de que “*não há alternativas*”. Esta é a opinião de críticos como Paulo Roberto de Almeida⁶⁸.

A ATTAC emerge no seio do movimento altermundialista, sendo, inclusive, uma de suas idealizadoras, num contexto *sui generis*; hoje a ATTAC se constitui num centro cultural na Europa, com o papel de articular diversos movimentos sociais para a construção das lutas

⁶⁸ Ver em: < <http://www.pralmeida.org/>>. Acesso em 06 mai 09.

altermundialistas. Os membros da ATTAC rejeitam sistematicamente as doutrinas marxistas, taxadas ironicamente como “*textos sagrados*”, buscam, ao invés deles, se informar acerca da realidade atual e tomar posição diante daquilo que estão descobrindo, são leituras quase que obrigatórias, os textos do sociólogo francês Pierre Bourdieu, livros como *A Corrosão do Caráter*, de Richard Sennett e *No Logo*, de Naomi Klein. Apesar de ser uma organização eminentemente de esquerda, a ATTAC não se compromete explicitamente com nenhuma teoria, ideologia, visão de mundo ou religião. Segundo Grefe *et alli.* (2005, p. 186), o discurso da ATTAC assim se configura:

- a) A ATTAC rejeita a forma atual da globalização, que domina nos moldes do neoliberalismo e só está orientada para os interesses econômicos por lucro: o mundo não é uma mercadoria⁶⁹.
- b) Em vez disso, a ATTAC defende a globalização da justiça social, dos direitos humanos políticos, econômicos e sociais, a democracia e a ação em prol do meio ambiente.

O discurso é elástico, porém apresenta com alguns limites, no sentido de que não é verdade que a ATTAC acolhe a todos os grupos que dela queiram participar; embora tenha uma tendência democrática, aberta e participativa, chegando ao ponto, inclusive, de aceitar receber pessoas que se intitulam “liberais” ou que se enquadram no espectro político conhecido como “direita”, a ATTAC tem alguns grupos aos quais ela sistemática, aberta e claramente rejeita:

São excluídos neofascistas, que sempre tentam infiltrar-se na ATTAC com crítica ao capitalismo de teor nacionalista e até de motivação anti-semita: “Para racismo, anti-semitismo, xenofobia, chauvinismo e ideologias afins, não há nenhum lugar”. Tampouco podem cooperar pessoas ou grupos que aceitem a violência como instrumento político – um tema sobre o qual, depois de Seattle, Göteborg, Praga e Gênova, “os jornalistas perguntam reiteradamente, como observa levemente irritado o co-fundador da ATTAC, Sven Giegold, no escritório nacional. Pois a mensagem é categórica: “A ATTAC age sem violência. Ponto final” (GREFE *et alli.*, 2005, p. 186).

Outro ponto com relação à ATTAC é o *princípio do consenso*: “nós fazemos somente aquilo sobre o que estamos de acordo – todo o resto não fazemos, pelo menos não coletivamente. A

⁶⁹ Um dos slogans da ATTAC.

ATTAC inclui, não exclui” (GREFE *et alli.*, 2005, p. 187). A ATTAC se apresenta como uma organização contestatória, que emerge no final da “década neoliberal” com o discurso da educação financeira dos cidadãos, com a “missão” de educar para conscientizar os cidadãos acerca das novas realidades que surgem num contexto de processos de globalização e que têm implicações muito concretas na vida cotidiana dos cidadãos. Somente a crise da tequila levou por volta de 3 milhões de mexicanos para baixo da linha da pobreza. O discurso da ATTAC (ATTAC, 2008) em suma, é contra “a mundialização financeira”⁷⁰ que “agrava a insegurança econômica e as desigualdades sociais”⁷¹. Para ela, a mundialização financeira

Menospreza as opiniões dos povos, das instituições democráticas e dos Estados soberanos encarregados de defender o interesse geral. Os substitui por lógicas estritamente especulativas, que unicamente expressa os interesses das empresas transnacionais e dos mercados financeiros.⁷²

A ATTAC afirma que é necessário deter esse processo, e afirma a necessidade de novos instrumentos de regulação e que os governos não respondem se não lhes pressiona. Para combater a apatia política generalizada, a regressão social e a desesperança, propõe um “impulso enérgico, cívico e militante” (ATTAC, 2008). A ATTAC propõe ainda o imposto Tobin, sem dúvida sua reivindicação mais conhecida. O imposto Tobin serviria entre outras coisas, para inibir e reduzir a especulação a nível global, e utilizar os recursos arrecadados na luta contra as desigualdades, para aumentar o acesso à educação e à saúde pública nos países pobres, para promover a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável, com uma função eminentemente “antiespeculativa”, alimentando lógicas de resistência, voltando a dar margens de manobra aos cidadãos e aos Estados, e, sobretudo significando que *a política volta a predominar*⁷³ (ATTAC, 2008). A ATTAC resume assim o seu propósito: “*se trata simplesmente de nos reapropriarmos, todos unidos, do futuro do nosso mundo*”⁷⁴, porque “*o mundo não é uma mercadoria*”. (ATTAC, 2009). Assim pode ser sintetizada a história da ATTAC:

- Em dezembro de 1997 que o diretor do jornal francês *Le Monde Diplomatique* Ignacio Ramonet, publicou um editorial no qual examinava a questão da tirania dos mercados,

⁷⁰ Tradução própria do espanhol.

⁷¹ Tradução própria do espanhol.

⁷² Tradução própria do espanhol.

⁷³ Tradução própria do espanhol. Grifo nosso.

⁷⁴ Tradução própria do espanhol. Grifo nosso.

terminando com um apelo à criação de uma associação a que deu o nome ATTAC - *Association pour la Taxe Tobin pour l'Aide aux Citoyens*.

- A recepção entusiasta a este texto que ditou a criação da ATTAC em França, a 3 de Junho de 1998.
- O Movimento Internacional ATTAC foi criado por ocasião de uma reunião internacional realizada em Paris a 11 e 12 de Dezembro de 1998, como movimento internacional para o controlo democrático dos mercados financeiros e suas instituições.
- A ATTAC está hoje presente em cerca quatro dezenas de países, desde a Europa, à Austrália, África ou América Latina, como segue no mapa abaixo.

Mapa 1: ATTAC no mundo



Fonte : ATTAC in the World. In : <<http://www.attacv.org>>. Acesso em 15 jun 09.

A ATTAC se insere na miríade de movimentos que contestam a globalização hegemônica. Assume uma feição nítida, insurgindo-se contra a dominação das finanças a nível mundial e das organizações multilaterais que impõem e justificam esta dominação. A ATTAC também se

apresenta como uma organização que tenta mostrar que esta é uma ordem social construída por determinados agentes sociais, e que não se trata de uma inevitabilidade da História nem do cosmos. Sua função principal é educar os cidadãos de modo a fazer com que eles conheçam o novo mundo no qual vivem, mundo no qual emergem atores poderosos, mas geralmente desconhecidos, atores que detém poderes gigantescos, e que sofrem de uma grande crise de legitimidade, dado que não foram eleitos, apesar de interferirem diretamente no cotidiano e no destino dos povos.

A ATTAC apresenta também uma série de contradições e limites. Entre as contradições, trata-se de um movimento que não acredita numa metanarrativa, é composto em grande parte por pessoas desiludidas com o socialismo real, e mesmo se opondo “a tudo o que está aí”, não propõem uma alternativa macro-estrutural a um modelo que afirmam ser gerador de injustiças e iniquidades múltiplas. A ATTAC é acusada, por seus críticos à esquerda, mais alinhados ao discurso de cunho marxista, de ser funcionalista ao sistema, e dessa forma na verdade, se prestar ao serviço da manutenção do capitalismo e não na sua superação, na medida em que propõe reparos e não uma verdadeira ruptura com o sistema capitalista globalizado como um todo. Outra contradição da ATTAC é a sua forte presença em países desenvolvidos e que são grandes praças financeiras, como a França e a Alemanha, e a sua grande ausência em países do mundo em desenvolvimento, que são os grandes atingidos pelas crises sistêmicas da liberalização dos mercados financeiros em escala mundial. Para muitos de seus críticos, isso revela que a estrutura da desigualdade global acontece também dentro da ATTAC, na medida em que ela reproduz, mesmo em suas redes, a desigualdade que existe no planeta, concentrando-se nos países do Norte rico e desenvolvido e revelando-se ausente nos países do Sul pobres e dependentes. Na verdade, esta desigualdade reflete o fato da *materialidade*, no sentido de que organizar uma luta contra as forças hegemônicas da economia global requer pessoas dispostas e educadas para tal, infra-estrutura, tecnologia e recursos financeiros necessários para todo tipo de atividade. Ora, tais recursos encontram-se com maior abundância, a preços mais módicos, e, portanto, mais acessíveis, nos países desenvolvidos; dessa forma, torna-se mais fácil o desenvolvimento e a disseminação da ATTAC em países como a França e a Alemanha, o que não é verdade quando nos referimos a países como o Brasil ou a algum país africano ou asiático. Um fato, porém, que chama a atenção, é a ausência da ATTAC nos Estados Unidos, apesar deste fazer parte do Ocidente desenvolvido.

Nos Estados Unidos, a ATTAC se limita a uma lista de *e-mails*, muito pouco utilizada, e segundo Grefe *et alli.* (2005), a ATTAC não vai conseguir atingir os seus objetivos sem uma “filial” poderosa nos Estados Unidos.

Sem um grupo forte da ATTAC nos Estados Unidos, nada dará certo, conforme escreveu Pierre Henrichon há um ano no website da ATTAC-Quebec – aliás, uma das mais inteligentes e instrutivas no plano didático. “Atualmente isso não é provável”, diz ele hoje. “A médio prazo poderia haver antes uma aliança americana continental para a taxa e contra os paraísos fiscais, passando pelos Estados Unidos. Mas certamente é preciso isolá-los. E isso não é difícil. Os Estados Unidos se tornam imperiais de maneira cada vez mais aberta. Não é preciso ser nenhum antiamericano para ver a realidade. O Brasil e a Argentina despertarão, mas isso demorará muito, e só se pode esperar que a opinião pública mude, indo contra as mídias” (GREFE *et alli.*, 2005, p. 247).

Um forte limite à ATTAC é o seu tamanho e poder, material e ideológico em relação às tradicionais e legitimadas pelo *status quo* agências multilaterais, que passam por uma fortíssima crise de legitimidade na primeira década do século XXI. Outra limitação da ATTAC é a “diluição” movimento contestatório mundial, representado pela diminuição significativa de seu impacto em 2007 e 2008⁷⁵, e das relações da própria ATTAC dentro deste movimento. Num momento em que as próprias agências multilaterais são terrivelmente questionadas, o movimento alter-mundialista parece estar enfraquecido, e a ATTAC não tem um projeto macro-estrutural em contraposição “*a tudo o que está aí*”, as perspectivas são relativamente desanimadoras. Os próximos anos são decisivos, mas num primeiro momento, a perspectiva mais realista parece apontar que o futuro da ATTAC é o de ser uma ONG essencialmente de conscientização, educação, que certamente terá êxito em seus propósitos se agir em rede, bem consciente do limite da sua força em contrapeso às poderosas agências multilaterais, financiadas, inclusive, pela alta finança mundial. Observando-se o caso da ATTAC, fica evidente que além das questões culturais, a materialidade, tem aqui, um peso decisivo.

Um ponto importante a ser destacado é o uso da Internet por meio da ATTAC: uma organização em rede *sui generis* como a ATTAC usa abundantemente a Internet, para enviar e-mails, publicar relatórios, estudos, análises, informes, convocar para passeatas, cursos, enfim, para se comunicar entre si e com simpatizantes e militantes ao redor do globo. Uma organização como a ATTAC também é fruto da só é possível por causa da existência da globalização. Sem a Revolução da

⁷⁵ Apesar de ensaiar um retorno com o Fórum Social Mundial Pan-Amazônico de Belém, em 2009.

Telemática, e, portanto, sem a Internet, uma organização no estilo da ATTAC, espalhada em todo o planeta, organizada em rede, de forma descentralizada, seria virtualmente impossível. Também seria virtualmente impossível organizar de forma quase instantânea as atividades como um megaprotesto no tempo no qual isto ocorre atualmente sem a internet. Portanto, a ATTAC de fato revela um outro lado da globalização, e uma certa contradição presente dentro do movimento altermundialista, dado que este luta contra o atual processo globalizatório, apesar de que não subsistiria sem a existência do mesmo.

3.4 O discurso do FMI, de 1998 a 2003

O discurso da ATTAC é extremamente explícito e se encontra na plataforma do seu site (ATTAC, 2009). Este mesmo discurso encontra-se no livro *Tout sur ATTAC*, publicado em 2002. O que pudemos verificar foi que, se o discurso da ATTAC permanece relativamente “fixo”, como um “fator constante”, dado que emergiu como uma reação ao discurso e às ações do FMI⁷⁶. Uma das perguntas classificadas como “operacionais”⁷⁷: “qual é o discurso exato da ATTAC sobre este tópico?”, já pode ser considerada respondida no tópico anterior.

Nossa intenção aqui, portanto, é verificar *a mudança do discurso do FMI*. Para tanto escolhemos os *Annual Reports*, publicados anualmente pelo Fundo. Os *Annual Reports* são informes anuais acerca do exercício do ano anterior, de 1º de maio a 30 de abril, publicados no mês de setembro. Para o nosso estudo, escolhemos os informes que vão do ano de 1998 ao ano 2003. Este recorte temporal se refere ao primeiro informe que relata a crise da Ásia, passando pelos informes referentes aos anos que viram se organizando o movimento altermundialista, incluindo os megaprotestos, a emergência da ATTAC e a o Fórum Social Mundial (1999 a 2001), e chegando também aos anos “pós-crise financeira nos países emergentes, anos estes que viram as conseqüências para o planeta das crises e da emergência do movimento altermundialista. Escolhemos o ano de 2003 para finalizar o nosso estudo em virtude deste informe ser referente ao

⁷⁶ Sem deixar de ser contrário ao mesmo tempo ao Banco Mundial e à Organização Mundial do Comércio.

⁷⁷ Ver mais à frente e na Introdução.

ano de 1º de maio de 2002 a 30 de abril de 2003, período que cobre da eleição de Lula aos primeiros meses do seu governo, governo este que foi eleito como uma reação aos efeitos negativos da aplicação das políticas conhecidas como neoliberais no Brasil; para justificar ainda mais esta nossa escolha cabe ressaltar o fato do FMI adotar como seu lema o termo “Por uma economia mundial para todos”, muito próximo ao slogan do governo Lula “Brasil, um país de todos”. Para fins didático-metodológicos, selecionamos, dos *Annual Reports*, a primeira parte intitulada de “Panorama geral” nos informes de 1998 a 2000, e de “Fatos”, dos informes de 2001 a 2003. A partir de 2001, os *Annual Reports* passaram a incluir a “Mensagem do diretor-gerente”, que também incluímos na nossa análise, por entendermos que o discurso do diretor-gerente do FMI é o discurso por excelência da instituição, e, portanto, é material de grande importância na nossa análise, dado que, o diretor-gerente, pela posição da qual emite o seu discurso “encarna” e “sintetiza” em si mesmo o próprio FMI. Nossa análise aqui visa responder duas categorias de perguntas: a primeira é a pergunta principal, que “dá o tom” e o “sentido” do nosso trabalho. A questão principal é saber “como se deu esta mudança do discurso do Fundo Monetário Internacional, a partir dos acontecimentos da crise financeira que explodiu primeiramente na Ásia, e da emergência do movimento altermundialista?” O objetivo, com esta pergunta, é verificar se o nosso pressuposto é verdadeiro ou falso. Nosso pressuposto, como já salientamos na Introdução, é o de que esta mudança do discurso do FMI aconteceu por causa da irrupção na cena internacional no final dos anos 1990, do “movimento altermundialista”, e em particular da ATTAC, constituída principalmente como uma forte reação da sociedade civil aos desastres econômicos e sociais causados pela imposição do “pensamento único neoliberal” às nações emergentes na década de 1990, propondo claramente uma “outra” globalização. Além das questão principal, estamos diante de perguntas mais “operacionais”: “O que mudou no discurso do FMI e por que mudou?” Como se configura o discurso do FMI sobre a financeirização da economia, antes e depois da crise financeira e da emergência do movimento altermundialista?” Por questões didático-metodológicas, colocaremos as sínteses das nossas conclusões nos parágrafos abaixo, cada um referente a um Annual Report.

O **Annual Report de 1998** é dominado, sem causar nenhuma surpresa, pelo assunto “crise da Ásia”, que é taxada pelo FMI como fruto de uma “súbita” e “perturbadora” perda de confiança dos mercados (FMI, 2009). É muito interessante o uso do termo súbita aqui, pois segundo

Rothberg (2005), poucos meses antes, o FMI não alertou em absolutamente nada os investidores, os governos e o mundo acerca da situação financeira na Ásia.

Embora o staff do FMI não tenha previsto a crise recente, e em retrospectiva tenha sido muito otimista em suas previsões de base, edições recentes do *World Economic Outlook* alertaram sobre os riscos de mudanças disruptivas no sentimento do investidor em caso de não haver políticas ajustadas a fim de endereçar o superaquecimento e reduzir os desequilíbrios fiscais insustentáveis sobre o excessivo estreitamento dos prêmios de risco para mercados emergentes, e sobre os perigos associados com as fragilidades do setor financeiro (FMI *apud* ROTHBERG, 2005, p. 76).

O termo “perturbadora” também chama a atenção no sentido de que nos faz lembrar o período no qual eclodiu a crise asiática: três anos após a crise da tequila. Para o FMI, em 1997, o cenário estava “tranquilo”, sendo “perturbado” pela irrupção de uma crise “súbita”. Somente duas alternativas cabe, aqui: ou o FMI nada sabia da crise, e portanto, revela-se inepto para gerir a economia global, ou quis abafar esta crise, pondo “panos quentes”, dado que a Ásia era a “menina dos olhos” dos adeptos da ideologia da globalização neoliberal. Tendo em vista que em relação à crise argentina, ocorrida em finais de 2001, o FMI simplesmente se cala, limitando-se a emitir uma mísera nota, é de se concluir que a segunda alternativa é a mais factível. Este informe é ricamente caracterizado pelos lemas que fazem parte do ideário “neoliberal”: aponta-se claramente a necessidade de reforçar, no sentido de aprofundar, o sistema financeiro internacional, ao invés de reformá-lo, como pediam os críticos dos mais variados matizes ideológicos. Isto na prática quer dizer que o problema da crise é muito mais fruto da falta de uma globalização financeira, do que o resultado da forma como esta se configurou. Além disto, termos extremamente eufemizados como “bom governo”, “boas práticas”, aparecem de forma farta neste informe (embora continuem aparecendo em todos os próximos informes, embora de forma reduzida). Novamente é muito interessante o uso do adjetivo “bom” e todas as suas variantes, porque ele cumpre exatamente o seu papel, que antes de mais nada, é esconder o termo real, pois qual seria o “bom” governo? Não é revelado aqui. Ou ainda, quais seriam as “boas práticas”? Não seria o uso normativo da governança, como afirma Smouts (1998), no qual estas “boas práticas” (a governança) substituem a tarefa da garantia da governabilidade por meio do Estado? Novamente o informe simplesmente omite quais seriam elas. Apesar de não estar explicitado, não é difícil perceber que o “bom governo” só pode ser o governo *tal como concebido pelo FMI*, ou seja, *mínimo, neoliberal*. Seguindo esta mesma lógica, as “boas práticas” seriam práticas que

apontariam na direção do governo enxuto, encaminhando o determinado governo para a meta indicada pelo FMI.

O **Annual Report de 1999** volta a falar da crise asiática e da sua repercussão (também chamada de “contágio”, como se a crise financeira fosse somente uma mera doença, contra a qual muitas vezes não se há muito o que fazer para se evitar uma epidemia generalizada, uma pandemia) na Rússia e no Brasil, que segundo o FMI, foram debeladas graças “às suas” políticas de estabilidade. Contrariamente a todos os críticos (que vão desde o *The Wall Street Journal* ao *Le Monde Diplomatique*), o FMI atribui o fim da crise asiática à sua própria atuação, aos empréstimos concedidos e às políticas recomendadas. Absolutamente nada é tratado acerca das turbulências econômicas, e especialmente das tensões políticas e sociais, ocorridas em países como a Indonésia, como resultado da aplicação das recomendações do Fundo Monetário Internacional. Os eufemismos continuam a ser utilizados, por exemplo, a moratória russa (ou seja, o não-pagamento da dívida) é tratada como “*reestruturação unilateral da dívida*”. É algo no mínimo *sui generis* esta relação com os credores. Neste informe começa a aparecer o que depois ficou conhecido como o discurso “*pós-neoliberal*”, que nada mais é do que a introdução de temas sociais na agenda do FMI e também na agenda das outras agências internacionais. Também a idéia de “reforçar” o sistema financeiro internacional já é aqui apresentada conjuntamente com o propósito de “reforma estrutural”. O reconhecimento da necessidade desta reforma é um passo significativo na mudança do discurso do FMI. Porém, a novidade maior encontrada neste informe é a proposição das redes de proteção social (lembramos que o embrião do que viriam a ser as atuais Bolsas-Família hoje foram os primeiros programas de proteção social do governo Fernando Henrique Cardoso, como o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação e o Vale Gás, que começaram, no Brasil, a aparecer em finais de 2001; esta aparente conjunção de datas terá sido mera coincidência ou não significa que o Brasil estava na prática adotando a mudança de discurso que já ocorria no interior do FMI, denotando a falência do modelo neoliberal de política pública?). Observemos também os termos com os quais o FMI se refere aos programas que formavam as redes de proteção social: “Um elemento essencial dos programas era o reforço das redes de proteção social destinadas a *amenizar os efeitos adversos das crises e do ajuste sobre os pobres*” (FMI, 2009). Ninguém pode acusar que não está lá escrito no próprio informe anual do FMI, isto não é um discurso do movimento altermundialista, nem da ATTAC.

O próprio FMI reconhece o que chama de “*efeitos adversos*”, da aplicação das suas políticas, na verdade a pobreza, o caos político e social”, como afirma Stiglitz (2003), em seu livro *Globalization and its Discontents*. Como parte do pós-neoliberalismo aparece neste informe também o termo “*liberalização ordenada*”, embora não fique bem explicitado o significado desta expressão. Aqui o FMI reconhece publicamente que, se a liberalização das contas de capital apresenta vantagens, como ele passou pelo menos meia década apresentando isso ao mundo⁷⁸, também apresenta riscos, que devem ser geridos com cuidado, e mais abaixo apresenta a palavra “*controle*”. “A liberalização da conta de capital tem que contar com o respaldo de um entorno macro-econômico estável” (FMI, 2009). Em outras palavras, isto significa um marco regulatório consistente, um Estado, apesar de *mínimo*, consolidado, e de preferência, a ausência de crises. Bem, isto simplesmente não ocorreu quando o FMI propôs a liberalização dos mercados de capitais a países como a Somália e a Etiópia (STIGLITZ, 2003), que são simplesmente Estados colapsados, sem a mínima infra-estrutura e envolvidos em guerras inter-étnicas por longos anos. O fato contrasta terrivelmente com o discurso apresentado. O FMI passa a falar em “controle do capital” aqui neste informe porque, apesar de considerar o controle de capital ineficaz, neste informe, em particular (que é apresentado em setembro de 1999, ou seja, após a crise asiática, a russa e a brasileira, dado que o informe reflete o período de 1º de maio de 1998 a 30 de abril de 1999), o FMI considera que, em uma situação de crise, a sua reintrodução “*temporária*” (é importante frisar este termo, porque ele nos ajuda a entender o que o FMI cede em alguns aspectos do chamado “*neoliberalismo*”, mas permanece fiel a outros – o controle do capital só deve acontecer quando não houver outra alternativa e somente, isto ajuda a entender também que o “*pós-neoliberalismo*” não é um rompimento com o neoliberalismo, mas apenas uma adequação) poderia desempenhar uma função “*útil*”. O FMI também aponta a necessidade da participação do setor privado na resolução das crises, embora não deixe claro se isto se trata de uma nova forma de liberalização. Por fim, o FMI aponta a sua preocupação com as questões sociais, sem dizer quais, todavia. E passa a falar no alívio da dívida externa dos países pobres, em virtude da pressão de organizações não-governamentais, grupos religiosos, meios de comunicação, organismos internacionais e diversos governos.

⁷⁸ Esse é o “evangelho neoliberal”, como afirma Stiglitz (2000).

O *Annual Report de 2000* toma-se ainda mais “pós-neoliberal”. Aqui é afirmada a aliança e a ação conjunta do FMI com o Banco Mundial para “*reduzir a pobreza*”. A partir daqui, este tema estará presente em todos os informes anuais do FMI, como um dos objetivos principais da organização, com evidência cada vez maior. A redução da pobreza é posta como “centro do seu respaldo aos planos de reforma econômica dos países pobres, em colaboração com a sociedade civil e doadores bilaterais e multilaterais” (FMI, 2009). O FMI apresenta-se a partir deste informe aliado ao Banco Mundial. Pensando do ponto de vista do discurso, é muito interessante estar aliado a uma instituição associada com projetos de reconstrução e redução da pobreza e que tem como lema o slogan “*nosso sonho é um mundo sem miséria*”⁷⁹. O FMI alia-se ao Banco Mundial para reduzir a pobreza e a carga da dívida externa aos países mais empobrecidos. O tema da *pobreza* domina o informe de 2000 (o que não é de se estranhar, dado que vem depois de três graves crises financeiras que lançaram milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza). Como solução para o aumento da pobreza no mundo, o FMI propõe novamente não apenas a “*reforma*”, mas o “*reforço*” do sistema financeiro internacional para “melhorar o apoio prestado aos países membros *mais pobres*” (FMI, 2009). Fica claro, neste informe, que a mudança do discurso do FMI *efetivamente aconteceu* em virtude das crises sistêmicas do capitalismo e, igualmente, das ações do movimento altermundialista, entre os quais, a ATTAC. Podemos considerar o trecho abaixo retirado do informe de 2000 como a resposta às perguntas que fizemos ao iniciar este nosso trabalho. O discurso do FMI mudou em virtude da emergência de um poderoso ator na cena internacional, que é movimento altermundialista. Já este movimento se cristalizou como uma reação global às consequências desastrosas da aplicação do chamado neoliberalismo, em especial nos países em desenvolvimento. Este trecho é claríssimo:

Faz falta uma arquitetura financeira mais forte [seja lá o que isso queira dizer, maior liberalização ou maior regulação]⁸⁰ para que os países possam beneficiar-se da globalização da economia e alcançar as metas que estabeleceram, aspectos que chegaram à via pública nas manifestações contra o FMI e o Banco Mundial durante as reuniões celebradas em abril de 2000. Para o próprio FMI, a adaptação é fundamental se quer

⁷⁹ Embora aqui não possa se deixar de fazer uma crítica pela sutileza apresentada. Para a Organização das Nações Unidas, existem simultaneamente as linhas de miséria e a de pobreza, sendo que, obviamente, afirmar que alguém está abaixo da linha de miséria significa dizer que ela também está abaixo da linha de pobreza, embora a recíproca não seja verdadeira. Logo, apelar a “*um mundo sem miséria*” pode ser uma estratégia muito sutil para ocultar, subrepticamente, no imaginário social, a idéia de pobreza, dado que esta pode ser facilmente associada e confundir-se com a miséria, embora esta bem radicalmente separada da pobreza nas organizações internacionais. Logo, um “*mundo sem miséria*” não necessariamente significa um “*mundo sem pobreza*”.

⁸⁰ Comentário nosso.

contribuir mais eficazmente na resolução de possíveis episódios de turbulência nas economias de mercado emergentes, ajudar aos países em transição das economias de planificação central a sistemas orientados ao mercado e fomentar o crescimento e reduzir a pobreza nos países mais pobres do mundo” (FMI, 2009).

Neste informe, aparece pela primeira vez o reconhecimento das limitações do FMI e a necessidade de buscar a experiência de outras instituições; e também se aponta a necessidade de reforma do FMI e do sistema financeiro internacional, embora se reitere com certa veemência que estes são objetivos que deveriam ser cumpridos a longo prazo.

O ***Annual Report de 2001*** começa um pouco diferente, e a partir desta data com a mensagem do diretor-gerente. É evidente que esta mudança do início do informe anual (a parte que a maioria das pessoas lê) faz parte de uma estratégia de uma mudança de imagem do FMI, que começa se evidenciar com o termo “*transparência*”, que passa a aparecer de forma farta nos informes da instituição. O FMI deseja mais transparência, não é sem razões de ser que o diretor-gerente passa a escrever uma página a cada informe a partir deste ano. Além disso, a seção “*panorama geral*” é substituída por uma seção correlata intitulada “*fatos*”. Pensamos que também isso faz parte de uma estratégia de mudança de imagem do FMI, dado que o termo “*fatos*” é muito mais concreto que o termo “*panorama geral*”. E também é interessante para uma instituição atacada por todos os lados, à direita e à esquerda defender-se não com argumentos ou com “*panoramas*”, mas com “*fatos*”, dado que contra fatos não há argumentos. O que se convenha aceitar como “*fatos*” é que se converte no problema. O título desta seção, que a partir deste ano é intitulada, é “*Avança a reforma do FMI no exercício de 2001*”. Em tese, uma reforma que “*avança*” é porque já começou, embora no informe de 2000 isto esteja posto de forma bem mais sub-reptícia. O informe de 2001, portanto, dá continuidade ao que foi dito no informe de 2000 sobre a necessidade de reforma da instituição, especialmente nos quesitos “*abertura*” e “*transparência*”, que já se tornam evidentes neste informe. A estabilidade financeira internacional é apontada aqui como um “*bem público*”. Aqui também os adjetivos fazem valer a sua função. Embora de fato, em virtude das calamidades que acontecem, a estabilidade financeira seja, obviamente, melhor que a instabilidade financeira, taxá-la como um “*bem*” significa colocá-la como uma meta a ser perseguida; e mais, taxá-la como um bem “*público*” significa que a perseguição da estabilidade financeira é responsabilidade primordial dos Estados, e isto revela também a concepção de Estado que permeia o fundo Monetário Internacional: o Estado é aquele que deve

criar as condições para “o reforço” do sistema financeiro internacional⁸¹. O objetivo de luta contra a pobreza, tão presente no informe de 2000 aparece novamente em 2001. Uma novidade gritante é a emergência da expressão “*que a globalização funcione em benefício de todos*”. Esta expressão merece uma atenção especial, pois ela aparece, e se aprofunda nos próximos informes, logo após a batalha de Seattle, em 1999, e dos vários megaprotestos organizados pelo movimento altermundialista, em 2000, em Washington (em abril), Praga (em setembro) e em Nice (em dezembro). O novo slogan, emcampado pelo FMI e pelas instituições multilaterais já após a reunião de Washington, em abril, foi novamente uma estratégia de defesa para a organização, que tinha visto sua legitimidade derreter a olhos vistos, em virtude dos efeitos das crises financeiras nos países emergentes e do levante do movimento altermundialista no cenário internacional.

O **Annual Report de 2002**, como não poderia deixar de ser, é marcado pelos atentados terroristas às Torres Gêmeas, em Nova York, e ao Pentágono, em Washington, ocorridos em 11 de setembro de 2001. O FMI a partir de então passa a se apresentar como aquele que “*resguarda a estabilidade em meio à incerteza*”. Evidentemente, aparece, em virtude dos atentados sofridos pelos Estados Unidos, pela primeira vez, a expressão “*luta contra o financiamento do terrorismo*”. A *luta contra a lavagem de dinheiro* entra no horizonte do FMI também neste informe de 2002. Interessante notar aqui que a luta contra a lavagem de dinheiro é um dos objetivos da ATTAC, que é a organização altermundialista que se apresenta como diretamente contrária ao discurso e às ações do Fundo Monetário Internacional passou a adotar metas não somente monetárias, mas também passou a incluir metas sociais, ao longo da virada do Milênio, aderindo aos “Objetivos do Milênio”⁸² das Organizações das Nações Unidas. É indubitável que

⁸¹ Embora aqui não deixe de ficar patente a contradição entre o fato das sociedades serem *nacionais* e o sistema financeiro ser *internacional*. De fato, o sistema financeiro global é algo que paira acima dos Estados e que, em tese, não tem um Estado supra-nacional para controlá-lo. Quando o FMI afirma que a estabilidade financeira internacional é um bem público, está querendo chamar a atenção para a existência de uma esfera pública internacional. A lógica nos leva a pensar que as leis que orientam esta esfera pública não são as mesmas que orientam as esferas públicas nacionais. De fato, o impasse permanece: se a estabilidade financeira internacional é um bem público, quem haveria de garanti-la? O FMI não oferece resposta.

⁸² A Declaração do Milênio foi aprovada pelas Nações Unidas no ano 2000 e os 191 países-membros da ONU, incluindo o Brasil, assumiram um compromisso universal com a erradicação da pobreza e com a sustentabilidade do Planeta. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) são um conjunto de 8 macro-objetivos, com metas e indicadores precisos, a serem atingidos pelos países até 2015, por meio de ações concretas dos governos e da sociedade na busca pela solução de alguns graves problemas da humanidade. São eles: erradicar a extrema pobreza e a fome; atingir o ensino básico universal; promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; reduzir a mortalidade infantil; melhorar a saúde materna; combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças; garantir a

esta instituição mudou seu discurso, num momento em que sua legitimidade estava derretendo, as crises financeiras tinham jogado milhões de pessoas abaixo da linha de pobreza, e os atentados terroristas aos Estados Unidos tinham colocado a realidade internacional num cenário de conflito e incerteza. O termo “luta contra a pobreza” permanece e a partir deste informe, dentro da seção “Fatos” ganha um tópico próprio. A evocação do setor privado à participação na resolução das crises volta a aparecer. A associação com o Banco Mundial continua neste informe, dando continuidade à política de associação com outras instituições multilaterais. A palavra “alívio” surge no lugar de “redução” ou mesmo “erradicação” da pobreza. O Fundo passa a falar em “reforma da arquitetura financeira global” e da necessidade de “profundas mudanças no FMI”, embora não especifique quais e nem quando elas vão acontecer. Porém, passa a se apresentar como uma instituição “mais aberta e mais transparente”, embora isto ainda esteja expresso em termos vagos e dúbios. Nada se fala sobre a crise argentina na seção “Fatos” do informe de 2002.

O **Annual Report de 2003** traz uma novidade que é o slogan, não somente do informe, mas do próprio FMI. Neste informe, lê-se claramente: “*Fundo Monetário Internacional – por uma economia mundial para todos*”. É muito evidente a relação com o lema do movimento altermundialista, que se reuniu pela terceira vez em Porto Alegre em janeiro de 2003 e voltaria a se reunir na Índia em 2004, “um outro mundo é possível”. O “outro mundo possível do FMI” seria o mundo de “uma economia mundial para todos”. Também é importante notar que este é o slogan do novo governo do Brasil, que assumiu o poder em 1º de janeiro de 2003, que, se de um lado, não rompeu de forma frontal e unilateral com o Fundo Monetário Internacional, foi eleito não porque o Brasil “converteu-se à esquerda” em 2002, mas como uma reação aos efeitos negativos das proposições do FMI, aplicadas pelo governo anterior. Além disso, volta a aparecer o tema da redução da pobreza. O termo “redução”, que é um termo mais concreto e objetivo, passa a substituir o termo “alívio”, que é mais abstrato. Também aqui passam a aparecer os adjetivos: o termo “redução” passa a ser acompanhado dos termos “profunda” e “duradoura”, indicando que o FMI, a partir desta data (2003) não está comprometido apenas com ajustes pontais e localizados, mas com reformas estruturais e definitivas, que mudem, de fato, a orientação das economias, em especial as emergentes, para uma rota de investimento e

prosperidade. A crise da Argentina e os empréstimos garantidos pelo Fundo Monetário Internacional merecem neste informe uma pequena nota. O FMI também fala neste informe da necessidade de supervisão do setor financeiro, o que significa uma novidade, talvez um passo rumo ao que foi chamado anteriormente de “*liberalização ordenada*”. O informe fala também na necessidade de reformas no órgão para que as suas ações sejam mais eficazes nos seus propósitos. O FMI permanece, conforme o seu novo discurso, “comprometido a desempenhar a função que lhe corresponde na luta contra a pobreza” (FMI, 2009), perseguindo os Objetivos do Milênio, em unidade com o Banco Mundial, especialmente no processo da redução das dívidas dos países mais pobres. Além do Banco Mundial, é citada a colaboração com a organização Mundial do Comércio, visando a promoção do crescimento de um comércio mundial “*mais equilibrado*”, embora nesta expressão novamente não aparece especificado o seu significado mais concreto. Por fim, o discurso do diretor-gerente afirma que 2003 foi o ano no qual se consolidaram as reformas do próprio FMI, e que a transparência é a palavra de ordem na instituição, dado que inclusive, agora, também as operações e as finanças do órgão estão disponibilizados ao grande público.

3.5 Uma síntese da mudança

O que pudemos observar foi uma clara mudança na reorientação discursiva por parte do FMI e também das outras organizações da governança global. O que pudemos perceber aqui foi o choque entre dois universos discursivos distintos, quais sejam: o universo discursivo da ordem (hegemônico, pró-globalização), e o universo discursivo da contestação (contra-hegemônico, alter-globalista). Ficou patente, analisando tanto a realidade social, quanto os próprios discursos emitidos durante este período que o neoliberalismo perdeu muito em virtude do fato de que suas promessas não somente não se concretizaram, como os fatos as contradiziam diametralmente, por meio das crises do México (1994/1995), da Ásia (1997), da Rússia (1998), do Brasil (1998/1999) e da Argentina (1999-2002). O fenômeno das crises e toda a problemática social advinda das mesmas provocou, aliado a fatores como o descrédito da política tradicional na contemporaneidade (BAUMAN, 2000) e à dificuldade dos Estados nacionais responderem ao caráter dramático das atuais demandas sociais (TOSTES e VILLA, 2006), a emergência de um ator com o peso do movimento altermundialista na cena internacional, que passou a agir de forma

distinta dos antigos movimentos de contestação (MILANI e LANIADO, 2006), fazendo balançar o equilíbrio do poder e o peso das agências internacionais e de seus receituários. Quando intelectuais de peso e respeitados no mundo do *establishment*, como Joseph Stiglitz e Milton Friedman, posicionam-se contra o FMI fazendo coro com o mega-investidor George Soros e com todo o movimento altermundialista, é porque a situação da legitimidade das agências multilaterais está em xeque. E isto se verificou no tom que o FMI foi adquirindo ao longo da crise e que manteve após o término desta, um discurso voltado para a redução da pobreza, alívio da dívida, e orientado a fazer com que a globalização aconteça para todos e beneficie a todos por igual. Evidentemente, uma mudança aconteceu, e não somente no discurso, mas uma mudança no poder. Isto significa que as agências internacionais, que reinaram incontestes durante praticamente toda a década de 1990 têm agora um opositor de peso e que causa impacto em sua própria estrutura. Isto se revelou nos anos seguintes à crise financeira. Na América Latina, vários países elegeram governos que se apresentam como diretamente contrários ao discurso e às práticas do FMI. O discurso alterglobalista foi também legitimado no âmbito acadêmico, pelo fato de muitos pesquisadores integrarem redes do Fórum Social Mundial e pela quantidade de projetos de pesquisa em curso sobre o tema. Na Ásia, a recuperação se deu na medida em que os países de certa forma rejeitaram o ideário do Fundo e voltaram a suas antigas práticas nos anos 1970 que os levaram à condição de “tigre”. A Rússia seguiu caminho semelhante. A realidade evidenciou que a trilha “neoliberal” não era a melhor e tampouco há uma receita, há um modelo sobre o quanto de Estado tem de existir na economia para levá-la ao desenvolvimento, à prosperidade e à paz; cada situação é única, e certamente cada país deve ter a sua receita própria para atingir os seus ideais de desenvolvimento. O que ficou claro foi que não existem fórmulas mágicas como panacéia para resolver os problemas econômicos, que o Mercado, ao contrário do que pensam muitos ideólogos de plantão, precisa do Estado, e que a realidade da política mundial e da economia internacional, portanto, é muito mais complexa do que se pode imaginar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do nosso percurso, chegamos a uma conclusão surpreendente: o discurso do Fundo Monetário Internacional de fato mudou, tornou-se novo e diverso, deixou de ser “neoliberal” e passou a adotar novos tons, no âmbito do que se está convencendo como “*pós-neoliberalismo*”: a inserção de temáticas sociais na agenda das tradicionais agências internacionais multilaterais, como o próprio FMI e o Banco Mundial (SADER e GENTILI, 1996). Apesar do nosso pressuposto ter sido exatamente este no início desta pesquisa, as apostas acerca da influência do movimento altermundialista no discurso de organizações internacionais do porte do Fundo Monetário Internacional eram mínimas, senão pífias. Esta mudança não aconteceu por acaso, por uma evolução do pensamento ideológico das agências multilaterais. Ela se deve pelos resultados trágicos da crise financeira e pela aplicação do receituário proposto pelo FMI aos países emergentes, e também pela presença na cena internacional, no final dos anos 1990, de um movimento do cunho e do porte do movimento altermundialista. Este é um movimento de cunho ideológico diverso, de transformação da ordem mundial, com relativa semelhança com os movimentos libertários dos anos 1960, que romperam com os tradicionais esquemas da política na Europa, como a disputa ideológica capitalismo versus comunismo. Este movimento se expressou através de diversas iniciativas como a Batalha de Seattle, as manifestações em Washington, Praga, Nice e Gênova, a organização do Fórum Social Mundial e a existência de milhares de organizações em todo o planeta, organizações novas, em rede, plurais, participativas, horizontais e unidas em todo o planeta por meio da Internet. Além disso, podemos verificar que a emergência de um movimento de tal envergadura não se justifica no sonho kantiano de uma federação de nações “irmãs” que viveriam a “fraternidade universal”, mas no caráter quase que dramático das demandas que apresentam os povos (sobretudo de nações periféricas e classes subalternas) no planeta na aurora do Terceiro Milênio. A existência do movimento altermundialista se justifica com uma ruptura, antes de tudo, com a modernidade, é uma aposta no novo: “um outro mundo é possível”, diz o lema do movimento, embora ele possa ser facilmente rotulado de vago e abstrato, por não afirmar nem que mundo é possível nem dizer como chegar até ele. Esta é uma contradição típica da nossa época, que é a época da falência das grandes ideologias e dos grandes ideais totalizantes, das “metanarrativas”, diria Jean-François Lyotard (1998).

A partir daqui, as nossas considerações tomam um rumo mais filosófico e reflexivo, diante do quadro que emerge em nossa frente na aurora deste Milênio. Tudo isto porque nós vivemos um momento na cena internacional que é como que “o fio da navalha” entre o niilismo e a esperança, entre as trevas mais abjetas e a possibilidade da emergência de algo novo no ar. Em nossa opinião, o que é posto em xeque, no início deste Terceiro Milênio, com a falência seguida das metanarrativas tanto socialista quanto liberal, é a própria essência da modernidade. Por que dizemos isso? Porque falar em Organização das Nações Unidas, em Fundo Monetário Internacional, em Banco Mundial, em todo este aparato institucional de governança global, é falar em *modernidade*. Falar em ingerência da ONU, em fracasso do Fundo Monetário Internacional na resolução das crises financeiras internacionais, em estados colapsados, em guerras inter-étnicas não resolvidas, no massacre de Ruanda em 1994, na crise da Somália, no genocídio de Darfur, é falar em modernidade, em crise e fracasso desta mesma modernidade, tudo isso significa dizer que, dentro da essência da modernidade, no cerne da modernidade, existe algo que não está bem encaixado. A esperança moderna não se concretizou para todos, e só para nos atermos ao nosso objeto de análise, podemos bem ver que “a esperança” em relação ao FMI não se concretizou. O FMI foi criado para garantir a estabilidade financeira a nível macroeconômico, para dessa forma, garantir a paz. O fato concreto é que o Fundo não atingiu os seus objetivos, porque desde a sua fundação inúmeras crises atingiram a economia mundial e, além disto, diversos distúrbios sociais são atribuídos à ação equivocada do Fundo Monetário Internacional na resolução das crises financeiras. Há mesmo quem atribua inclusive o conflito em Kosovo no final dos anos 1990 à atuação equivocada do FMI por aquelas paragens no início dos anos 1980 (ROTHBERG, 2005), e não é sem razão de ser que o FMI recebe críticas de todos os espectros ideológicos, da direita à esquerda, inclusive do próprio Milton Friedman, que disse que o FMI deveria ser fechado, porque na realidade, faz mais mal do que bem à economia mundial. Todos estes organismos que compõem hoje a paisagem da cena internacional já existiam como que em um embrião no famoso panfleto *Para a Paz Perpétua*, publicado em 1795, por Immanuel Kant. Eles são como que o resultado de uma série de tentativas⁸³ de se atingir o sonho kantiano, sintetizado no belo termo “a paz perpétua”. Porém, ao falar em modernidade não se pode esquecer que a modernidade na verdade é a transcendência, a emancipação e o rompimento dos inúmeros laços de dependência que uniam os homens durante todo o Antigo Regime, situação

⁸³ Entre as quais podemos incluir a fracassada Liga das Nações.

esta que Kant intitulou de “*menoridade*”. Num artigo escrito em 1784, intitulado *O que é a Ilustração?*, Kant responde que a Ilustração é a saída do homem da menoridade, e a menoridade significa a não-autonomia, a dependência de outrem, a não-emancipação. Os séculos XIX e XX foram plenamente modernos, foram um período no qual se buscou de forma frenética, inclusive por meio de regimes totalitários⁸⁴ a emancipação do homem das limitações impostas pela natureza. De fato, alcançou-se quase de tudo e o último inimigo a ser vencido é a morte, que continua impondo-se, apesar de todos os esforços para adiá-la o mais possível. Porém, poucas vezes se questiona a que preço foi atingida essa maioridade e as suas conseqüências desastrosas para a humanidade, em nível individual e social.

A mesma modernidade revelou-se falha ao engendrar realidades como a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, o holocausto, as colonizações, a bomba atômica, e porque não dizer, a não-eliminação da pobreza, da miséria, da desigualdade e do sofrimento social, ao redor do globo. Pelo contrário, quando o desenvolvimento acontecia, em especial nos países subdesenvolvidos, este sempre foi desigual e sempre privilegiando um determinado grupo social, em detrimento da maioria da população. Mesmo nos países ditos desenvolvidos, a situação atualmente também não é fácil, como mostra a atual crise financeira dos países de alto desenvolvimento, a começar pelos Estados Unidos. A própria nação americana apresenta grandes índices de pobreza e desigualdade social⁸⁵. Todo esse conjunto de situações que a modernidade não resolveu, seja pela via liberal ou pela socialista, conduziu como fala Lyotard (1998), à descrença generalizada nestas metanarrativas. Emergiu, portanto, em nossa época, um clima de niilismo em relação à vida, ao mundo, e ao porvir. A nossa é uma época de descrença generalizada, de ceticismo geral, e a apatia em relação à realidade é uma das conseqüências mais imediatamente observáveis. Esta apatia, comumente encontrada nos jovens, vem da percepção de que na verdade, agora, é como se ninguém pudesse esperar mais nada de lugar nenhum, e, portanto, ninguém tem razão alguma

⁸⁴ Em *Modernidade e Holocausto* (1998), e *Modernidade e Ambivalência* (1999), o sociólogo polonês Zygmunt Bauman aponta as relações intrínsecas entre a modernidade e atrocidades como os campos de concentração. Para ele, realidades como o holocausto aconteceram não *apesar* da modernidade, mas *faziam parte do gérmen da mesma*. O filósofo Michel Foucault vai nessa mesma linha ao investigar a gaiola de ferro moderna, por meio das suas instituições homogeneizadoras.

⁸⁵ Tomemos como exemplo o índice de mortalidade infantil. Os Estados Unidos, com um índice de mortalidade infantil de 6.1 crianças para cada mil nascidas vivas, é o país que apresenta o pior índice na OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), ficando na 37ª colocação no *ranking* global. Os Estados Unidos também têm a pior distribuição de renda dos países da OCDE, apresentando em 1995 índice Gini 0,344, que mede a desigualdade (indicador que vai de zero a um, quanto mais próximo de um, pior, próximo ao da Índia, que é 0,38, e muito distante do da Suécia, que é 0,23 na mesma época.)

para se empenhar na vida, porque, se esta, em verdade não tem sentido algum, se é, como já antecipava Sartre “uma paixão inútil”, por que apostar todas as energias em algo que não conduz a nada? Para eles, é como se tudo já tivesse sido tentado e tudo tivesse dado errado. Tudo deságua, assim, num desnorteamento por parte dos jovens e num cinismo generalizado da parte dos adultos, para os quais, no máximo, o que se pode fazer, é somente administrar a decadência. Isto é afirmado com uma clareza crua por Hannah Arendt em *A condição humana* (2005: 334):

O homem moderno não ganhou este mundo ao perder o outro, e tampouco, a rigor, ganhou a vida [como pensávamos]; foi atirado de volta a si mesmo, lançado à interioridade fechada da introspecção, na qual suas mais elevadas experiências eram os processos vazios do cálculo da mente, o jogo da mente consigo mesma [...] É perfeitamente concebível que a era moderna [como consequência disso] – que teve início com um surto tão promissor e tão sem precedentes de atividade humana – venha a terminar na passividade mais mortal e estéril que a história jamais conheceu (ARENDT, 2005, p. 334).

Nós, porém, vemos nestas trevas todas intituladas como “*condição pós-moderna*” (HARVEY, 1996), luzes e sinais da esperança, como que as “*sementes*” de um mundo novo. Tanto o movimento altermundialista, como diversas outras formas de reações às provocações que a realidade suscita, constituem-se, na verdade, como uma fonte de onde brota a esperança, uma esperança que não está ligada à realização hipotética de uma determinada metanarrativa coerentemente teorizada, que, entretanto revela suas limitações logo quando é aplicada na prática, dado que ninguém pode possuir a compreensão da totalidade do real, e portanto, ninguém pode se arvorar de ter a pretensão de possuir uma teoria totalizante, qualquer que seja ela. Isto foi o que a realidade mostrou claramente no século XX, o mais sangrento e mortífero da História, em especial por meio do experimento socialista, sob o qual cerca de 100 milhões de pessoas tiveram suas vidas ceifadas. A esperança, portanto, emerge do fato de que esses movimentos brotam, antes de tudo, do coração humano, ferido pela sua antiga exigência de justiça, tão velha como a própria humanidade. Como poetiza Sophia Andressen (1991: 238):

Sei que seria possível construir o mundo justo

As cidades poderiam ser claras e lavadas

Pelo canto dos espaços e das fontes

O céu o mar a terra estão prontos

A saciar a nossa fome do terrestre
A terra onde es tamos – se ninguém atraíçoasse – proporia
A cada um a liberdade e o reino
- Na concha na flor no homem e no fruto
Se nada adoecer a própria forma é justa
E no todo se integra como palavra em verso
Sei que seria possível construir a forma justa
De uma cidade humana que fosse
Fiel à perfeição do universo

Por isso recomeço sem cessar a partir da página em branco
E este é meu ofício de poeta para a reconstrução do mundo

A esperança surge do fato de que, apesar de tantas tentativas e de tantos fracassos, “o sol também [e novamente] se levanta”, como já romanceou Hemingway. Há algo novo no ar. Apesar de tanto niilismo, de tanto ceticismo, a presença da exigência de justiça em tantos homens e mulheres ao redor do globo, que se organizam de diversas formas, e reagem, muitas vezes, violentamente, por tremorem de indignação, na maior parte dos casos sem uma organização prévia de suas atividades (embora em muitos casos pessoas como essas possam correr o risco de serem instrumentalizadas ideologicamente), é uma prova viva de que não estamos condenados à mera ausência de alternativas e de que algo novo pode ser construído dos escombros das ruínas do velho. A novidade que temos nesta etapa da História é de que agora, nós não temos um ideal previamente moldado, ao qual deveríamos dobrar a qualquer custo a realidade, como nos séculos anteriores, temos apenas a nossa exigência de justiça, que, em si, é tudo. A existência da ATTAC é fruto da exigência de justiça, a realidade do *Meeting Point International*, em Kampala - Uganda⁸⁶, que

⁸⁶ O Meeting Point International é uma ONG ugandense fundada pela enfermeira ruandense Rose Busingye que cuida de mulheres aidéticas, resgatando-lhes a dignidade e o sentido da vida. É uma experiência fruto do impacto da exigência de justiça com uma realidade difícil e crua. Foi premiado nesta década pela ONU.

cuida de mulheres aidéticas, também é fruto da exigência de justiça. E o nosso trabalho prova que organizações como estas podem influenciar as instituições do *status quo* (o próprio *Meeting Point* foi premiado na ONU, há alguns anos). A capacidade que estas organizações, que surgem nos escombros da atual globalização, terão de influenciar as instituições do *status quo*, não só nos discursos, como também nas suas ações, só o tempo dirá, mas o fato concreto que pudemos observar é que surgiu algo novo na cena internacional, e que tem um peso não-negligenciável na agenda das organizações multilaterais hegemônicas. Diante de uma modernidade que se revela decrépita, é somente do novo que pode vir a esperança. E é somente destes novos sujeitos que pode vir esperança para este planeta nesta etapa da História.

REFERÊNCIAS

- A CAVALARIA SALVOU O DIA. *Veja*. São Paulo: Editora Abril, ed. 2079, set. 2008.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Crises financeiras internacionais: uma síntese histórica dos últimos 80 anos*. Brasília: 2008, no prelo.
- ALVES, Mário Aquino Alves. *Análise crítica do discurso: exploração da temática*. In: < <http://www.eaesp.fgvsp.br/Interna.aspx?PagId=DLMJMMTJ&ID=348>>. Acesso em 01 jun 09.
- ANDRESSEN, Sophia. *Obra poética III*. Lisboa: Editorial Caminho, 1991.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*, 10^a ed. São Paulo: Forense Universitária, 2005.
- ATTAC IN THE WORLD. In: < <http://www.attac.org/>>. Acesso em 15 jun 09.
- BAUMAN, Zygmunt. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 2004.
- _____. *Em busca da política*. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 2000.
- _____. *Globalização: as conseqüências humanas*. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 1998.
- _____. *Modernidade e ambivalência*. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 1999.
- _____. *Modernidade e holocausto*. São Paulo: Jorge Zahar Editor, 1998.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade : tratado de sociologia do conhecimento*, 6^a ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1985.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*, 6^a ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BRAGA, José Carlos de Souza. *Financeirização global: o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo*. In: TAVARES, Maria da Conceição; FIORI, José Luís. *Poder e Dinheiro: Uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*, 2^a ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.
- CHESNAIS, François. *A mundialização do capital*. Tradução Silvana Finzi Foá. São Paulo: Editora Xamã, 1996.
- CHESNAIS, François (org.). *A mundialização financeira*. São Paulo: Xamã, 1998.
- CHOMSKY, Noam. *A cara antidemocrática do capitalismo*. In: < <http://luishipolito.wordpress.com/2008/10/13/a-cara-antidemocratica-do-capitalismo/>>. Acesso a 01 jun 09.

CORAZZA, G. *Globalização Financeira: a utopia do mercado e a re-invenção da política*. Economia - Ensaios, UFU – Uberlândia. V. 19, N. 2, 2005. In: < <http://www.anpec.org.br/encontro2003/artigos/A24.pdf>>. Acesso a 01 jun 09.

DUPAS, Gilberto. *Em busca de uma “terceira via”*. In: RATTNER, Henrique. *Brasil no limiar do século XXI*. São Paulo: Edusp, 2000.

_____. *Tensões contemporâneas entre o público e o privado*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. *Critical discourse analysis*. Londres: Longman, 1995.

_____. *Discurso e mudança social*. Brasília: UNB, 2001.

FIGUEIREDO, Renata Ávila. *Sociedade X mercado: uma proposta para desarmar os mercados e devolver o poder para a sociedade*. Integração. São Paulo, n. 11, 2000.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 2007.

_____. *A arqueologia do saber*, 7ª ed. São Paulo: Forense Universitária, 2008.

_____. *Microfísica do poder*, 14ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da História e o último homem*. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.

FURTADO, Celso. *O mito do desenvolvimento econômico*. 3ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1974.

GOHN, Maria da Glória. *Teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1997.

GREFE, Christiane; GREFFRATH, Mathias; SCHUMANN, Harald. *ATTAC: o que querem os críticos da globalização*. Rio de Janeiro: Globo, 2005.

GRACIA, T. I. *O giro lingüístico*. In: Iñiguez L. (org) *Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

GRAY, John. *Falso amanhecer: os equívocos do capitalismo global*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

HARVEY, David. *A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*, 6ª ed. São Paulo: Loyola, 1996.

HIRST, Paul; THOMPSON, Grahane. *Globalização em questão*, 4ª ed. Tradução de Wanda Caldeira Brant. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

HOBBSBAWM, Eric. *Crise expõe perigo de fortalecimento da direita, diz Hobsbawm*. In: < http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/10/081021_hobsbawncrise_fp.shtml >. Acesso a 01 jun 09.

- _____. *Era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- HUNTINGTON, Samuel. *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial*. São Paulo: Objetiva, 1997.
- IANNI, Octavio. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- IMF ANNUAL REPORTS LIST. In: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/ar/>>. Acesso a 20 mai 09.
- IÑIGUEZ, L. *Os fundamentos da análise do discurso*. In: Iñiguez L. (org) *Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- IÑIGUEZ, L. *Prática da análise do discurso*. In: Iñiguez L. (org) *Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.
- KANT, Immanuel. *Para a paz perpétua*. Rianxo: Instituto Galego de Estudos de Segurança Internacional e da Paz, 2006.
- KINGSNORTH, Paul. *Um não, muitos sins*. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- KRAYCHETE, Elsa S. *Desenvolvimento: razões e limites do discurso do Banco Mundial*. In: Caderno CRH (UFBA, Salvador), número 48, volume 19, setembro/dezembro de 2006, pp. 415-430.
- LENAIN, Patrick. *O FMI*. São Paulo: Manole, 2003.
- LYOTARD, Jean-François. *A condição pós-moderna*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998.
- MACEDO, Leonardo Andrade. *O Fundo Monetário Internacional e seus acordos stand-by*. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2007.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas tendências em análise do discurso*. São Paulo: Pontes, 1997.
- MILANI, Carlos R. S.. *Globalização e contestação política na ordem mundial contemporânea*. Salvador: Cadernos do CRH (UFBA), v. 19, p. 377-383, 2006.
- MILANI, Carlos R. S.; LANIADO, Ruthy Nadia . *Transnational Social Movements and the Globalization Agenda: a methodological approach based on the analysis of the World Social Forum*. Brazilian Political Science Review, v. 1, p. 10-39, 2007.

_____. *Espaço mundial e ordem política contemporânea: uma agenda de pesquisa para um novo sentido da internacionalização*. Salvador: Cadernos do CRH (UFBA), v. 19, p. 479-498, 2006.

O QUE É A ATTAC? In: <<http://www.portugal.attac.org/attac.html>>. Acesso em 15 jun 09.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. São Paulo: Pontes, 2007.

PASSET, René. *Elogio da globalização: por um contestador assumido*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

PEDROSA, C. E. F. *Análise crítica do discurso: uma poposta para análise critica da linguagem*. In: IX Congresso nacional de linguística e filologia, 2005, Rio de Janeiro. Filologia, linguística e ensino. Rio de Janeiro: CIEFIL, 2005, V. 9.

PLATAFORMA DO MOVIMENTO INTERNACIONAL ATTAC. In: <<http://www.attac.org/spip.php?article3&lang=es>>. Acesso em 20 ago 08.

RAMALHO, Viviane C. Vieira Sebba; RESENDE, Viviane de Melo. *Análise de discurso crítica: do modelo tridimensional à articulação entre práticas: implicações teórico-metodológicas*. In: Linguagem em Discurso, V.5 N.1, jul/dez 2004.

ROJO, L. M. *A fronteira interior – análise crítica do discurso: um exemplo sobre “racismo”*. In: Iñiguez L. (coord.) Manual de Análise do Discurso em Ciências Sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

ROTHBERGER, Danilo. *O FMI sob ataque*. São Paulo: UNESP, 2005.

SADER, Emir; GENTILI, Paulo. *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1996.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*, 4ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SOROS, George. *A crise do capitalismo : as ameaças aos valores democráticos - as soluções para o capitalismo global*, 3ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

SOUSA SANTOS, Boaventura de (Org.). *A globalização e as ciências sociais*. 3ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2005.

STATISTICS PORTAL OCDE. In: <http://www.oecd.org/statsportal/0,3352,en_2825_293564_1_1_1_1_1,00.html>. Acesso a 15 jun 09.

STIGLITZ, Joseph E. *A globalização e seus malefícios: as promessas não-cumpridas de benefícios globais*, 4ª ed. São Paulo: Editora Futura, 2003.

_____. *O que eu aprendi com a crise mundial*. In: Revista de Economia Política, V. 20, N. 3 (79), jul/set 2000.

TOSTES, Ana Paula Baltasar; VILLA, Rafael Duarte. *Democracia cosmopolita versus política internacional*. Lua Nova, São Paulo, nº 66, p. 69-107, 2006. In: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64452006000100005&script=sci_arttext>.

Acesso em 01 jun 09.

TOURAINE, Alain. *Poderemos viver juntos? Iguais e diferentes*. Petrópolis: Vozes, 1999.

VAN DIJK, Teun Adrianus. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2008.